

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOANA MAXIMO DA SILVA

“QUEM FOI O AUTOR XENÓFOBO E RACISTA QUE ESCREVEU ISSO?!”: DA
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA ATÉ A NARRATIVA “HISTÓRICA” DO IMPÉRIOS
AD, UMA HISTÓRIA FEITA POR MÃOS BRANCAS (1838/2018)

CURITIBA

2026

JOANA MAXIMO DA SILVA

“QUEM FOI O AUTOR XENÓFOBO E RACISTA QUE ESCREVEU ISSO?!”: DA
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA ATÉ A NARRATIVA “HISTÓRICA” DO IMPÉRIOS
AD, UMA HISTÓRIA FEITA POR MÃOS BRANCAS (1838/2018)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
História, Setor de Ciências Humanas, da Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto da Silva Guizelin

CURITIBA

2026

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Silva, Joana Máximo da

“Quem foi o autor xenófobo e racista que escreveu isso?!” : da historiografia brasileira até a narrativa “histórica” do Impérios AD, uma história feita por mãos brancas (1838/2018). / Joana Máximo da Silva. – Curitiba, 2026.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História

Orientador: Prof. Dr. Gilberto da Silva Guizelin.

1. Extremistas de direita. 2. História pública. 3. Humanidades digitais. 4. Escravidão – Brasil. I. Guizelin, Gilberto Silva. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **JOANA MÁXIMO DA SILVA**, intitulada: "**Quem foi o autor XENÓFOBÓ e RACISTA que escreveu isso?!": Da historiografia brasileira até a narrativa "histórica" do Império AD, uma história feita por mãos brancas (1838/2018)**", que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 23 de Fevereiro de 2026.

Assinatura Eletrônica

23/02/2026 18:33:59.0

ANA PAULA VOSNE MARTINS

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

23/02/2026 17:43:46.0

ALEXANDRE RODRIGUES DE SOUZA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

24/02/2026 09:49:34.0

ODILON CALDEIRA NETO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA)

Dedico esse trabalho àquelas/es – carnis e espirituais – que possibilitaram minha chegada a este espaço. Eu sou porque nós somos.

AGRADECIMENTOS

Este é um trabalho construído de forma coletiva, embora as palavras aqui escritas sejam fruto do meu desejo de ser ouvida e lida. Nada disso seria possível sem aquelas/es que pavimentaram o caminho para que meus sonhos se tornassem possíveis.

Primeiramente, agradeço à ancestralidade que guia meus passos; sem a fé, nada seria alcançável. Orisá vive em mim, e Esú se faz presente em cada encruzilhada que encontro. As entidades regem meus passos, alertando-me sobre os perigos e sustentando meus caminhos. A espiritualidade me fortalece desde o ventre, para que eu possa seguir o destino traçado no Òrun.

Ao meu orientador, Gilberto Guizelin, pelo acolhimento, paciência e por acreditar neste trabalho. Você foi fundamental para a construção desta pesquisa. Em um contexto no qual poucas pessoas reconhecem o potencial de jovens mulheres negras, você acreditou em mim quando eu mesma duvidava.

À minha família, por me permitir sonhar apesar das dificuldades. Em especial, agradeço à minha mãe, Vilma, que, apesar da pouca escolaridade, me ensinou, cuidou de mim e, com muito esforço, tornou possível que eu estudasse. À minha irmã, Solange, inspiração da minha vida; sem os seus passos, caminhar teria sido impensável. À minha sobrinha, Geovanna, por me lembrar, diariamente, dos objetivos que orientam os caminhos que trilho.

Agradeço à minha psicóloga, Jaqueline Germano, por me escutar. Sem a sua escuta, este processo teria sido impossível. A universidade é um espaço frequentemente cruel com a saúde mental de pessoas negras, e você possibilitou que o racismo não me fizesse desistir.

Ao meu companheiro, Irineu, pelo amor, cuidado, atenção e paciência. Você foi importantíssimo neste percurso, ao me lembrar da potencialidade do meu corpo e ao me oferecer palavras doces nos momentos em que pensei em desistir. A vida compartilhada com você tornou os dias mais leves e possíveis.

À minha amiga e irmã, Thais Andrade, que esteve comigo quando o colo se fez necessário. Você me possibilitou sonhar. Sua irmandade me fortalece para seguir; você tornou meus dias na universidade mais fáceis e me ensina a olhar para a vida com mais carinho.

Às/aos amigas/os de longa data e às/aos que conheci em Curitiba, companheiras/os fundamentais de copos, lágrimas, alegrias, risadas e angústias. Em especial, a Matheus Pototski, pelas conversas, pelos cafés da tarde, pelas brincadeiras e pelo cuidado; a Carla Trindade, pela parceria ao longo da pós-graduação, pelas aventuras por Curitiba e por partilhar a vida nesse processo.

Ao CAHNAC e às/aos suas/seus frequentadoras/es. Sem o espaço físico e, sobretudo, sem as pessoas que por ali passam, a universidade seria um lugar muito mais pesado. A Amanda, Bento, Camila, Clara, Duda, Gabi (Fariarte), Lucão, Mariana, Paulo, Pedro, Renato, Roriê e a tantas outras pessoas que fizeram e fazem da universidade um espaço de acolhimento, luta, convivência e resistência.

Às/aos professoras/es, desde o IFPR até a UEM, minha imensa gratidão por enxergarem potencial em uma jovem negra. Agradeço especialmente às/aos professoras/es de Humanidades do IFPR, bem como aos professores Delton Aparecido e Pedro Carvalho, da UEM, por acreditarem nos meus sonhos e me encorajarem a ingressar no mestrado.

Aos orientadores que tive ao longo da minha trajetória acadêmica, Rafael Petermann, Marcia Teté e Angelo Priori, pelas orientações, pela generosidade e pelas contribuições que marcaram meu processo de formação.

Ao NEIAB/UEM, por me proporcionar pertencimento à universidade. Esse quilombo lembra-me, diariamente, que a universidade também é um espaço para pessoas negras. Agradeço às pessoas com quem tive a honra de compartilhar esse espaço: Ana Paula, Duana, Emily, Lorena, Patrick, entre tantas outras. Agradeço, em especial, à coordenadora e professora Marivânia, por acreditar no meu trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio à realização deste trabalho.

Ao movimento negro, especialmente da cidade de Curitiba-PR, pela luta e conquista das políticas de cotas para pessoas negras. Sem elas, sonhar com o acesso à pós-graduação teria sido inconcebível.

Agradeço a todas/os que, de alguma forma, me auxiliaram neste processo. Acredito em uma pesquisa coletiva, construída a muitas mãos e vozes, que se faz tanto a partir das/os autoras/es citadas/os quanto das conversas em mesas de bar, onde, muitas vezes, a pesquisa nasce e ganha forma.

Finalmente, agradeço a mim mesma pela coragem de enfrentar a vida e, mesmo com medo, continuar a sonhar. Sou grata por não ter permitido que o racismo, o machismo, o classismo e o colonialismo me impedissem de estar e permanecer na universidade.

As revoluções surgem em mentes como a do Che
Mas são executadas por manos igual você
Seja um Black Panther não dê a outra face
Pros que creem na ideologia nazi de superioridade
Se vingue sendo nota 10 e meio
Roubando seus cargos, não as vans dos Correios
A mente que clona o controle do portão do executivo
Se quiser domina a economia, eu acredito!

Eu Acredito - Eduardo Taddeo

RESUMO

Este trabalho analisa a produção de conteúdo histórico no YouTube por canais de extrema-direita, com foco no canal Impérios AD. A partir dos aportes da História Pública, das Humanidades Digitais e dos estudos sobre os usos políticos do passado, investiga-se a mobilização da ciência histórica na construção de um imaginário social eurocêntrico, cristão e racialmente excludente sobre o passado brasileiro. A metodologia articula a leitura crítica das apropriações e reelaborações que esses canais realizam da historiografia brasileira sobre a população negra, a análise da História Pública da escravização, o debate sobre a produção histórica em tempos de internet e o uso do YouTube como fonte histórica. O trabalho também problematiza se canais de extrema-direita podem ser compreendidos como produtores de História Pública, além de discutir os usos do passado associados à Idade Média, com destaque para a mobilização simbólica da figura dos templários. Por fim, realiza-se uma análise qualitativa do vídeo *O tráfico de escravos e a origem da escravidão no Brasil* (2020), do canal Impérios AD, tensionando e contestando sua narrativa. Os resultados indicam a existência de interseções entre a historiografia tradicional e o aporte teórico-epistemológico mobilizado por produções de extrema-direita, revelando como uma ciência historicamente constituída a partir de delimitações que excluam corporeidades não brancas pode ser instrumentalizada, no presente, para se opor às revisões éticas da História. Conclui-se que tais discursos expressam um ressentimento decorrente da perda da exclusividade da branquitude como única narradora legítima do passado, sustentando acusações de que a História estaria sendo “deturpada” por novas abordagens. Nesse sentido, reafirma-se que, no tempo presente, não é mais plausível conceber a história do Brasil sem considerar a agência histórica de grupos minorizados.

Palavras-chave: Extrema-direita. História Pública. Teoria da História. Usos do Passado. Escravização africana.

ABSTRACT

This study analyzes the production of historical content on YouTube by far-right channels, with a focus on the Impérios AD channel. Drawing on the theoretical contributions of Public History, Digital Humanities, and studies on the political uses of the past, it investigates the mobilization of historical scholarship in the construction of a Eurocentric, Christian, and racially exclusionary social imaginary of Brazil's past. The methodology combines a critical reading of the appropriations and reinterpretations of Brazilian historiography on the Black population carried out by these channels, an analysis of the Public History of enslavement, discussions on historical production in the age of the internet, and the use of YouTube as a historical source. The study also problematizes whether far-right channels can be understood as producers of Public History, while further examining the uses of the past associated with the Middle Ages, with particular emphasis on the symbolic mobilization of the figure of the Templars. Finally, a qualitative analysis of the video *O tráfico de escravos e a origem da escravidão no Brasil* (2020), published by the Impérios AD channel, is conducted, critically challenging its narrative. The results indicate the existence of intersections between traditional historiography and the theoretical-epistemological frameworks mobilized by far-right productions, revealing how a science historically constituted through delimitations that excluded non-white corporealities can be instrumentalized in the present to oppose ethical revisions of History. It is concluded that such discourses express a form of resentment stemming from the loss of whiteness's exclusivity as the sole legitimate narrator of the past, sustaining claims that History has been "distorted" by new approaches. In this sense, the study reaffirms that, in the contemporary context, it is no longer plausible to conceive the history of Brazil without considering the historical agency of marginalized groups.

Keywords: Far-right. Public History. Theory of History. Uses of the Past. African Enslavement.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 – MONUMENTO EM HOMENAGEM AO CONDE JOAQUIM PEREIRA MARINHO	39
Imagem 2 – PALACETE VISCONDE DE NACAR	41
Imagem 3 – ESTÁTUA BORBA GATO	41
Imagem 4 – DETALHES DO CANAL IMPÉRIOS AD	64
Imagem 5 – COLUNA DO THIAGO BRAGA	66
Imagem 6 – CAPA DO CANAL IMPÉRIOS AD	70
Imagem 7 – O CAVALEIRO DA LUX CONVIDA VOCÊ!	72
Imagem 8 – TEMPLÁRIO DE TERESINA	73
Imagem 9 – PAULO KOGOS VESTIDO DE TEMPLÁRIO.....	73
Imagem 10 – COMENTÁRIO NO VÍDEO “O TRÁFICO DE ESCRAVOS E A ORIGEM DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL”	75
Imagem 11 – COMENTÁRIO NO VÍDEO “O TRÁFICO DE ESCRAVOS E A ORIGEM DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL”	75
Imagem 12 – COMENTÁRIO NO VÍDEO “O TRÁFICO DE ESCRAVOS E A ORIGEM DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL”	75
Imagem 13 – COMENTÁRIO NO VÍDEO “A HISTÓRIA DO IMPÉRIOS AD ESPECIAL 100K INSCRITOS”	77
Imagem 14 – COMENTÁRIO NO VÍDEO “A HISTÓRIA DO IMPÉRIOS AD ESPECIAL 100K INSCRITOS”	77
Imagem 15 – PERSONAGEM DO PROFESSOR.....	91
Imagem 16 – COMPARAÇÃO PERSONAGEM DO ALUNO E THIAGO BRAGA	92
Imagem 17 – PROFESSOR FALANDO DA OBRIGAÇÃO DA CONVERSÃO DO REINO DO CONGO	93
Imagem 18 – BRIGA DOS ALUNOS	94
Imagem 19 – “FUSÃO” PORTUGAL E IGREJA	96
Imagem 20 – SATIRA AO REI DO CONGO APRENDENDO PORTUGUÊS.....	97
Imagem 21 – SÁTIRA DO BATIZADO DO REI DO CONGO	98
Imagem 22 – SÁTIRA DA ALIANÇA FIRMADA ENTRE O REINO DO CONGO E PORTUGAL.....	99
Imagem 23 – “VERDADEIRO” INIMIGO	101
Imagem 24 – O REINO DO KONGO E SEUS VIZINHOS NO SÉCULO XVI	105

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AD	Anno Domini
BCE	Biblioteca Central dos Estudantes
Cedic-PUC/SP	Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Cetic.br	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
ECA-USP	Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
ERER	Educação para as Relações Étnico-Raciais
FAETERJ	Faculdade de Educação do Estado do Rio de Janeiro
FFLCH/USP	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
GEPHOM-EACH/USP	Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo
GRPCOM	Grupo Paranaense de Comunicação
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IFPR	Instituto Federal do Paraná
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero e outras identidades
LGBTIfobia	Preconceito contra pessoas baseado na orientação sexual ou identidade de gênero.
MAC-USP	Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo
MBL	Movimento Brasil Livre
MNU	Movimento Negro Unificado
NEIAB	Núcleo de Estudos Interdisciplinar Afro-Brasileiro
ONU	Organização das Nações Unidas
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGHP	Programa de Pós-Graduação em História Pública
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-Rio	Universidade Católica do Rio de Janeiro
RU	Restaurante Universitário
SESC	Serviço Social do Comércio

UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNIFAVENI	Centro Universitário Faveveni
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. “A HISTÓRIA É FRUTO DO PODER”: COLONIALISMO, BRANQUITUDE E EUROCENTRISMO	26
1.1 HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: RETORNOS/APROPRIAÇÕES PELOS CANAIS DA EXTREMA-DIREITA	31
1.2 A ESCRAVIZAÇÃO NO DEBATE PÚBLICO	39
2. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA NA ERA DA INTERNET	51
2.1 HUMANIDADES DIGITAIS	54
2.1.1 Youtube	56
2.1.2 Os canais de História da extrema-direita produzem História (Pública)?.....	59
2.2 “HISTÓRIA, CULTURA E BATALHAS DOS MAIORES IMPÉRIOS E NAÇÕES DO MUNDO EM ANIMAÇÕES INSANAS COM MUITO HUMOR”: O IMPÉRIOS AD NO DEBATE PÚBLICO	63
2.3 USOS DO PASSADO: INSTRUMENTALIZAÇÃO DA IDADE MÉDIA	68
3. O TRÁFICO DE PESSOAS ESCRAVIZADAS E A ORIGEM DA ESCRAVIZAÇÃO AFRICANA NO BRASIL: A “HISTÓRIA” PELO CANAL IMPÉRIOS AD	80
3.1 TODO DOCUMENTO É (RE)INTERPRETAÇÃO!	84
3.2 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO HUMOR NAS ANIMAÇÕES DO IMPÉRIOS AD.....	88
3.3 “QUEM FOI O AUTOR XENÓFOBO E RACISTA QUE ESCREVEU ISSO?!”: UMA HISTÓRIA PELO IMPÉRIOS AD	102
3.3.1 A Conversão	106
3.3.2 Escravização e o comércio de pessoas no Reino do Kongo	109
3.3.3 A escravização negra se deu por razões raciais!?.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	123

SILVA, Joana Máximo da. **“Quem foi o autor xenófobo e racista que escreveu isso?!”:** da historiografia brasileira até a narrativa “histórica” do Impérios AD, uma história feita por mãos brancas (1838/2018). 2026. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2026.

ERRATA

FOLHA	LINHA/ILUSTRAÇÃO	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
1	5	1838/2018	1838/2020
2	4	1838/2018	1838/2020
3	7	1838/2018	1838/2020
4	11	1838/2018	1838/2020
15	3	1838/2018	1838/2020

INTRODUÇÃO

Esú me guiou para a pós-graduação! Não somente ele, mas toda a ancestralidade que carrego e move meu corpo me trouxeram para esse espaço. Por isso, este trabalho não se propõe à neutralidade. Tenho compromisso. Compromisso com aquelas/es¹ – carnis e/ou espirituais – que possibilitaram minha chegada aqui. Por essa razão, comprometo-me a encarar as violências de uma ciência histórica que se constituiu como neutra, branca, europeia e universal; e denunciar os usos e abusos dessa ciência por grupos de extrema-direita². Neste trabalho, tento cumprir parte do meu dever ancestral, escrevendo sobre eles, os brancos, usando-os como objetos, contando suas histórias.

Para tanto, esta pesquisa está dividida em três capítulos: no primeiro, uma análise acerca dos retornos/apropriações da historiografia brasileira sobre a população negra pelos canais de extrema-direita e acerca da escravização africana no debate público; no segundo, exploro a produção histórica em tempos de internet, das Humanidades Digitais, o uso do YouTube enquanto fonte, e respondo à indagação se canais de extrema-direita produzem História Pública. Seguindo isso, apresentarei a fonte deste trabalho, o canal do YouTube Impérios AD, suas interlocuções com a extrema-direita e uma discussão sobre os usos do passado focalizados na Idade Média, em especial a figura dos templários. E no terceiro capítulo, analiso e combato a narrativa do vídeo *O tráfico de escravos e a origem da Escravidão no Brasil* (2020), do canal Impérios AD.

No que se refere ao recorte temporal da análise, embora o objeto central da pesquisa seja o Tempo Presente³, recorro ao marco de 1838, ano do Regulamento do Colégio Pedro II,

¹ Adotei a decisão política de flexionar todas as palavras deste trabalho em gênero, priorizando, inicialmente, o gênero feminino. Enquanto mulher negra enquadrada nos estudos pós-coloniais, decoloniais e feministas, não me permito a redução ao gênero masculino como forma “neutra”. Em consonância com Grada Kilomba (2019), a inexistência de uma identidade na língua falada ou escrita, ou sua identificação como erro, revela a problemática das relações de poder e violência intrínsecas à língua portuguesa.

² O conceito de “extrema-direita” é empregado neste trabalho de forma operacional, não como uma categoria fixa ou homogênea, mas como instrumento analítico para identificar posicionamentos políticos específicos. Em geral, refere-se a movimentos e atores sociais associados ao nacionalismo radical, xenofobia, racismo, fundamentalismo religioso e outras posturas reacionárias. No contexto político brasileiro contemporâneo, engloba também grupos que se posicionam de maneira radicalmente antagônica à esquerda, que apoiaram o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e que se opõem a políticas identitárias (Kerche, 2019).

³ Conforme François Dosse (2012), a História do Tempo Presente, implica em uma reflexão sobre o Tempo, que durante muito tempo era impensado na disciplina histórica. Considerava-se que historiadoras/es deveriam estar longe de seu objeto de pesquisa, uma vez que determinado acontecimento só poderia ser estudado quando nenhuma pessoa que o vivenciou estivesse viva, pois não existiriam formas dessa história ser escrita subjetivamente, com os testemunhos como fontes. Para o autor, a história do tempo presente está na intervenção do presente e da longa duração, pois o presente é construído com o tempo. Segundo Dosse (2012), o tempo presente não é um simples período adicional destacado da história contemporânea, mas uma nova forma de escrever a história.

momento fundamental para a disciplinarização da História no Brasil. A retomada desse marco permite compreender os fundamentos da historiografia brasileira mobilizados e apropriados no debate público pela fonte desta pesquisa, o canal Impérios AD. O outro marco mobilizado pela pesquisa é o ano de 2020⁴, data de publicação do vídeo *O tráfico de escravos e a origem da escravidão no Brasil*, objeto central da análise desenvolvida no terceiro capítulo.

Embora a pesquisa esteja organizada a partir desses recortes temáticos e temporais, é igualmente necessário explicitar o lugar a partir do qual esta investigação é produzida. Desse modo, antes de mergulhar na pesquisa propriamente dita, é fundamental resgatar elementos da minha trajetória para contextualizar como cheguei a este espaço e às problemáticas centrais da dissertação. Adotando a perspectiva da intelectual estadunidense Donna Haraway (1995), esta pesquisa parte da premissa de que todo conhecimento é situado, partindo de pontos de vista específicos que consideram marcadores sociais como gênero, raça e classe, entre outros. Assim, como mulher cisgênera, negra, periférica e cotista, evito uma abordagem “do alto” ou “de fora”, e comprometo-me com os saberes que emanam dos corpos, das memórias e das lutas das pessoas negras.

É a partir desse lugar que narro minha própria história. Eu nasci na cidade de São Paulo e morei parte da minha infância no extremo sul da cidade: primeiro no Grajaú⁵, depois no Jardim São Norberto⁶ e, em seguida, no Jabaquara⁷. Não havia muitas perspectivas para pessoas negras que cresciam onde nasci, ainda mais para mim, filha de uma mãe solo, negra, baiana e com pouca escolaridade. Minha mãe, Vilma, sabe escrever e ler pouco, mas, com o pouco que sabe, incentivava suas/seus filhas/os a estudar; dizia que o estudo era a única coisa que tinha condições de nos oferecer, e era a única coisa que ninguém podia nos tirar.

Minha irmã Solange foi a primeira da família a se formar em uma universidade pública, tendo escolhido a licenciatura em Geografia. Ela também foi a primeira mulher negra que vi frequentando a universidade. Não sei ao certo quando decidi fazer ensino superior, mas, ao contrário dos meus colegas de turma que almejavam Medicina, Direito ou Engenharia, eu queria ser professora!

Esse desejo se manifestava desde a infância, inclusive nas brincadeiras, nas quais o ato de ensinar já se fazia presente. Foi no espaço escolar que tive meus primeiros contatos com a

⁴ A data 2018 presente no título refere-se ao ano de criação do canal. O vídeo utilizado como fonte da pesquisa, entretanto, foi publicado em 2020. Como não foi possível alterar o título após a defesa, manteve-se a referência a 2018.

⁵ Grajaú é um distrito do município de São Paulo, localizado na zona sul.

⁶ Jardim São Norberto faz parte da subprefeitura do distrito de Parelheiros.

⁷ Jabaquara é um distrito do município de São Paulo, localizado na zona centro-sul.

literatura, poesia e história. Ao mesmo tempo, conheci pela primeira vez o peso do racismo. A escola, desse modo, era um espaço que me apresentava possibilidades, mas que também me causava traumas, muitos deles relacionados à minha aparência física. Sempre estive em uma posição na qual os garotos da sala de aula, incluindo garotos negros, me classificavam como a “menina mais feia da turma”; os motivos eram devidos à minha aparência, descrita por meus agressores como a de um “macaco”.

Uma das lembranças mais marcantes do período escolar foi a mudança para o interior do Paraná, especificamente para a cidade de Nova Esperança. Foi nesse contexto que vivenciei de forma mais profunda a rejeição ao meu corpo e outras violências, que só consegui nomear após muitas sessões de terapia. Eu tinha 12 anos e a novela *Carrossel*⁸ estava no ar. Transmitiu-se o episódio em que a turma aplicava o “castigo do silêncio”⁹ à personagem Maria Joaquina, uma menina rica, branca, que proferia diversas falas preconceituosas e racistas, em especial contra Cirilo, um menino negro da trama. Ao chegar na escola, minhas/meus colegas não dirigiam a palavra a mim: eu era invisível. Passei dias em completo silêncio. Quando voltaram a falar comigo, disseram que meu sotaque incomodava. A partir de então, passei a policiar minhas palavras, eliminando qualquer pronúncia que indicasse que eu não era como elas/eles.

Essa experiência encontra ressonância na análise de Neusa Souza Santos (1983), para quem ser negra/o é ser contínua e cruelmente violentada/o. A violência racial do branco se exerce “pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro” (Souza, N., 1983, p.2-3). Assim, ser uma pessoa negra é viver a experiência de ter sua identidade massacrada, “confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades” (Souza, N., 1983, p.18).

É justamente nesse movimento de resgate que se inscrevem as experiências do meu cotidiano familiar. Como em muitas casas de famílias negras, onde tradições são passadas oralmente em resgates, por vezes, inconscientes de tradições africanas, cresci em um lar rodeado de contadoras/es de histórias¹⁰. Nos almoços de domingo, ao se sentar à mesa, minha

⁸ A telenovela infantil *Carrossel*, baseada na telenovela mexicana “*Carrusel*”, foi produzida pelo SBT e escrita por Íris Abravanel.

⁹ O “castigo do silêncio”, é uma forma de abuso emocional na qual uma pessoa interrompe a comunicação com outra como forma de punição ou manipulação. Trata-se de um comportamento passivo-agressivo que causa sofrimento e ansiedade à vítima, funcionando como uma ferramenta de controle e manipulação.

¹⁰ A tradição oral africana não se limita a histórias e lendas, ou mesmo a relatos mitológicos, ou históricos, e os *griots* estão longe de serem os únicos guardiões/transmissores qualificados. Para as populações africanas, a tradição oral abrange a grande escala da vida, na qual o espiritual e o material não estão dissociados. A oralidade é, simultaneamente, religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recriação (Bâ, 2010).

mãe contava as aventuras, dores e amores da vida. Afinal, sendo ela mulher negra, baiana, que saiu de sua terra para tentar a vida na cidade grande, tinha muitas histórias para me contar. Não somente ela. Sendo a caçula da minha casa, meus irmãos – Juvencio, Solange e Gilvan – contavam suas histórias também. Histórias de crianças negras que trabalhavam nas ruas de São Paulo. Assim, cresci em uma casa povoada por histórias que não habitavam os livros, mas que, desde cedo, despertaram em mim o desejo de historicizá-las.

É nítida em minha memória a lembrança de um domingo em família, quando, já adulta e cursando História, eu escutava suas histórias. Começava a tocar *Camelô*, do cantor e compositor baiano Edson Gomes, e meus irmãos começavam a cantar; seus olhos enchiam-se de lágrimas e, pouco a pouco, começavam a chorar. Raramente vi meus irmãos chorarem, ainda mais juntos, mas ali estavam reunidos contando e relembando a história de três crianças camelôs.

Na minha família, a música sempre foi um gatilho para a memória, e Edson Gomes foi o responsável por algumas delas. Lembro-me, por exemplo, de um Natal na casa do meu irmão Gilvan, no Grajaú, quando começou a tocar *Barrados*, e meu irmão chorou ao cantar os versos:

Ando meio cansado (não desisto)
 Por várias vezes barrados no baile (mas persisto)
 Acredito em tudo aquilo que faço
 E persisto em tudo aquilo que faço
 Acredito naquele que vem do espaço
 Ainda ontem no condomínio que moro
 Uma senhora quando me avistou
 Apertou a bolsa, e ela escondeu sua bolsa
 Apertou a bolsa, a branca segurou logo a bolsa
 Cenas da minha cidade
 Uma doença da sociedade
 Cenas da minha cidade
 Uma doença talvez incurável (Gomes, 2006).

Mas como não chorar? A letra explicita cenas do cotidiano urbano de pessoas negras, em especial de homens periféricos, como meu irmão. É nesse entrecruzamento entre memória familiar, oralidade, música e violência racial que a escolha por cursar História se constitui: como uma tentativa de blindar meu corpo diante do racismo, mas também como um gesto afirmativo e, em certa medida, espontâneo, orientado pelo desejo de resgatar, escrever, ouvir e narrar as histórias da minha ancestralidade.

Já nas primeiras aulas do curso, com os primeiros textos, compreendi que corpos como o meu foram definidos como “povos sem história”. E eu própria, nessa lógica, jamais poderia narrar meu passado, porque, afinal, eu era “contaminada” pela emoção. Mas como não me emocionar? Assim como meus irmãos, eu chorava ao lembrar.

Com o passar dos dias, deparei-me com uma licenciatura que, por vezes, me frustrava e, na maior parte do tempo, me violentava. Professores, em sua maioria homens brancos cisgêneros, exigiam de mim afastamento e neutralidade, embora eles próprios parecessem tão próximos. Acusavam-me de ser “apaixonada demais” e de estar contaminada pelas minhas escolhas, mas eles próprios eram apaixonados pelo próprio reflexo. Homens brancos, cisgêneros, heterossexuais que se liam e se reliam, e eu era tida como apaixonada? Eu, que estava contaminada pelas minhas fontes, produzia uma história “subjetiva”?

Nas ementas das disciplinas, raramente constavam autoras; ainda mais raros eram os textos de autoria negra. Posso contar nos dedos de uma só mão quantas mulheres negras li na graduação.

Já no final do primeiro ano, decidi que queria pesquisar. Ainda não tinha um objeto de pesquisa, nem uma linha teórica a seguir. Eu só sabia que queria ser pesquisadora. Já havia tido contato com pesquisa no IFPR (Instituto Federal do Paraná - Campus Paranavaí), pois realizei meu trabalho de conclusão do Ensino Médio, mas queria produzir um texto em História; queria ser historiadora!

Para ser historiadora, era preciso contar uma história.

É fundamental que eu narre uma conversa para que se possa compreender de onde parte minha pesquisa. Afinal, ainda causa estranhamento que uma mulher negra escreva, sobretudo sobre a extrema-direita, um território concebido majoritariamente ocupado por pesquisadores homens e brancos. Nesse sentido, o objeto escolhido para minha pesquisa passa a levantar diversas dúvidas quanto à minha capacidade de compreensão da temática. Afinal, sendo eu mulher e negra, o que eu poderia ou saberia produzir e acrescentar ao debate?

Em relação a isso, para explicitar a origem das minhas primeiras investigações sobre as produções no YouTube de canais da extrema-direita, relato um diálogo que ocorreu em um domingo, após um almoço de família, na casa da minha irmã Solange. Meu irmão mais velho, Juvencio, questionou-me, mais ou menos, nos seguintes termos:

- Você conhece a Brasil Paralelo?
- Irmão, isso é bobagem da direita! Eles não fazem história de verdade! Eles estão deturpando os fatos históricos.
- E o que você sabe sobre isso, Joana?
- Eu faço faculdade, Juvencio, são 4 anos de curso. Nós, historiadores, temos um método para leitura das nossas fontes. Esse canal só sabe contar mentiras para manipular as pessoas.

– (Ele ri) Joana, você é muito apaixonada, não deveria ter feito História! Mas foi uma escolha sua. Seria uma boa advogada, defenderia muito bem bandidos. Você, quando acredita em uma coisa, vai até o final. Você precisa crescer e estudar. Quando pesquisar sobre o assunto, aí você pode discutir comigo.

Fui embora chorando. Cheguei em casa. Assisti à Brasil Paralelo. Escrevi meu projeto de iniciação científica. Conversei com a professora Márcia Tete, da Universidade Estadual de Maringá, onde cursava História, e iniciamos a pesquisa sobre a Brasil Paralelo e a produção de conteúdo relacionados ao *Black Lives Matter*¹¹.

Foi a emoção que me levou a pesquisar. O sentimento de frustração tornou-se minha motivação. Eu não conseguia acreditar que meu irmão, homem negro e baiano, que passou a adolescência como ambulante em São Paulo e cresceu em um lar que alagava em dias de chuva, fosse também alguém que me descredibilizava, ao afirmar que eu era “apaixonada”, reproduzindo os mesmos insultos e violências que homens brancos acadêmicos direcionaram a mim.

Eu queria entender a razão. Comecei a pesquisar em 2021; portanto, não era novidade para mim que meu irmão havia votado em Jair Messias Bolsonaro para presidente. O que me surpreendia era a violência que ele dirigia à minha formação. Meus irmãos sempre foram incentivadores da minha educação: levavam-me para a escola, davam-me livros e auxiliavam-me nas tarefas escolares. Foram meus irmãos que me incentivaram a ingressar no ensino superior. Meu irmão Juvencio costumava dizer o quanto eu era inteligente e, agora, estava ali dizendo que eu “não deveria ter feito História”.

Ele me disse aquilo porque eu não concordava com a “história” produzida pela Brasil Paralelo. Naquele dia, entendi que meu irmão havia mudado. Não era somente sobre o voto em 2018, mas sobre toda uma reconfiguração de quem ele era. De quem eu acreditava que ele era. Não existia mais domingo em família em que meu irmão não proferisse frases preconceituosas ou dissesse o quanto minha irmã e eu éramos burras. Ele exaltava sua “masculinidade”, zombava do fato de minha irmã e eu termos cursado a faculdade, afinal, segundo ele, “não servia para nada”.

¹¹ Resultado da pesquisa pode ser lido em: RAMOS, Marcia. Elisa Teté; SILVA, Joana Maximo. VIDAS (NEGRAS) IMPORTAM?! - BRASIL PARALELO, A NETFLIX DO REVISIONISMO HISTÓRICO. In: Ivania Dickmann. (Org.). Vamos dialogar sobre o poder da educação?. 1ed. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2023, v. 3, p. 170-192. E nos anais I Seminário do Labtempo: para além de uma história acadêmica da Universidade Estadual de Maringá, disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1G1lqGt-G3bfk9HqdO14XbC7RnTYQKih1/view>>.

Meu irmão havia se tornado tudo o que eu odiava. Ele reproduzia violência e era violento, ao mesmo tempo em que se tornava o que o sistema queria e esperava de um homem negro como ele. Meu irmão odiava a universidade, não acreditava na existência do racismo, era machista e, por vezes, misógino, reproduzindo racismo. Ele era/é o retrato do que a branquitude espera e quer de homens como ele.

Por essa razão, minha pesquisa passou a ser *a transformação do silêncio em linguagem e em ação* (Audre, 2020). Meu silêncio não me protegia, e seu peso me afogava. Escrever e pesquisar tornaram-se necessários para recuperar o que foi utilizado contra mim: as palavras. Tratava-se de ir contra um sistema que me violenta, um sistema que fazia com que meu irmão parecesse um deles. Meu irmão, um homem que, mais do que ninguém, deveria conhecer a dor do racismo, passou a não acreditar mais nela. Meu irmão, que viu a violência contra corpos negros na periferia de perto, passou a culpabilizar os indivíduos. Mais do que isso, silenciava-me em conversas em casa, exigindo que eu “pesquisasse sobre”. Assim, fiz uma pesquisa para satisfazê-lo. E, não satisfeita, realizei uma segunda iniciação científica sobre o livro da Brasil Paralelo¹².

Conforme me inseria no mundo da pesquisa em História, outros tensionamentos apareceram. Afinal, comecei a pesquisa para poder “discutir” com meu irmão, mas logo percebi questões muito mais profundas nessas produções; foi então que compreendi o motivo da transformação vivida por ele. Ao pesquisar sobre a Brasil Paralelo, em especial a produção sobre o *Black Lives Matter* e, posteriormente, sobre o livro *Brasil: a última cruzada* (2022), percebi a manipulação de fatos históricos, as escolhas narrativas e os silenciamentos que atravessam as produções da produtora gaúcha.

Enquanto desenvolvia minhas primeiras pesquisas, eu também fazia parte do Núcleo de Estudos Interdisciplinar Afro-Brasileiro da Universidade Estadual de Maringá (NEIAB/UEM). Foi em um dos grupos de estudo do NEIAB que me foi apresentado o livro *O pacto da branquitude* (2022), escrito pela intelectual negra Cida Bento. Através das discussões sobre a obra, apresentou-se uma chave de leitura fundamental para minha pesquisa: a da branquitude. Eu sentia que algo faltava em minha produção, pois me incomodava a quantidade de referências

¹²Resultado da pesquisa pode ser lido em: SILVA, J. M.; PRIORI, A. A. . Quem pode fazer história pública? Um estudo de caso sobre a Brasil Paralelo. Revista Histórias Públicas, v. 2, p. 178-195, 2024. E nos anais do X Congresso Internacional de História; XXVI Semana de História DHI; IX Congresso de História de Ivaiporã; II Encontro do Prof-História da Universidade Estadual de Maringá, disponível em: <https://ugc.production.linktr.ee/d6284e00-9541-4159-8057-544324b74532_Anais-eletr-nicos.pdf>.

utilizadas pela Brasil Paralelo, principalmente durante o processo de produção da minha iniciação científica sobre o livro.

Nesse período, eu estava no terceiro ano da graduação, e é importante ressaltar que esse foi o momento mais difícil da faculdade. Não pela bagagem teórica, mas porque era o momento temido por toda/o discente negra/o que cursava História na UEM: a disciplina de Brasil IV no primeiro semestre e Brasil V no segundo. Um ano de disciplina, ministrada pelo mesmo professor. Um ano em que todos os absurdos possíveis e impossíveis eram proferidos em sala de aula. Essa foi a primeira vez que pensei em desistir de cursar História.

As aulas ocorriam todas as quartas-feiras, no bloco G-56, e ele chegava pontualmente às 19h30. Branco, cisgênero, alto, de olhos claros e liberal, carregava sob o braço uma pasta de couro com os textos desgastados da disciplina. A ementa abordaria o Brasil Colônia seguido pelo Brasil Império; o professor era especialista em escravização, com mestrado e doutorado na área. A disciplina era dele!

Ao longo do ano, li obras de diversos autores, como Adam Smith, J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho, Jean-Baptiste Debret, João Severino Maciel da Costa, José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu), José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Nabuco, Antônio Carlos de Tavares, Eça de Queirós, Afonso Arinos de Melo Franco, João Camillo de Oliveira, Gilberto Freyre, entre outros. Todos eram homens brancos, alguns luso-brasileiros do período da emancipação, outros estrangeiros, portugueses e brasileiros do final do século XIX e meados do XX. Realizei a leitura de todos, fiz fichamentos dos textos e assisti às aulas. Contudo, ao final, sentia um forte incômodo que não se restringia às leituras, mas também ao que era discutido.

Veteranas/os negras/os me contavam sobre a crueldade da disciplina, mas só fui compreender o que diziam quando cursei. As aulas pareciam intermináveis; ele falava lentamente e, por vezes, baixo, elevando o tom somente ao se referir à população negra, como se quisesse que suas falas racistas fossem ouvidas. E eu ouvia, em silêncio. Eu era uma das poucas pessoas na sala que prestava atenção, anotando cada palavra. Ele “gostava de mim”, dava aula olhando em meus olhos, às vezes “se esquecia” de me chamar na chamada, pois “sabia que eu estava presente”. A filha dele tinha o mesmo nome que o meu.

Eu guardava ódio dentro de mim. Não podia reprovar. Mas me assustava o fato de que um homem como aquele estivesse dando aulas na universidade, ainda mais em uma universidade pública; cada palavra dita por ele me fazia sentir como se estivesse assistindo a um vídeo da Brasil Paralelo ou ouvindo Olavo de Carvalho. Ele dizia que a escravidão teria sido uma instituição necessária; que o Haiti era hoje um país pobre porque foram as pessoas

negras que realizaram a revolução; comparava o processo colonizatório com a colonização de bactérias na biologia; dizia que pessoas negras escravizadas eram uma mão de obra inútil e preguiçosa, já que tinham o que comer e onde dormir “de graça” e, portanto, não valorizavam o trabalho. Para ele, o racismo estrutural era uma invenção. Não existia dívida histórica. As cotas para negros criariam um “novo nazismo”. O passado deveria ficar no passado!

Diversos absurdos eram proferidos em sala e legitimados por seu referencial teórico. Ele tinha fontes e referências para dizer o que dizia; era, ele próprio, uma referência: um professor concursado em uma universidade pública. Muitos podem pensar que aquele professor era um caso isolado, mas, quando se trata da história da população negra, em especial da diáspora e da escravização, o racismo se manifesta como mecanismo de manutenção da branquitude. O ponto crucial residia no fato de que eu percebia as aproximações discursivas entre professoras/es universitárias/os e a produção da Brasil Paralelo sobre pessoas negras.

O contato com a obra de Cida Bento possibilitou-me elaborar algo que só consegui compreender plenamente ao passar por essa disciplina: a existência de um pacto da branquitude. Ao longo das disciplinas e conforme lia algumas/alguns autoras/es para minha iniciação científica, passou a me incomodar a falta de autocritica por parte dos trabalhos, especialmente pela ausência de tensionamentos acerca da responsabilidade sobre a história que contávamos. Afinal, esses grupos utilizavam referências teóricas produzidas e, por vezes, legitimadas pela própria universidade. Nesse contexto, firmava-se, para mim, um compromisso: eu precisaria me responsabilizar pela minha produção e abordar questões sensíveis.

O sonho de fazer mestrado foi-me soprado por minhas/meus ancestrais. Era-me sussurrado ao ouvido que eu precisava alçar voos maiores, porque, afinal, “ninguém segura o vento”; e, como o vento, eu desejava me movimentar. Esse desejo articulava-se às inquietações teóricas e políticas que atravessavam minha formação, tornando o mestrado não apenas uma continuidade acadêmica, mas uma necessidade.

Durante meus quatro anos de graduação, aproveitei ao máximo as oportunidades que a universidade oferecia. Enfrentei a pandemia de COVID-19, assisti a aulas online, fui presidente do Centro Acadêmico de História, participei de debates em sala de aula, chorei, tomei cerveja no bar do Adão, almocei no RU diariamente, fui a eventos de calouros, realizei pesquisas, atividades de extensão, PIBID, Residência Pedagógica, estágio na Biblioteca, dormi no centro acadêmico, estudei na BCE, dancei, me irritei, fui laureada no curso e fiz militância. Vivi intensamente a universidade, em todas as suas contradições e possibilidades.

Quando percebi que faria o mestrado, sabia que precisava ir embora, e não somente eu, já que era um sonho que vivenciava acompanhada. Outra mulher negra, Thais, compartilhava

comigo a experiência universitária. Guiadas por nossa fé, escrevemos nossos projetos juntas. Choramos diante da possibilidade de nos tornarmos mestras. Fomos juntas ao terreiro pedir proteção para nossa caminhada.

A gira ocorreu em agosto, durante a celebração do Senhor do Bonfim. Era uma gira de baiano. O tambor ressoava, minha mente viajava, meu corpo dançava. Eu sabia que estava no lugar certo. Pedi, com fé, a aprovação; foi-me sussurrado que eu seria aprovada. Nas giras seguintes, o pedido permaneceu o mesmo. Dona Sete Saias, pombagira da casa, ofereceu-me sua bebida e disse: “Peça, menina, que eu darei”. Eu pedi. No caruru das crianças, Azulão me orientou a colocar moedas em seu cofrinho e fazer um pedido. Eu pedi.

A ancestralidade possibilitou minha aprovação no processo seletivo do mestrado. Desde a inscrição até a arguição, pedi que Esú conduzisse meu caminho. Venho sendo guiada, desde então, para este lugar, com o propósito de fazer justiça. Este trabalho se conclui como uma tentativa de despertar a casa-grande de seu sono injusto, provocando-a e buscando incomodá-la. É também um presente para mulheres negras que, como eu, ousaram escrever e são insubmissas.

1. “A HISTÓRIA É FRUTO DO PODER”: COLONIALISMO, BRANQUITUDE E EUROCENTRISMO

Como fazer, como escrever a história sem se deixar escravizar pela sua abordagem, fragmentariamente?

É possível reduzir-se a história do homem, a história total, a especialização? Reduzi-la a uma ciência puramente constatadora do que aparentemente vivemos? É possível limitar a história a um tempo historicamente reduzido, ou seja, entendê-la somente como nos foi apresentada a partir do século XIX? Como mais uma ciência?

(Beatriz do Nascimento, 2021, p.37-38)

O primeiro texto que li na graduação foi *Por que aprender História?* (2011), do historiador inglês Peter Lee. Lembro-me de ter me esforçado para entender as palavras que me pareciam estranhas e que não se encaixavam. Foram horas de leitura para interpretar um simples texto, e eu mal sabia que anos depois continuaria a me esforçar lendo tantos outros textos de História, e me incomodaria nessas leituras ao perceber a ausência de teóricas/os, intelectuais e historiadoras/es negras/os no decorrer do curso.

Neste meu primeiro contato com a disciplina histórica na universidade, compreendi que ninguém podia escapar do passado e, por essa razão, era importante aprender História. Com Peter Lee (2011), aprendi que o passado é construído por conceitos empregados para lidar com o cotidiano do mundo físico e social; portanto, não é possível escapar dele, pois ele faz parte de quem somos e resulta em quem nos tornaremos. De forma simultânea, o historiador negro Clóvis Moura (2025) afirma que a história é a mais antiga e universal das ciências, já que, conforme as pessoas pensam, elas pensam historicamente, seja a partir de um passado mítico ou de um devir utópico.

Sendo uma mulher negra de axé, o passado e antepassadas/os influenciam meu tempo e, conseqüentemente meu passado, presente e futuro. Em casa, aprendi a respeitar minhas/meus mais velhas/os (passado), para viver bem no presente e honrá-las/los no meu futuro, que só seria próspero através da lembrança e “dívida” com as/os ancestrais. Desde cedo entendi que meu presente era fruto do passado. No decorrer da graduação, compreendi que, assim como em casa, e seguidamente como aprenderia no terreiro, passado e presente dialogam entre si.

Na universidade, descobri que nem todos os povos tinham história, o que muitas vezes se aplicava a mim. Crescemos com a ideia de que cada pessoa possui uma história, mesmo que

nem todos tenham uma historiografia. O historiador indiano Sanjay Seth (2013) argumenta que a maioria das culturas teve ou tem mitos e/ou épicos religiosos, em vez de uma escrita da história, e, por vezes, ambas as coisas se confundiam; por esse motivo, “essas tradições intelectuais originárias tinham demonstrado que eram desiguais na tarefa de registrar e narrar a sua história, ao misturarem mito e realidade, desejos e fatos, deuses e homens” (Seth, 2013, p. 174).

Assim, eram consideradas incapazes de representar seu próprio passado, mas “as suas próprias formas de registrar e de se relacionar com o passado – seja por meio de mitos, lendas, épicos religiosos, ou outros – podiam servir, na melhor das hipóteses, como matérias-primas (pouco confiáveis) na reconstrução desse passado” (Seth, 2013, p. 174). Ainda no primeiro ano de curso, fui ensinada que essas formas de registrar e/ou se relacionar com o passado eram “empíricas”. Em uma frase anotada no primeiro ano, escrevi: “Os bantos tinham/têm uma cultura sem escrita, suas concepções são empíricas”.

Naquele momento, eu não compreendia ao certo o que escrevia, mas hoje, relendo aquelas minhas anotações de graduanda recém-ingressa, percebo o que o quilombola Nego Bispo chamou de “guerra das denominações”, uma vez que as denominações são instrumentos “de domesticação e/ou interferência nos comportamentos” (Bispo, 2015, p. 55). Conforme o antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot (2016), os nomes definem um campo de poder, uma vez que poucas pessoas têm o poder de dar nome a algo. Assim, “terminologias demarcam um terreno, política e epistemologicamente” (Trouillot, 2016, p. 184).

Para as/os Bantus, assim como para mim e os saberes que me eram transmitidos, o passado possuía uma importância fundamental, pois sem ele o presente não existiria. Nós, do presente, somos devedoras/es das gerações passadas, que se orgulham de nossos feitos. As ações no presente garantem nossa permanência no futuro, que depende de seus descendentes. Os ancestrais são o elemento mais importante e determinante para nós.

Por esse motivo, a existência do além não é um mero conhecimento teórico, mas uma convocação prática que se reflete na vida diária das pessoas vivas. Aquelas/es que morrem para nós existem através de suas/seus descendentes, acompanhando-as/os durante suas vidas. Se, por algum motivo, nós, vivos, esquecermos de lhes prestar homenagens, elas/es podem se manifestar por sinais de descontentamento mediante diversas calamidades.

Embora não esteja sozinha nessa concepção de mundo, considerando a existência de uma maioria da população mundial cujo mundo é cercado e povoado por deusas/es “que agem no mundo e acima do mundo, e cuja atividade deve ser registrada em qualquer relato do mundo” (Seth, 2013, p. 176), e pessoas para quem a temporalidade permite que suas/seus ancestrais

mortas/os intervenham em suas vidas. Ao considerarmos a escrita da história, ela nasce de “certas separações fundamentais que a constituíram como uma prática racional, e essas separações desabonam a impossibilidade de escrever a história incluindo o papel ativo de deuses e deusas” (Seth, 2013, p. 177).

Ao escrever História, nós, historiadoras/es, registramos que as pessoas acreditam na existência de deusas/es e sua participação ativa no mundo, mas, enquanto historiadores/as, não podemos construir uma história com deusas/es e espíritos como atores históricos reais.

Implícita nessas observações, está a presunção de que a história não é um fato do mundo que esteja representado de modo mais (na historiografia racional) ou menos (no mito e no épico) preciso, e sim de que ela é apenas uma maneira que a sociedade tem de constituir o passado e estabelecer uma relação com ele (Seth, 2013, p. 179).

Por essa razão, a História é um código, incapaz de decodificar os passados não ocidentais (Seth, 2013). Essa noção parte do princípio de que a História é uma disciplina que nasce do colonialismo europeu. A constituição da Europa como uma nova identidade e, seguidamente, da América – e de outras partes do globo, como a própria construção da ideia e conceito de África e de africanos – com a expansão do colonialismo, levou à elaboração de perspectivas eurocêntricas do conhecimento, que passaram a delimitar ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade (Quijano, 2005). Assim, o eurocentrismo foi construído, e continua sendo, como uma perspectiva hegemônica do conhecimento.

Com a colonização ibérica nas Américas, inaugura-se a modernidade e a organização colonial do mundo, assim como a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário. Estabelecendo o caráter universalista da experiência europeia ao resto do globo e, conseqüentemente, em suas disciplinas científicas produzidas na academia ocidental. A História nasce a partir de uma construção eurocêntrica, que irá pensar e organizar a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade. E “as outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento, são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais e pré-modernas” (Lander, 2005, p. 14).

As ciências sociais, e conseqüentemente a História, conforme o intelectual venezuelano Edgardo Lander (2005), contribuíram para ocultar, negar, subverter e/ou extinguir qualquer experiência e/ou expressão cultural fora do padrão civilizatório europeu. Assim, existe um tempo histórico tido como “normal” e universal, o europeu, e, seguidamente, o da branquitude. Conforme o historiador negro Marcelo Felisberto Moraes de Assunção (2023), esse tempo

forjado pela branquitude traz categorias que reforçam a “superioridade” dos lidos socialmente como “brancos” em relação aos que se definem como seu “espelho” (pessoas racializadas).

Quando dizemos que existe um tempo forjado pela branquitude estamos querendo pontuar que o problema do telos moderno não é só o seu eurocentrismo e etnocentrismo, mas também a produção de uma “ignorância branca” que esteve imbricada ao longo processo de construção relacional na modernidade das identidades geoculturais (negros, mestiços, indígenas e brancos). Ao nos referir a esta epistemologia ignorante, estamos nos debruçando sobre as leituras de Charles Mills (2023) que ao reler o cânone da filosofia hegemônica considera que houve a construção de um contrato racial que legitimou as divisões raciais e produziu em um mesmo movimento as condições para apagar este mesmo processo de racialização (Assunção, 2023, p. 426).

Desse modo, a História nasce mediante a construção de um *tempo da branquitude* (Assunção, 2023). Torna-se, portanto, imprescindível analisar as categorias temporais, indissociáveis dos processos de racialização forjados na expansão do capitalismo a partir do século XVI. Assim,

O tempo da branquitude é, portanto, o tempo da denegação da “não-contemporaneidade” do “outro” que se desdobra em desumanização, esta que se consubstancia na recusa a atribuir ao outro racializado agência não só no processo histórico, mas também na construção epistêmica do saber que representa esta mesma história (Assunção, 2023, p.427).

Em virtude disso, “a história é fruto do poder” (Trouillot, 2016, p. 18). E o poder, nesse contexto, é europeu, masculino e branco. A disciplinarização da história produz a compreensão do tempo por meio de sua unicidade, apropriada para a construção e legitimação dos Estados-nações. Em decorrência disso, a historiografia ocidental possui um caráter colonial.

A história disciplinar não é inocente em termos de suas pré-condições, considerando que o passado emudecido nem sempre está disponível ao presente, esperando que o/a historiador/a lhe dê voz. Logo, “A escrita da história não é simplesmente um “ofício” que se aplica a um objeto pré-existente, natural; ao contrário, e como qualquer disciplina, a escrita da história concebe e constrói o seu objeto” (Seth, 2013, p. 180). Apesar de sua naturalização, o “objeto de toda a escrita da história” é “o Homem, a humanidade” (Seth, 2013, p. 181).

Por essas razões, a História não é neutra/imparcial. Como qualquer outra ciência, a historiografia é influenciada pela subjetividade do corpo de quem a produz. Reconhecer isso não nega a cientificidade ou o método histórico, mas, sim, compreende que todos os conceitos e categorias de análise são subjetivos, por serem elaborações humanas e, conseqüentemente, interligados aos grupos sociais que a produzem.

No contexto de surgimento dos Estados-Nações, a história serviu para a legitimação da nação. No Brasil, Clóvis Moura (2015) afirma que ela existiu como suporte ideológico do sistema escravista. Considerando que uma sociedade de estrutura escravagista precisou produzir elementos que a explicassem e a justificassem historicamente, no Brasil dos séculos XVIII e XIX, a Historiografia, “escrita por historiógrafos ou intelectuais ideológica ou economicamente subordinados aos seus interesses e valores, tinha de refletir os interesses dominantes, isto é, os valores que representavam os interesses dos senhores de escravos” (Moura, C., 1990, p. 31-32). Ou seja, tratava-se de uma narrativa orientada pelos valores racistas da classe senhorial, construída para legitimar e naturalizar a escravização.

Assim, diversas narrativas históricas foram produzidas silenciando, marginalizando e distorcendo o papel de grupos minorizados¹³ na formação da sociedade. No que concerne ao Brasil e à população negra, observa-se a produção de interpretações históricas que construíram a imagem de um país branco, no qual pessoas negras não possuíam agência (Nascimento, A., 2016; Gonzalez, 2020; Nascimento, B., 2021; Moura, C., 2025). Essa lógica se estende a outros grupos minorizados – povos indígenas, pessoas trans, mulheres e populações LGBTQIA+ –, que também foram sistematicamente apagados da história do Brasil.

Sob essa perspectiva, nos termos do historiador Arthur Lima de Ávila (2019), é necessário *indisciplinar a história*, denunciando os usos e abusos dos saberes historicamente construídos, mas também aprendendo a viver – escrever – sobre os diversos tempos existentes sem tentar lhes “civilizar”, buscando descolonizar a disciplina histórica, uma vez que “este ‘lugar epistêmico’ que fundou a historiografia hegemônica, alicerçado na colonialidade do saber, precisa ser confrontado com uma ampla revisão que ‘indiscline’ o cânone” (Assunção; Trapp, 2021, p. 233).

Por esse motivo, precisamos de

histórias que ensinem que nossas atualidades não são prisões e que nossos passados, incluindo os disciplinares, não são destinos. Precisamos de histórias que se abram à realidade da vida e que nos ajudem na perturbação das certezas que querem nos provar que o presente é exatamente como deveria ser (Ávila, 2019, p.32).

¹³ Conforme Richard Santos (2020), o conceito de “maioria minorizada” refere-se ao grupo social formado por pessoas negras (pretas e pardas) que, embora representem a maioria demográfica da população brasileira, são minoria no que se refere ao acesso a direitos, serviços públicos, representação política, entre outros aspectos. Em outras palavras, são sujeitos que constituem “minorias” no acesso à cidadania, mas que formam “maiorias” nos processos de despossessão econômica, social e cultural. Aqui utilizo o conceito também para compreender que essa é uma condição imposta por alguém, no caso a branquitude hegemônica aos grupos subalternos.

No meio dessas tentativas de indisciplinar e/ou descolonizar a história surgem sujeitos que clamam pelo retorno a uma ciência universalista, masculina, eurocêntrica e branca, na qual o “homem” europeu ocupa o centro do conhecimento. Trata-se, assim, de uma reação às histórias democratizantes (disciplinadas ou não) das últimas décadas, que trouxeram luz às/aos derrotadas/os, vencidas/os e subalternizadas/os, funcionando também como sequela da conversão das democracias liberais neoliberalizadas em sociedades de inimizade (Ávila, 2022, p. 191).

Nesse processo de pesquisar canais de extrema-direita, deparei-me com um discurso segundo o qual nós, historiadoras/es, estaríamos deturpando os fatos históricos, produzindo “narrativas que tentam transformar heróis em vilões, perverter os fatos e transformar em ficção eventos importantes, além de dar ares de realidade a ficções históricas” (Brasil Paralelo, 2022, p. 10). Mas quem seriam essas/es historiadoras/es que não gostam “da própria história brasileira ou, ao menos, como ela de fato ocorreu” (Brasil Paralelo, 2022, p. 10)? Seriam aquelas/es que questionam perspectivas eurocêntricas e coloniais da história?

Para esses sujeitos, a história do Brasil é um “prolongamento glorioso de uma idealizada ‘civilização européia’ ou ‘ocidental’, que incorpora outras culturas e ancestralidades na condição de contribuintes secundários, reafirmando sempre sua condição subalterna” (Lima, 2019, p. 20). No entanto, essa prática não é exclusiva de grupos de extrema-direita: ao pensarmos na construção da disciplina histórica no Brasil, encontramos uma historiografia que também reforçou tal pensamento, dado o enfoque da formação histórico-cultural do país, marcado por razões geográficas e, sobretudo, pelo inconsciente coletivo de que o Brasil seria um país de formação exclusivamente europeia e branca (Gonzalez, 2020).

1.1 HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: RETORNOS/APROPRIAÇÕES PELOS CANAIS DA EXTREMA-DIREITA

A História é uma ciência de matriz colonial; portanto, sua disciplinarização no Brasil não poderia ser diferente. A disciplina histórica tem como marco institucional o Regulamento de 1838 do Colégio D. Pedro II, na então corte da cidade do Rio de Janeiro, que determinava a inserção da História como conteúdo no currículo a partir da 6ª série (Nadai, 1993; Mathias, 2011). Sob a influência do pensamento liberal francês, segundo o qual “a história é a nação, a história é a civilização”, ensinava-se prioritariamente a história da Europa Ocidental, considerada a “verdadeira história da civilização”, enquanto a história pátria permanecia como um apêndice: sem um corpo autônomo, ocupando um papel secundário e relegada aos anos

finais do ginásio¹⁴, com poucas aulas e uma bibliografia restrita a biografias de homens ilustres, datas e batalhas (Nadai, 1993).

Assim como na Europa, a disciplina era empregada pelo Estado como um instrumento para consolidar a nação. Dessa forma, o ensino visava legitimar a ordem social e política da época, que era escravista. De acordo com Carlos Leonardo Kelmer Mathias (2011), a didática do ensino da história baseava-se em narrações factuais seletivas, abordando somente grandes personagens, acontecimentos simbólicos e mitos fundadores. A história era ensinada com o propósito de construir uma cultura nacional, que preservasse a ordem, a obediência e a hierarquia social. Os currículos de História incluíam “História Sagrada” e “História Pátria”, pois existia a ideia de estabelecer uma moral e civilidade fundada em dogmas católicos. A História ensinada era restrita à elite branca, com ênfase na Europa e na mestiçagem da raça brasileira.

Para auxiliar nesse processo, é inaugurado, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja tarefa principal era escrever a “história oficial do Brasil”, responsabilizando-se pela formação de uma identidade nacional. Com inspiração eminentemente europeia, o IHGB promovia agendas de investigação e produção de relatórios científicos sobre as diferentes regiões que integravam o Brasil, buscando compreender a complexidade do país e a produção de uma identidade cultural, social e política.

Januário da Cunha Barbosa, secretário perpétuo do Instituto, sugeriu que uma “história geral” do país fosse elaborada por uma equipe tutelada pelo IHGB, utilizando-se de arquivos estrangeiros – leia-se europeus – e provinciais. Essa busca por uma história “geral e filosófica” vinculava-se a traços iluministas, que competiam com a especialização e a profissionalização na seleção de fontes oficiais (Sá, 2024). Para tanto, foi elaborado concurso aberto a intelectuais dispostos a formular um manual sobre “como escrever a história do Brasil”.

Em 1844, o naturalista alemão Karl von Martius venceu o concurso com o texto *Como se deve escrever a história do Brasil*, no qual apresentou diretrizes e proposições sobre a escrita da história do país. Essas ideias se baseavam na concepção dos elementos harmônicos das três raças (povos indígenas, europeus e africanos) e na influência da extensão territorial na formação da nação brasileira. Martius defendia essa visão porque segundo ele,

¹⁴ O ginásio constituía uma etapa da educação equivalente, aproximadamente, ao atual Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano). Antes da Reforma Educacional de 1971 (Lei n.º 5.692/1971), o ginásio, juntamente com o colegial, integrava o ensino secundário. Com a referida reforma, essa nomenclatura foi extinta e a etapa passou a ser reorganizada dentro do então denominado 1º grau, correspondente ao atual Ensino Fundamental.

[...] o Português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande errô para com todos os princípios da Historiografia pragmática, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimentos físico, moral e civil da totalidade da população. Tanto os indígenas, como os negros, reagiram sôbre a raça predominante (Martius, 1845, p. 442).

Para o autor, as populações indígenas eram consideradas uma civilização primitiva, sem moral e sem civilidade, constituindo verdadeiras “ruínas de povos”. Isso porque, segundo ele, “só depois de haver estabelecido um juízo certo sôbre a natureza primitiva dos autóctones brasileiros, poder-se-á continuar a mostrar, como se formou o seu estado moral e físico por suas relações com os emigrantes [...]” (Martius, 1845, p. 444). Desse modo, o autor compreendia que o estudo das populações indígenas deveria se basear, de forma mais geral e significativa, na língua dos nativos, chegando a solicitar ao IHGB que designasse linguistas para elaborar um dicionário e realizar observações gramaticais dessas línguas, em especial o tupi e seus dialetos.

O autor retrata os portugueses como seres superiores, conferindo às suas ações um caráter quase “divino” e apresentando a colonização e a escravização como elementos essenciais para perpetuar e demonstrar essa soberania. Eles são descritos como aqueles que atravessaram o oceano para fundar um “novo Portugal”.

Sobre a população africana, Martius a relega à parte mais curta do texto, deixando evidente que o Brasil seria diferente sem as pessoas negras escravizadas; entretanto, ele não sabe se seria para melhor ou pior, e seria papel do historiador fazê-lo. Para ele, as/os africanas/os eram as/os responsáveis pelo subdesenvolvimento do Brasil, por serem primitivas/os. Por esse motivo, Martius ressalta a “[...] necessidade de uma monarquia em um país onde há um tão grande número de escravos” (Martius, 1845, p. 457).

Essa necessidade de uma monarquia, ressalta-se, de caráter branco e europeu, presente no discurso de Von Martius em 1845, é refletida nos discursos da extrema-direita. Constantes são as exaltações e os pedidos de retorno da monarquia no Brasil por parte desses grupos, o que, à primeira vista, pode parecer “loucura”, “fanatismo” ou até mesmo “desconhecimento” da história do país, mas, na realidade, revela certos desejos subjacentes. Considerando que o Brasil é o país com o maior número de pessoas negras fora do continente africano, sendo composto por mais de 50% da população de pessoas negras (pretas e pardas).

Dessa forma, seria possível considerar que o desejo atual pela restauração monárquica, liderada por uma linhagem dos Bragança, esbarra, ainda que de modo implícito, na tese de Von Martius, que defendia a monarquia em uma sociedade marcada por um grande número de

peças negras escravizadas. Atualmente, tal postura causa incômodo diante da crescente visibilidade da população negra.

Retomando o texto de Von Martius, verifica-se que ele inspirou uma série de trabalhos posteriores, como a *História Geral do Brasil*, escrita por Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, publicada em dois volumes, nos anos de 1854 e 1857, com reedição revista, sob os cuidados do autor, em 1877. Trata-se do primeiro trabalho desse gênero escrito por um brasileiro, cujo objetivo era sistematizar o conhecimento historiográfico nacional, delineando uma feição para a “nação brasileira”.

Segundo Ana Priscila de Sousa Sá (2024), em *História geral do Brasil (1854-1857)*, Varnhagen buscou definir a identidade da nação brasileira mediante uma concepção pragmática do conhecimento histórico. Para Varnhagen, escrever a história da nação envolvia uma relação entre o autor, seu contexto e o projeto que defendia, visando à formação de um Estado nacional centralizado. Assim, sua obra foi dedicada ao Imperador D. Pedro II e assinada por um membro do Instituto Histórico do Brasil, refletindo a importância da nação como categoria de reflexão. Para ele, a história era um instrumento para o aperfeiçoamento da realidade social, especialmente para o exercício de funções públicas, e acreditava que seu texto elevaria a nação e o regime monárquico (Sá, 2024).

A obra foi um trabalho monumentalista e detalhista, que valorizava no

primeiro plano, a atuação dos administradores, donatários, capitães-gerais, governadores, clérigos e altos burocratas; no segundo plano, situa e descreve os índios, pequenos colonos, negros e escravos, compondo a galeria dos demais segmentos ou grupos subalternizados e as suas respectivas posições na sociedade (Moura, C., 2025, p.142)

A história nacional era vista à “imagem da verdade histórica” que interessava à nação, focando na colonização, civilização e desenvolvimento do Estado brasileiro. A Independência do Brasil era vista como o resultado de um processo iniciado com a chegada da Família Real, com D. João VI sendo considerado o primeiro soberano do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A obra foi estruturada de forma cronológica, ligando a história do Brasil à história europeia das navegações, e conferindo ao colonizador europeu o papel de principal representante da nacionalidade (Sá, 2024).

Conforme Clóvis Moura (2025), o visconde de Porto Seguro tinha uma visão dos fatos históricos baseada em uma teoria elitista e aristocrática, que enfatiza como

causas do nosso *dever* a ação dos grandes homens, das personalidades eminentes e dos grupos de poder das elites. Toda a sua obra reflete o desejo de demonstrar que as personalidades que mantinham o poder eram os agentes sociais e históricos que conduziam (este é o termo exato) o processo de transformação, o ‘progresso’ da nossa sociedade (Moura, C., 2025, p.143)

Varnhagen compreendia a escravização negra como uma instituição normal e moral. Para ele, a escravidão foi historicamente admitida por vários povos, e a introdução das/os africanas/os no processo seria uma continuação dos mouriscos vencidos na guerra da Reconquista. As/os africanas/os eram, para ele, relevantes apenas como instrumento de trabalho e mão de obra (Moura, C., 2025), reforçando a ideia de uma suposta “predisposição” natural do negro para a escravização, atribuída a Deus.

Nesse sentido, Clóvis Moura, ao analisar o pensamento do Visconde de Porto Seguro sobre pessoas negras e outras não brancas como agentes históricos e sociais, conclui que o autor via as “classes dominantes” – ou seja, a elite branca – como o “centro dinâmico, responsável pela mudança social” (Moura, C., 2025, p. 185).

Já no período da Velha República (1889-1930), a historiografia ainda demonstrava forte identificação com a história da Europa. Segundo Elza Nadai (1993), durante a discussão, na Câmara dos Deputados de São Paulo, do primeiro projeto de reforma da instrução pública em 1892, previa-se incluir, como parte do plano de estudos, notícias históricas sobre a Europa e biografias de personalidades ocidentais notáveis. Havia também a preocupação com a construção da nacionalidade e a formação de uma identidade nacional homogênea; para tanto, o plano contemplava “educação cívica” e “moral da pátria”, além de estudos sobre biografias de brasileiros célebres e notícias históricas do Brasil Colônia, do Império e da Proclamação da República.

A História, como disciplina presente em todas as escolas primárias e secundárias do território brasileiro, configura-se como um meio de “expressar as ideias de nação e de cidadão embasadas na identidade comum de seus variados grupos étnicos e classes sociais constitutivos da nacionalidade brasileira” (Nadai, 1993, p. 149). O processo histórico é conduzido pelo colonizador português, seguido pelo imigrante europeu, e pelas contribuições de africanos e indígenas. Visto que,

procurava-se negar a condição de país colonizado bem como as diferenças nas condições de trabalho e de posição face a colonização das diversas etnias. Procurando-se criar uma *idéia de nação* resultante da colaboração de europeus, africanos e nativos, identificada às similares européias. A dominação social (interna) do branco colonizador sobre africanos e indígenas bem como a sujeição (externa) do país-colônia à metrópole não foram explicitadas. (Nadai, 1993, p. 149).

O discurso histórico, portanto, enfatizava a busca por um equilíbrio social e uma contribuição harmoniosa, sem conflitos entre os grupos sociais, para a construção de uma sociedade democrática e livre de preconceitos. Em relação à escravização de africanas/os, destacava-se a suposta sujeição pacífica ao trabalho compulsório, silenciando sobre a escravização da população indígena e suas resistências à colonização, além de adotar uma abordagem reducionista das etnias existentes no país e de sua distribuição territorial. Adicionalmente, enfatizava-se a ocupação portuguesa de um espaço considerado “vazio”, legitimando a colonização.

O resultante dessa abordagem reproduzida há décadas nos programas de História foi a construção de algumas abstrações, cujo objetivo tem sido realçar, mais uma vez, um país irreal, mascarando as desigualdades sociais, a dominação oligárquica e a ausência da democracia social. Essas abstrações podem ser encontradas em algumas máximas pela unidade (do território, do Estado etc.) ao contrário da fragmentação (da América Espanhola), constituída por um povo solidário e amante da paz e, por isso, abençoada pelo Senhor; “Deus é brasileiro”; “povo pacífico e ordeiro, amante do samba e de mulatas” – e têm servido, também para demarcar algumas diferenças em relação à população, ao Estado e a História de outros países latino-americanos (Nadai, 1993, p,150).

Clóvis Moura, em *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira* (2025), ao fazer uma revisão dos principais autores que escreveram a história do Brasil de modo sistemático, afirma que “todos eles, ou quase todos, há um *continuum* ideológico quando abordam a participação das populações não-brancas e do negro em particular na formação e desenvolvimento da nação brasileira” (Moura, C., 2025, p. 294). Evidenciando uma construção histórica que exclui e/ou minimiza a participação dessas populações na história do país.

Essa historiografia compartilhava da visão de que pessoas negras, indígenas e outros grupos subalternizados eram bárbaros, pagãos, gentios, sem capacidade civilizatória. Cabia, desse modo, ao homem branco impulsionar nossa sociedade e “salvar” esses grupos.

Assim, a “produção historiográfica brasileira, especialmente dos séculos XVIII e XIX, caracteriza-se pela omissão ou subestimação completa ou quase completa em relação ao negro, ao escravo” (Moura, C., 2025, p. 69). Já na produção do início do século XX, observa-se uma revisão por parte desses historiadores em relação ao negro, com “uma biologização da história, através de teorias que se diziam científicas, criadas para justificarem a aventura colonialista e todas elas, na hierarquização das raças, colocando o negro no último patamar da escala racial” (Moura, C., 2025, p. 69). Com a Proclamação da República, “inicia-se a fase científicista da nossa história que malsinava o negro como componente demográfico do país por ser inferior biologicamente” (Moura, C., 2025, p. 69).

Logo,

[...] toda a nossa produção historiográfica, quer na colônia, império e república, foi ferramenta ideológica dos senhores de escravos, no início, e depois, instrumento racionalizador da estrutura que se formou após a abolição, quando o negro egresso das senzalas foi ocupar as grandes franjas marginalizadas que existem até hoje, sendo usado o preconceito de cor, subjacente, para justificar o imobilismo social em que a população negra e não-branca de modo geral se encontra (Moura, C., 2025, p.70).

Esse modo excludente de produzir história é (re)apropriado e instrumentalizado por grupos de extrema-direita no presente, em especial, por produtores de conteúdo de “história” na internet, como Brasil Paralelo, Impérios AD, Lobo Conservador, etc. Essas produções procuram fazer do passado um instrumento para suas autoafirmações no presente, a partir dos “heróis” nacionais, principalmente europeus, tidos como seus antecessores, e clamam pelo retorno de uma historiografia marcada por apagamentos, eurocentrismo, racismo e diversas outras formas de violências.

Para eles, essa é a história oficial que deve ser resgatada, sustentada na crença de que a historiografia contemporânea nega ou distorce a história do país, relegando “à margem” os grandes heróis da nação. Essa luta pelas representações do passado visa “a eliminação, via representação omitida, de tudo aquilo que possa arriscar uma concepção essencialista, teleológica e autoritária do passado brasileiro” (Ávila, 2022, p. 204).

Dessa forma, a História apresentada em produções da extrema-direita, considerada como a “verdadeira”, baseia-se na utilização de documentos oficiais supostamente negligenciados por historiadoras/es que não “aceitam a história como ela é”. Trata-se de uma retomada e apropriação de abordagens historiográficas positivistas¹⁵, eurocêtricas¹⁶, brancas¹⁷, elitistas¹⁸ e/ou excludentes.

No recorte histórico da escravização de pessoas africanas – frequentemente o único momento em que pessoas negras aparecem na História disciplinar e nessas produções –, a discussão raramente é abordada sob a perspectiva racial. Essa abordagem reflete uma forma específica de produzir história, interpelada por Beatriz Nascimento (2021) e outras/os intelectuais negras/os, que se distanciam da realidade racial do país e do trauma escravista.

¹⁵ O positivismo foi uma corrente filosófica do século XIX. Na historiografia, influenciou perspectivas que privilegiavam a narrativa factual, o uso de documentos oficiais e a busca por uma reconstrução objetiva do passado.

¹⁶ Perspectiva geopolítica e cultural de interpretação da história que toma a Europa como referência central da narrativa histórica, interpretando outras sociedades a partir de parâmetros, valores e experiências europeias

¹⁷ Perspectiva historiográfica que atribui centralidade a sujeitos históricos brancos como principais produtores e agentes da História.

¹⁸ Redução da história a decisões de poucos indivíduos, desconsidera processos sociais amplos e outros agentes históricos.

O problema é que essas produções alcançam o grande público, construindo a fantasmagoria de uma “história oficial” diante da qual oferecem narrativas de uma “história paralela”, supostamente encoberta ou silenciada. Tais narrativas “não recorrem às questões ou a problemas; é uma história que quase sempre relaxa, estabiliza; fornece referências identitárias em conformidade com a expectativa do leitor, reconfortante e que elimina a tensão inerente às relações sociais” (Carvalho; Teixeira, 2019, p. 15).

Em resposta a esses dilemas, o campo da História Pública tem ganhado destaque, funcionando como uma intervenção política em reação aos problemas enfrentados pelo campo historiográfico e pela sociedade, como o anti-intelectualismo, o anticientificismo, o conspiracionismo, os ataques ao meio acadêmico, especialmente às universidades públicas no Brasil, os preconceitos e seus preconceituosos, a defesa da ditadura militar e o negacionismo do Holocausto (Granado, 2022).

Assim, nesse cenário, uma forma de *indisciplinar a história* é voltar-se para as demandas sociais de produção do conhecimento. Conforme o pesquisador negro Diego dos Santos Reis (2020), uma estratégia pedagógica contra o colonialismo epistemológico consiste em considerar as produções e transmissões de conhecimento que estão fora das instituições formais de ensino, visto que diversos grupos sociais foram historicamente excluídos dessas instituições.

Nesse contexto, considerando que o conteúdo do vídeo analisado aborda o processo escravista, apresento algumas reflexões sobre a escravização de pessoas negras no Brasil a partir da perspectiva da História Pública, área de estudo e ação que constitui “uma possibilidade não somente de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões” (Almeida; Rovai, 2011, p. 7).

1.2 A ESCRAVIZAÇÃO NO DEBATE PÚBLICO

Para considerar a questão da escravização nos debates da História Pública, cabe salientar que as heranças do regime escravista permanecem presentes na sociedade brasileira contemporânea, para além do trauma colonial e do racismo vivenciado pela população negra. Ao percorrer ruas, praças, escolas, universidades e outros espaços públicos, deparamo-nos com nomes de escravagistas, evidenciando que sujeitos diretamente ligados ao tráfico e à

escravização de pessoas deixaram marcas duradouras na sociedade brasileira e, ainda em vida, delinearam a forma como desejavam ser lembrados após a morte.

Segundo o historiador negro Gilberto da Silva Guizelin (2022), muitos traficantes que residiam no Brasil até 1850 eram portugueses. Com a Lei Eusébio de Queirós (1850), que visava extinguir o tráfico transatlântico de escravizadas/os, muitos decidiram retornar a Portugal, levando suas riquezas. Outros se naturalizaram como cidadãos brasileiros. Após a abolição do tráfico, os traficantes que permaneceram no Brasil “redirecionaram o capital sobressalente para a construção de ferrovias, a expansão da agricultura cafeeira e transações bancárias de alto risco nas principais praças comerciais do Império” (Guizelin, 2022, p. 10).

Com a finalidade de reparação social diante da opinião pública letrada de meados do século XIX, que já não simpatizava com traficantes, “também direcionaram parte de suas fortunas levantadas com a tragédia da escravização e da comercialização de pessoas para causas humanitárias e filantrópicas” (Guizelin, 2022, p. 10), com a oferta de apoio a instituições públicas de saúde, como as santas casas de misericórdia. Um caso notório é o do traficante Joaquim Pereira Marinho, patrono da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, que ganhou uma estátua na cidade mais negra do Brasil (Imagem 1), Salvador-BA.

Imagem 1 – MONUMENTO EM HOMENAGEM AO CONDE JOAQUIM PEREIRA MARINHO



Fonte: <https://c.files.bbc.co.uk/3405/production/_112871331_estatua.jpg>

Outro exemplo é Manuel Antônio Guimarães, Visconde de Nacar, amplamente prestigiado como uma figura bondosa e magnânima, embora tenha sido um dos principais senhores e comerciantes de pessoas escravizadas no Paraná do século XIX. Seu nome permanece rememorado em placas, nomes de ruas em diversas cidades do Estado, e seu palacete, em Paranaguá-PR (Imagem 2), foi tombado pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como uma das construções mais emblemáticas da cidade, ganhando posição de patrimônio cultural.

Ao longo de sua vida, o Visconde de Nacar obteve lucros significativos com a exploração da mão de obra negra. Ele detinha um dos maiores números de pessoas escravizadas dentre as figuras proeminentes de Paranaguá-PR, superado apenas pelos capitães-mor Manoel Antônio Pereira e Manoel Luizinho de Nores, e pelo tenente Manoel Francisco Correa¹⁹. É importante ressaltar que não há evidências de que tenha demonstrado qualquer interesse em mudar a realidade de sua época; pelo contrário, ele se posicionou a favor da escravidão.

Imagem 2 – PALACETE VISCONDE DE NACAR



Fonte: <https://lh4.googleusercontent.com/proxy/FiHv3H1mGXXKrbOiQ3xyym4FPk-ajtOmZPEKug1qjsCarQF9jpWJjk5VKBS4WNnYXBz948g7DottAE9LisfyEon32VOayjIHlwL0JqAcX4meH_Zcw-KXz_Qjmx_M8u0r0PGY5LBk1PFIX>

Manuel de Borba Gato, bandeirante paulista responsável por capturar e vender indígenas e negros/os, teve uma estátua construída em 1963, em Santo Amaro, na região metropolitana de São Paulo (Imagem 3), pelo escultor Júlio Guerra, em comemoração ao IV Centenário de fundação da cidade.

¹⁹ Para quem deseja se aprofundar no tema, recomenda-se a leitura das seguintes matérias. *Quantos negros são necessários para construir um herói branco?*. Disponível em: <<https://folhadolitoral.com.br/colunistas/coisas-nossas/quantos-negros-sao-necessarios-para-construir-um-heroi-branco/>>. Acesso 11 dez. 2026. E *A visita da princesa Isabel e a libertação de escravos em Curitiba*. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/a-visita-da-princesa-isabel-e-a-libertacao-de-escravos-em-curitiba>> Acesso 11 dez. 2026.

Imagem 3 – ESTÁTUA BORBA GATO



Fonte: <https://revistaforum.com.br/u/fotografias/m/2020/6/9/f638x638-49805_107972_5050.jpg>

Esses são apenas alguns exemplos que evidenciam como a memória escravista se manifesta no presente em espaços públicos de todo o país. Isso indica que a presença da escravização no Brasil se mantém no espaço público há décadas, muitas vezes sem análises ou discussões formais, mas sua memória permanece. Esses nomes estão expostos como fantasmas que lembram continuamente que não serão esquecidos.

Conforme Trouillot (2016), essas celebrações purificam a história vivida pelos atores e contribuem para o contínuo processo de mistificação que reveste a história, auxiliando a “criar, modificar ou sancionar os significados públicos associados aos eventos históricos considerados merecedores de uma celebração em massa” (Trouillot, 2016, p. 186).

A memória e história da escravização negra no Brasil se fazem presentes enquanto característica nacional, não apenas porque a escravização perpetuou violências até os dias atuais, mas também porque os sujeitos lidos socialmente como brancos usufruem de privilégios herdados desse sistema. Esses privilégios não surgiram isoladamente: a colonização brasileira reproduziu estruturas de dominação e hierarquização social que já existiam em contextos europeus, em que aqueles considerados “Outros” eram frequentemente subjugados, excluídos e dominados. Dessa forma, o sistema escravista nas Américas reforçou e potencializou esse legado, corroborando e dando pretextos mais satisfatórios para que os sujeitos tidos socialmente como brancos se sentissem superiores.

O sistema escravista constituiu a espinha dorsal da sociedade colonial e da sociedade imperial, tornando impossível estudar a história do Brasil sem considerar a escravização, inicialmente de populações indígenas e, posteriormente, de africanas/os. Por essa razão, as relações sociais desenvolvidas durante o sistema escravista vêm sendo abordadas sob diferentes

perspectivas: política, economia, cultura, macro e micro-histórias; utilizando de diversos temas e objetos, tais como fugas, revoltas, quilombos, religião, irmandades, condições de trabalho e vida, guerras, família, comércio, tráfico atlântico e interno, criminalidade, direito e justiça, alforria, cultura material, relação senhor e escravizado, saúde e doença, escravização indígena, relação entre africanos e descendentes, *plantations*, produção de açúcar e café, padrões de posse de escravizados, questões raciais, escravidão urbana, fronteira e relações internacionais, cotidiano, abolicionismo e abolição, libertos, cidadania, pós-abolição, memória, patrimônio, educação antirracista, arte, movimentos sociais, consciência histórica e História Pública (Grinberg, 2019).

Essa gama de produções também possui suas respectivas histórias. Segundo a historiadora Keila Grinberg (2019), a história da historiografia da escravidão é um campo à parte, que se formou nas décadas de 1930 e 1940, a partir de um intenso debate intelectual transnacional a respeito da escravidão nas Américas. Sobre as origens historiográficas das discussões contemporâneas sobre a escravidão, elas remontam às décadas de 1960, quando historiadoras/es sociais passam a se aproximar da Antropologia. É desse período também que surgem os estudos sobre a Europa dos séculos XVII e XVIII, nos quais se cunha a expressão “história vista de baixo” pelos historiadores marxistas britânicos, a exemplo do clássico trabalho de Edward P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa* (1963), que terá grande impacto no Brasil, com a chegada das publicações e textos traduzidos na década de 1980 (Grinberg, 2019).

A partir da Constituição de 1988, começa no Brasil o reconhecimento dos direitos reivindicados por décadas pelo movimento negro, possibilitando o desenvolvimento de políticas nacionais de ações afirmativas e de inclusão. Para tanto, trabalhos sobre a memória da escravização e do tráfico ilegal de africanas/os escravizadas/os tornam-se essenciais para a argumentação em voga do direito à reparação, primordialmente por meio da “possibilidade de titulação coletiva de terras das comunidades remanescentes de quilombos e do movimento em prol do reconhecimento como patrimônio imaterial brasileiro das manifestações culturais fundadas na herança escravista” (Grinberg, 2019, p. 150).

Em 2001, o tráfico atlântico de africanas/os escravizadas/os nas Américas foi classificado como crime contra a humanidade pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em concomitância, no mesmo ano, durante a Conferência de Durban, realizada na África do Sul, cuja temática era a luta contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, definiu-se o conceito de reparação aplicado ao passado escravista. Tais contribuições obrigaram

a uma nova reflexão a respeito desse passado, não somente analisando a escravização como um processo histórico, mas suas incidências e residualidade no presente.

Tais movimentações irão repercutir no Brasil por meio da Lei n.º 10.639, de 2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas, desde os anos iniciais da formação escolar até o ensino médio, o que acabou por refletir também no ensino superior com a curricularização da disciplina de História da África e, conseqüentemente, com a realização dos primeiros concursos para contratação de especialistas em África e Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). Na esteira deste processo, é instituído o Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, pela Lei n.º 12.288, “destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidade, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (Brasil, 2010). E a Lei de Cotas de 2012, sancionada através da Lei n.º 12.711, que reserva vagas para o ingresso de estudantes provenientes de escolas públicas, de baixa renda, negros (pretos e pardos) e indígenas em universidades federais e em cursos de ensino técnico.

É importante ressaltar que essas políticas públicas foram viabilizadas pela ação combativa dos movimentos negros, que buscavam reconhecimento e reparação pelos danos causados pela escravização, pelo colonialismo e por outras formas de violência. A atuação do movimento negro, especialmente do Movimento Negro Unificado (MNU) no Brasil, foi impulsionada pelo movimento internacional de reparação, que ganhou maior visibilidade e força ao longo do século XXI, especialmente após a Declaração de Durban, em 2001, refletindo uma luta global por justiça e igualdade. O MNU, conforme os intelectuais negros Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2000), destacou-se na luta contra a discriminação racial e em prol da igualdade de direitos para a população negra, enfrentando desafios significativos, como a falta de apoio parlamentar e críticas da União Nacional dos Estudantes (UNE).

As principais demandas do MNU incluíam: a busca por uma educação que abordasse a história, cultura e contribuições da população negra; igualdade de acesso e permanência nas escolas; ações afirmativas, como cotas raciais em universidades e concursos públicos; a compreensão e o combate ao racismo institucional; a compreensão, valorização e promoção da cultura afro-brasileira em todas as suas manifestações, combatendo estereótipos e preconceitos; e políticas de segurança pública que garantissem a proteção da população negra contra a violência racial, bem como a punição de crimes motivados pelo racismo (Gonçalves; Silva, 2000).

De certa forma, desde a redemocratização, “a sociedade e o Estado brasileiro começavam a reconhecer a legitimidade da busca por direitos encampada pelo movimento negro por tanto tempo” (Grinberg, 2019, p. 153). E os movimentos sociais e ativistas tiveram um papel primordial na normatização da igualdade racial e na proteção das manifestações culturais populares da população negra e indígena.

Contudo, somente nos últimos 15 anos os esforços de historiadoras/es, professoras/es de História na produção de reflexões sobre o passado escravista, o período pós-abolição e o patrimônio cultural afro-brasileiro resultaram em importantes inovações didáticas e historiográficas. Essas inovações ocorreram tanto pelas mudanças introduzidas no ensino de História, nas escolas e universidades desde o fim da ditadura civil-militar no Brasil, quanto em decorrência da promulgação da Lei 10.639/2003 (Abreu; Mattos; Grinberg, 2019, p. 18). Assim:

“[...] vários historiadores da escravidão brasileira hoje se dedicam a contribuir para superar esse “pecado original” envolvendo-se em uma nova forma de ativismo político: aquela que encontra, na História, a fundamentação da ação política contemporânea, demonstrando a conexão entre os acontecimentos do passado e as lutas por direitos na contemporaneidade”(Grinberg, 2019, p.154).

Trabalhar com a história da escravização e, conseqüentemente, com sua memória, significa lidar com um passado sensível, que envolve as responsabilidades sobre o tráfico negreiro, tanto das democracias ocidentais quanto das elites africanas pré-coloniais. E também aborda temáticas como a dor e a violência vivenciadas pelas pessoas escravizadas, a memória da diáspora e as conseqüências desse processo, além dos legados culturais, sociais e econômicos da diáspora, resultado da resistência das pessoas escravizadas, e seu papel nas definições contemporâneas de liberdade e direitos humanos (Mattos; Abreu; Guran, 2014). Além disso, a análise da escravização toca em feridas não cicatrizadas perpetradas pelas heranças de tamanha violência que sustentam o racismo.

Segundo a historiadora Hebe Mattos (2021), as batalhas públicas acerca da memória da escravização estão cada vez mais presentes, considerando a “memória coletiva” do passado escravista, cuja “memória compartilhada, transmitida de forma geracional dentro de determinados grupos, especialmente familiares, de forma “plural, fragmentada e dinâmica”, sempre reconstruindo o passado a partir de experiências individuais de classe, gênero e raça” (Mattos, 2021, p. 662). Assim, para além de uma historiografia “tradicional” da escravização brasileira, é imprescindível pensar em narrativas outras focalizadas na História Pública do sistema escravista, dado que, conforme já mencionado, esse passado é vivenciado

cotidianamente de diferentes maneiras, como pelas violências raciais, nomes de escravistas em placas de ruas, avenidas, praças, monumentos, bustos, ou por novelas de época que trabalham com a temática escravista. Ou seja, a História Pública sobre a escravização já está para o público. No capítulo seguinte, deter-me-ei melhor sobre o conceito e a produção da História Pública. Para agora, o que interessa notar é como a questão da escravização negra está colocada no debate público.

Grinberg (2019) relata que, no momento em que escrevia sua tese²⁰, estava assistindo a novela *A Força de um Desejo*, uma novela de 1999 que passava às seis horas na TV Globo, cuja discussão central era a temática abolicionista. A historiadora relata que, naquele momento, ela não levava a sério a narrativa histórica contada, afinal de contas, “História mesmo era a do meu doutorado” (Grinberg, 2019, p. 155). Quantas vezes nós, historiadoras/es, às vezes até com certa prepotência e, por que não dizer, arrogância, ignoramos essas outras narrativas que estão sendo produzidas para o grande público, como se nossos trabalhos fossem mais importantes, “mais históricos”, do que essas produções. Contudo, as novelas são assistidas por milhões de telespectadores, e nossos trabalhos acadêmicos, por vezes, não ultrapassam os muros das universidades.

Enquanto escrevo, me recordei da novela *Lado a Lado*, vencedora do Emmy Internacional em 2013 na categoria de melhor telenovela, que passava também às seis horas na TV Globo, e era ambientada no Rio de Janeiro de princípios do século XX, e que abordava diversos assuntos no contexto da Revolta da Vacina²¹ (1904) e da Revolta da Chibata²² (1910).

²⁰GRINBERG, Keila. O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças. Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 2000.

²¹A Revolta da Vacina, também conhecida como “Quebra-Lampiões”, ocorreu entre 10 e 16 de novembro de 1904, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, em meio a um contexto de intensas transformações urbanas e sociais. A cidade passava por um processo de remodelação que visava modernizá-la e higienizá-la, com a demolição de cortiços e a expulsão de populações pobres para abrir espaço a grandes avenidas e edifícios. Nesse cenário, o presidente Rodrigues Alves sancionou um decreto que tornava obrigatória, em todo o território nacional, a vacinação e revacinação contra a varíola, impondo multas e restrições sociais – como a proibição de matrículas escolares, contratação em empregos, viagens, hospedagens e até casamentos – àqueles que se recusassem ao procedimento. A medida foi recebida com grande resistência por parte da população, que se sentia excluída das decisões do governo e alvo de imposições autoritárias. A revolta popular tomou rapidamente as ruas do centro do Rio de Janeiro, culminando em confrontos violentos com as forças do governo. A insatisfação, no entanto, ia além da vacina: refletia um acúmulo de tensões sociais, políticas e econômicas, num período em que grande parte da população era marginalizada das reformas e decisões que moldavam a nova República. Para quem deseja se aprofundar no tema, recomenda-se a leitura do livro *A Revolta da Vacina: Mentis Insanas em Corpora Rebelles* (2018), de Nicolau Sevcenko.

²²Liderada pelo marinheiro negro João Cândido Felisberto, a Revolta da Chibata, ocorrida em 1910, representou um marco na luta contra a opressão e o racismo na Marinha brasileira. Os marinheiros, em sua maioria negros e oriundos das camadas mais pobres da sociedade, eram submetidos a castigos físicos brutais, como as chibatadas, mesmo após a abolição da escravidão. A revolta foi inicialmente bem-sucedida, levando o governo a prometer o fim das punições físicas, mas os líderes foram posteriormente perseguidos e punidos, incluindo João Cândido, que foi preso e expulso da Marinha. Para quem deseja se aprofundar no tema, recomenda-se a leitura do artigo *João*

Lembro-me de acompanhar, juntamente com a minha mãe, alguns capítulos da novela, e de como ficávamos maravilhadas em ver Lázaro Ramos, ator e protagonista negro, na tela jogando capoeira. Cantávamos juntas o samba-enredo da Imperatriz Leopoldinense, que dava voz à abertura da novela, *Liberdade, Liberdade! Abra as asas sobre nós*²³. Essas memórias afetivas construídas enquanto assistia à novela com a minha mãe podem ser compartilhadas com milhares de outras/os brasileiras/os que também tinham/têm momentos íntimos ao assistir novelas ou outras produções de gênero histórico.

Obviamente, não podemos ignorar que, por vezes, tais produções fujam de um rigor metodológico, cometam anacronismos, (re)produzam violências e estereótipos, como, por exemplo, a novela *Nos Tempos do Imperador*, produção de 2021 também da TV Globo, que causou polêmica com uma cena de “racismo reverso” ao tratar da relação inter-racial do casal protagonista. Fato é que não podemos negar que estas produções atingem seu objetivo principal, que é serem assistidas. Os canais de TV e de streaming não vão parar de produzir narrativas sobre o passado, tendo em vista que “a história não mais é produzida somente na academia, muito menos se veicula apenas por meio do livro impresso. As plataformas digitais subverteram as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado” (Malerba, 2017, p. 142).

Na minha casa, cresci com a ideia de que as novelas das seis eram as novelas “históricas” da TV Globo, e que aquele era um momento para aprender sobre história. Afinal, é inegável que as pessoas apreciam história; elas assistem às novelas, veem filmes, ouvem e decoram os sambas-enredo, leem livros, mas, por vezes, não consomem e/ou não apreciam as narrativas acadêmicas do passado.

Grinberg (2019) afirma ter sido formada em uma geração que desvalorizava os conhecimentos produzidos fora do ambiente universitário

“Ridicularizávamos o filme *Carlota Joaquina*²⁴, que debochava do gordinho D. João VI e reproduzia a versão mais conservadora que há sobre a vinda da Corte portuguesa para o Brasil. A crítica não perdoou, os historiadores condenaram, mas a verdade é que o filme foi assistido por mais de um milhão de espectadores (ANCINE 2017). Há que se perguntar quem riu de quem”(Grinberg, 2019, p.155).

Cândido 1910-1968: arqueologia de um depoimento sobre a Revolta dos Marinheiros (2003), de José Miguel Arias Neto, disponível em: <<https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/70>>.

²³*Liberdade, Liberdade, Abra as Asas sobre Nós!* É um samba-enredo escrito pelos compositores Niltinho Tristeza, Preto Jóia, Vicentinho e Jurandir, em 1989, para a Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense, campeã daquele ano.

²⁴ O filme “*Carlota Joaquina, Princesa do Brasil*” será remasterizado e relançado em 30 cidades brasileiras em 2025.

A partir dessa perspectiva, a pesquisadora panamenha Marixa Lasso (2016) argumenta que, se somos responsáveis pela memória coletiva, precisamos repensar a forma de narrar o passado. Já não basta escrever somente para nossos pares acadêmicos; é preciso engajar o público, produzindo uma história que seja rigorosa, mas também acessível e relevante. Essa mudança exige de nós uma escrita que dialogue com a sociedade, transformando o conhecimento histórico em ferramenta de reflexão coletiva, confrontando “questões de autoridade partilhada e participação do público, porque o passado pode ser – e está sendo – criado, acessado e resgatado à revelia deles nas mídias digitais” (Foster, 2014, p. 17 *apud* Malerba, 2017, p. 144-145). Por esse motivo, é necessário que se problematize e questione os usos públicos da história.

Com relação à escravização, é imprescindível considerar esse evento como um grande trauma da humanidade, e, especialmente, da sociedade brasileira, dado que:

não é a experiência em si que produz efeitos traumáticos, mas a lembrança dela, a qual é geralmente mediada por jornais, livros ou televisão, não importando a distância espacial e temporal entre o acontecimento e sua lembrança. Nesse conjunto de mediadores, podemos incluir, também, a escola e o ensino de História como instrumentos que comunicam e produzem representações que atuam na constituição de memórias e na elaboração de identidades (Costa, 2021, p.142).

O tráfico de pessoas trazidas à força para as Américas, e, conseqüentemente a escravização de africanas/os e suas/seus descendentes, “podem ser entendidos como eventos traumáticos que constituíram a gênese da História do Brasil, mas também são reconhecidos como formadores da história particular das pessoas e da memória coletiva de grupos e comunidades” (Costa, 2021, p. 143). Nesse contexto, história e memória tornam-se campos de disputa, colocando nós, historiadoras e historiadores, em posição de incômodo, diante da exigência de adotarmos um posicionamento mais ativo e de ampliarmos nossa interação com o público, considerando as necessidades de produção e de aprendizado histórico mais democrático (Rovai, 2020, p. 133). Essa interação ampliada não implica abdicar do método, mas propõe “não mais a ‘traduzir’ a história a um público passivo, tratado somente como ‘audiência’, e sim relacionar-se com o mundo de forma humilde e politizada, levando em conta a necessidade de escuta e interação com outras narrativas e saberes” (Rovai, 2020, p. 133).

É preciso que ocupemos o lugar da publicização do passado. A história não deve ficar somente nas universidades; é nosso compromisso, enquanto historiadoras/es, o registro e análise de nosso tempo, tão emaranhado de passados vivos, tensões sociais e revisionismos. Todos os dias, no Brasil, viralizam-se discussões cujo pano de fundo são as questões históricas, sem contar os milhares de filmes, séries, novelas, jogos, livros e revistas.

Nem todos, entretanto, seguem o rigor metodológico ou, ao menos, o respeito à pesquisa histórica em sua elaboração, até porque muitos justificam que o objetivo principal seria o entretenimento, não havendo compromisso com a verdade. Contudo, esse repertório de informações estimula ou reforça uma consciência histórica enviesada que, no caso da escravidão, sustenta atitudes preconceituosas e racistas (Costa, 2021, p.157).

Sabendo disso, é imprescindível que nós, historiadoras/es, façamos história para o público. Ao tratar da história da população negra no Brasil, lidamos com as marcas deixadas pelo sistema escravista; portanto, torna-se necessário reelaborar a escrita desse passado, de modo que os nomes lembrados e homenageados deixem de ser exclusivamente os de escravistas e passem a incluir aquelas/es que lutaram e morreram para a construção desse país.

Em 2019, a Estação Primeira de Mangueira apresentou no carnaval carioca o samba-enredo *História pra Ninar Gente Grande*, com o qual conquistou seu vigésimo título de campeã. Brilhantemente, a escola trouxe “a história que a história não conta”, revelando outra narrativa sobre a história do Brasil, denunciando que por trás dos heróis há “sangue retinto pisado” e clamando:

Brasil, o teu nome é Dandara
E a tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati (G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira, 2019).

Isso também é história! Uma história que emociona, critica, narra um passado e constrói possibilidades de futuro, dialogando com o público. Não se trata de rasgar diplomas, dissertações e teses, mas de assegurar que nossas produções alcancem diferentes espaços. A presença de historiadoras/es é fundamental na criação de um samba-enredo, de uma novela histórica, de uma série, de um jogo, entre outros contextos culturais, assim como ocorre na curadoria de museus, nas salas de aula, bibliotecas, acervos e arquivos. O poder da história reside em sua capacidade de transitar diferentes espaços; porém, quando se limita ao espaço universitário, não cumpre plenamente sua função social.

Escrever é importante, mas ser lido e compreendido é ainda mais. Por isso, é preciso construir formas de levar nossas produções históricas ao público. Um exemplo disso é o projeto *Passados Presentes: memória da escravidão no Brasil*, posteriormente transformado em iniciativa de turismo de memória, realizado em parceria com as comunidades jongueiras de Pinheiral, quilombolas de Bracuí (Angra dos Reis) e de São José (Valença).

Inicialmente, a ideia de Keila Grinberg era disponibilizar os lugares de memória do *Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil*, realizado em conjunto com Hebe Mattos, Martha Abreu e Milton Guran, que haviam recentemente criado um banco de dados digital. O projeto acabou ganhando dimensões inesperadas:

em 2015, Pinheiral recebeu o título de “capital do jongo” e a antiga sede da Fazenda do Pinheiro foi transformada no Parque das Ruínas da Fazenda São José do Pinheiro; no ano seguinte, por conta de representações históricas equivocadas, fomos chamadas a colaborar na reorganização de visitas turísticas em fazendas do Vale do Paraíba (Grinberg, 2019, p.156).

O trabalho proposto por essas/es historiadoras/es expressa, evidentemente, uma História Pública sobre a escravização no Brasil feita por historiadoras/es, dispostas/os a lidar com a ferida aberta gerada pelo passado escravista. “Uma ferida que traz culpa, ressentimento e raiva. Mas que, assim como finalmente vem sendo encarada pela sociedade em geral, não pode mais ser ignorada pela comunidade acadêmica” (Grinberg, 2019, p. 157).

É preciso lidar com esse passado e, além disso, lidar com as memórias públicas do passado escravista, pois, como já dito, as memórias escravistas ainda nos afetam. A questão é:

Como podemos construir uma visão historicamente correta da escravidão que seja, ao mesmo tempo, sensível e complexa, que abarque as ambiguidades comuns a todos os seres humanos, mas que seja ao mesmo tempo respeitosa? Como interpretar as diferentes formas de reação do público? [...] E o que faremos não apenas com as estátuas de antigos heróis que estamos derrubando, mas com as antigas fazendas escravistas? Devem ser transformadas em santuários, devem ser destruídas?” (Grinberg, 2019, p.157).

São questões complexas, às quais não pretendo oferecer respostas definitivas. No entanto, a convivência com os movimentos sociais e a urgência das demandas contemporâneas têm deixado marcas significativas na produção intelectual de historiadoras/es públicas/os da escravidão, engajados em escrever uma história que transcenda os domínios da universidade (Grinberg, 2019, p. 157).

Nós, historiadoras/es, precisamos retornar ao público e questionar quais demandas do presente merecem atenção. Não podemos mudar o passado, a escravização já ocorreu, mas podemos – e devemos – trabalhar para a construção de uma sociedade com consciência das heranças desse passado, fomentando transformações. É, portanto, necessário rever as representações do passado escravista, de modo a impedir a perpetuação do racismo nas narrativas. Devemos nos lembrar desse passado, reelaborá-lo e adotar uma postura crítica, sendo heréticas/os e fazendo História para e com o público.

Nesse contexto, a internet tornou-se um espaço privilegiado de circulação e disputa dessas narrativas históricas. Partindo dessa perspectiva, este trabalho objetiva analisar a publicização do passado escravista nos vídeos do canal Impérios AD. Para tanto, é necessário discutir o uso da internet enquanto fonte, explorar as humanidades digitais, analisar o YouTube como fonte histórica e apresentar o canal em questão.

2. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA NA ERA DA INTERNET

*Apreece as redes sociais de ódio notório
Que é só negro publicar foto pra ataque
discriminatório
Não teria celas pra playboyzada
Se funcionasse a delegacia de crimes de
informática*

(Eduardo Oficial, 2020)

Eu cresci nos anos 2000, o que muitas pessoas chamam de *Geração Z*²⁵. Desde cedo, a tecnologia fez parte da minha vida. Por volta de 2007, tive meu primeiro computador, com internet discada²⁶. Lembro-me do meu irmão tentando se conectar à rede tarde da noite para conversar com os amigos. Meu primeiro celular, cujo modelo não me recordo, servia para ligações e envio de mensagens de texto, limitadas pela operadora. Essas memórias parecem distantes, como se fossem de outra vida, em que *lan houses*²⁷ e videolocadoras²⁸ eram comuns. Hoje, tenho um mundo de possibilidades na palma da minha mão.

Nas últimas décadas, é perceptível e inegável a transformação tecnológica e a crescente produção de equipamentos e programas para atender às demandas do mercado, o que alterou significativamente os usos, costumes e práticas da população. Atualmente, os celulares, além de suas funções tradicionais de comunicação por voz e texto, passaram a incorporar inúmeros recursos, como o acesso à internet, possibilitando uma constante conexão entre as pessoas, a circulação de imagens, narrativas, registros jornalísticos e convocação para manifestações políticas – como o caso dos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023²⁹, em Brasília.

²⁵ Geração Z, é o grupo de pessoas nascidas entre os anos 1997 e o início dos anos 2012. São caracterizadas por serem nativas digitais, crescidas em um mundo digital, portanto são familiarizadas com a internet, smartphones e redes sociais desde cedo.

²⁶ A internet discada, foi uma forma de acesso à internet que utilizava a rede telefônica para conectar um computador à Internet.

²⁷ *Lan house*, são estabelecimentos comerciais que oferecem acesso a computadores e internet.

²⁸ As videolocadoras, ou locadoras de vídeo, foram estabelecimentos que alugavam filmes, programas de TV e jogos eletrônicos em fitas VHS, CDs e DVDs. Foram muito populares nas décadas passadas, mas com a ascensão das plataformas de streaming e do acesso à internet foram diminuindo.

²⁹ No dia 8 de janeiro de 2023, o Brasil enfrentou um grave ataque à democracia. Grupos que se autodenominavam “patriotas” invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes da República – o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF) – em protesto contra o resultado das eleições presidenciais de outubro de 2022.

Para mais informações, acesse: <<https://nev.prp.usp.br/noticias/30-1-23-leituras-sobre-os-atentados-golpistas-de-8-de-janeiro/>>. Acesso em: 04 dez. 2025.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)³⁰ de 2023, 75,7 mil domicílios possuíam telefone celular, enquanto 72,4 mil tinham acesso à internet. Em 2024, o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), estimou que havia cerca de 159 milhões de usuários de Internet no Brasil³¹, o que corresponde a 84% da população brasileira, conforme o censo de 2022.

O crescente acesso à internet permite compreender a importância histórica dessa tecnologia. Sua origem remonta ao físico inglês Tim Berners-Lee, que, em 1989, concebeu a *World Wide Web*, uma rede com alcance mundial que conectou documentos em hipermídia ancorados na Internet, acessíveis a diversos usuários. Em 1991, foi publicado o primeiro *website*, que também foi o primeiro diretório³² (Tavares, 2012). A partir desse momento, a tecnologia se disseminou rapidamente e passou a ser utilizada de diversas formas, com a criação de inúmeras páginas contendo imagens, textos, vídeos e hiperlinks, nos quais bastava clicar em um link para acessar outra página (Tavares, 2012, p. 307).

Por não haver leis de regulamentação, a *Web* era considerada o ambiente mais “democrático da história em termos de disponibilização de informações” (Tavares, 2012, p. 307). Contudo, já em 2010, em conferência realizada em Porto Alegre-RS, o historiador italiano Carlo Ginzburg afirmou que ela era potencialmente antidemocrática, considerando que não eliminava, mas reforçava as tensões sociais. Visto que:

Ao invés de reduzir as distâncias atreladas à hierarquia social, a internet as intensifica. Para fazer uma pesquisa na internet nós precisamos saber como dominar os instrumentos de conhecimento. Em outras palavras, precisamos ter à disposição um privilégio cultural atrelado ao privilégio social (Ginzburg, 2010).

Mesmo com seus aspectos produtivos e úteis na busca por informações, a internet reflete e acentua diferenças sociais, culturais, raciais e econômicas. Embora muitos a defendessem, em seus primórdios, como um ambiente onde as diferenças seriam irrelevantes, em especial as raciais, essa ideia tornou-se um mito perverso. Pelo contrário, na *Web*, tanto a raça quanto o racismo apresentam-se de forma significativa (Trindade, 2020), assim como outras categorias de violência. Nesse contexto, observa-se a constante difusão de discursos de ódio contra grupos

³⁰ Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41024-internet-foi-acessada-em-72-5-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2023>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

³¹ “Inclui os usuários de Internet, os usuários de Internet no telefone celular e os usuários de aplicações que necessitam de conexão à Internet” (CETIC.BR, 2024).

³² Pasta que organiza arquivos em um sistema de armazenamento.

minorizados e a circulação de conteúdos antidemocráticos e inverídicos, apresentados como verdades absolutas nas redes.

Isso coloca a nós, historiadoras/es, diante de uma nova categoria de fontes documentais para pesquisas históricas, especialmente para quem, como eu, trabalha com o Tempo Presente, pois temos à disposição um aporte quase inesgotável de novas fontes. Além disso, surgem desafios teóricos distintos das questões metodológicas abordadas pela bibliografia a respeito da história digital³³. Na área da informática, as evoluções são extremamente rápidas e os impactos sociais, significativos. Isso exige adaptações mais imediatas e constantes por parte das/os pesquisadoras/es.

Assim,

Para os historiadores que buscam compreender o presente, negligenciar as fontes digitais e a Internet significa fechar os olhos para todo um novo conjunto de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que vêm se desenvolvendo juntamente com o crescimento e popularização da rede mundial de computadores (Almeida, 2011, p.12).

Ginzburg (2010) afirmou que todos utilizam a internet, todos falam sobre ela. Atualmente, as principais plataformas de mídias sociais – Facebook, Instagram, Twitter e WhatsApp – tornaram-se onipresentes na vida de várias pessoas (Trindade, 2020). Para Ginzburg, o Google constitui “uma extensão, uma prótese do nosso corpo e da nossa mente” (Ginzburg, 2010). Consequentemente, a internet transforma-se não apenas em parte de quem somos, mas também em um terreno fértil para a construção de múltiplas narrativas sobre os fatos.

Atualmente, os discursos que surgem na internet transcendem o mundo virtual. As redes sociais, embora ainda restritas a uma parcela da população, demonstram um discurso impactante e mobilizador. Nesse cenário, o campo das Humanidades Digitais emerge e ganha destaque nos últimos 20 anos³⁴, impulsionado pela expansão de pesquisadoras/es, pelo aumento da produção bibliográfica, pelo desenvolvimento de ferramentas e projetos públicos e pela ampliação do acesso à internet. Compreender essas transformações torna-se fundamental para o ofício historiográfico, especialmente quando a produção e a circulação de narrativas sobre o passado passam a ocorrer também nas redes sociais. Assim, na próxima seção, discute-se o

³³ Silveira (2016) compreende história digital como aquela que se vale de fontes digitais.

³⁴ No Brasil em 2013 surge a Associação das Humanidades Digitais, reunindo pesquisadoras/es de diferentes áreas das Ciências Humanas.

campo das Humanidades Digitais e as possibilidades de pensar a internet e, particularmente, o YouTube, como espaço de produção, circulação e disputa de narrativas históricas.

2.1 HUMANIDADES DIGITAIS

As Humanidades Digitais emergem como um campo transdisciplinar de estudos e práticas, fundamentado na mobilização do repertório das humanidades para explorar as intersecções entre tecnologias e experiências humanas (Mendes Faustino; Lippold, 2023). O digital e o virtual são reais, embora intangíveis, e transformam nossa percepção desses domínios ao subverter as leis conhecidas da física, no que diz respeito ao tempo e ao espaço – categorias importantes no ofício histórico (Lucchesi, 2014; Faustino; Lippold, 2023).

Por mais intangível que seja determinada quantidade de bits, eles são produzidos por alguém e em algum lugar, a partir de determinada quantidade de energia e recursos materiais, e, quando transmitidos, trafegam sob meios materiais específicos para, depois, serem recebidos e armazenados em algum lugar físico (HD). Um movimento que, embora percebido como instantâneo, leva certo tempo e ocupa certo espaço no mundo tangível (Faustino; Lippold, 2023, p.102).

Os algoritmos, coração da programação, que traduzem ideias abstratas em comandos executáveis por computadores, são produções humanas. Por conseguinte, são influenciados por valores subjetivos e intersubjetivos (Silva, 2020; Faustino; Lippold, 2023). Concebidos majoritariamente por homens brancos cisgêneros do Norte Global³⁵, os algoritmos incorporam e reproduzem vieses na rede de forma inconsciente, impactando diretamente a sociedade.

Desde a construção das tecnologias digitais de comunicação até a própria ideologia do Vale do Silício³⁶, observa-se um processo racializado estruturado pela lógica da supremacia racial branca (Silva, 2020). Em uma sociedade fundada no escravismo, os interesses dos grupos dominantes são reforçados e valorizados na internet. Existe uma assimetria nas relações raciais, de gênero e de classe nas redes. Homens brancos e ricos são os proprietários das maiores

³⁵ O termo Norte Global refere-se ao conjunto de países caracterizados por elevados padrões socioeconômicos e políticos, incluindo economias altamente industrializadas, altos níveis de renda per capita e expressiva capacidade de influência em instituições financeiras e organismos internacionais. Embora não corresponda exatamente a uma divisão geográfica, o Norte Global abrange majoritariamente países localizados no hemisfério norte, como os da Europa Ocidental e da América do Norte, além da Austrália, Israel, Japão e Nova Zelândia. Em contraste, o Sul Global compreende, em grande medida, os países em desenvolvimento situados na Ásia, África, América Latina e Caribe, entre outras regiões.

³⁶ O Vale do Silício, localizado na Califórnia (EUA), é frequentemente celebrado como o centro global da inovação tecnológica. No entanto, para além da imagem de polo de criatividade e empreendedorismo, a região representa também a concentração de poder econômico e simbólico nas mãos de grandes corporações como: Google, Meta, Apple e outras, responsáveis pelo rumos da tecnologia mundial.

empresas de tecnologia do mundo – como Elon Musk, sul-africano nascido e criado sob a cultura do apartheid, cujos valores refletem uma certa nostalgia do regime segregacionista; Jeff Bezos (Amazon); Mark Zuckerberg (Meta); e Larry Ellison (Oracle). No setor tecnológico de forma geral, desenvolvedores, analistas e programadores também são predominantemente homens brancos.

Por conta disso, pessoas lidas socialmente como brancas têm maior acesso à tecnologia, o que facilita a imposição de suas visões de mundo e crenças, sobre si próprios e também sobre os “Outros”, através de uma perspectiva dominadora e hegemônica (Trindade, 2020). O mito de uma “democracia racial” na internet contribuiu para que os discursos de cunho racista sejam proferidos, na ideia de que o que se faz online não tem impacto na vida real das pessoas. No entanto, os mundos online e offline estão interligados; o virtual é o real em potencial.

Assim, a presença do racismo online, que, segundo o pesquisador negro Tarcízio Silva (2020), constitui um sistema de práticas direcionadas contra pessoas racializadas e que assegura a manutenção de privilégios e do poder político, econômico e cultural das pessoas brancas no espaço digital, torna-se evidente, manifestando-se de forma explícita por meio de discursos, textos e materiais multimídia. Todavia, essa abordagem isolada não é suficiente, pois não considera “os modos pelos quais indexação, busca e descoberta de mensagens online – sobretudo com a crescente automatização – podem impactar a vida e a saúde de grupos minorizados” (Silva, 2020, p. 124).

Conforme Sérgio Amadeu Silveira (2015), a internet criou um ecossistema comunicacional no qual, gradativamente, diferentes grupos culturais, religiosos e políticos passaram a professar suas ideologias no ciberespaço, aumentando “o poder de quem propõe articular suas ideias e realizar conversações” (Silveira, 2015, p. 125). Nesse mundo, a um clique de distância de quase tudo, é fácil encontrar aquelas/es que utilizam as mídias sociais a favor de suas ideologias contrárias à democracia e à liberdade.

Os principais movimentos da extrema-direita contemporânea surgiram ou ganharam projeção nas redes sociais, como é o caso do MBL, Vem Pra Rua, Indignados Online, Escola Sem Partido, Brasil Paralelo, entre outros. A esse cenário somam-se figuras autodeclaradas “intelectuais”, como Olavo de Carvalho, Luiz Felipe Pondé, Paulo Cruz, etc., que consolidaram sua visibilidade e influência por meio do ambiente digital.

Nesse contexto, os grupos de extrema-direita aprenderam “a trabalhar com seus valores, reforçando o senso comum construído em anos e anos de opressão” em uma combinação do “humor que satiriza o pobre, o fraco e o diferente”, em conjunto com “discurso genérico contra as injustiças” (Silveira, 2015, p. 225). Dentro desse ambiente digital que potencializa a

circulação de discursos ideológicos e de ódio, plataformas como o YouTube desempenham um papel central, possibilitando a emergência de um ecossistema de canais, influenciadoras/es e organizações voltados à difusão de interpretações distorcidas da realidade histórica e política. Entre esses atores, destacam-se iniciativas como Brasil Paralelo³⁷, produções associadas a Olavo de Carvalho³⁸, organizações como o Instituto Mises Brasil³⁹, influenciadores como Nando Moura⁴⁰, páginas como Ocidente em Fúria⁴¹, e movimentos políticos como o Movimento Brasil Livre⁴², além do canal Impérios AD⁴³. Considerando a centralidade dessa plataforma na circulação desses conteúdos, a seção seguinte discute o YouTube enquanto espaço de produção e difusão de narrativas no ambiente digital.

2.1.1 Youtube

O YouTube é descrito como “um enorme oceano de pessoas conectadas em rede, assistindo a uma variedade enorme de vídeos sobre assuntos de que gostam ou para descobrir coisas novas relacionadas àquilo que já conhecem” (Melo; Abibe, 2019). Lançado em junho de 2005 por Chad Hurley, Steven Chen e Jawed Karim, o YouTube é uma plataforma de compartilhamento de vídeos disponível em mais de 100 países. O primeiro vídeo carregado, intitulado *Me at the zoo* (Eu no zoológico), foi publicado em 23 de abril pelo cofundador Jawed Karim, durante uma visita ao Zoológico de San Diego.

Inicialmente, o YouTube funcionava como um repositório de filmes, comerciais antigos e cenas do cotidiano, com o objetivo de eliminar as barreiras técnicas do compartilhamento de vídeos na Internet. Desse modo, o site apresentava uma interface simples e integrada, permitindo que os usuários fizessem o *upload*, publicassem e assistissem a vídeos sem a necessidade de conhecimento técnico avançado. Assim, nos primórdios, o YouTube era essencialmente uma “plataforma de passagem”, onde os usuários acessavam para ver um *link* indicado em outra plataforma e, em seguida, saíam. Já no início de 2008, conforme Jean Burgess e Joshua Green (2009), o YouTube já se estabelecia consistentemente entre os dez sites mais visitados do mundo e, em abril de 2008, hospedava cerca de 85 milhões de vídeos.

³⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/@brasilparalelo>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

³⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CeahwoI-ygk>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

³⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/@InstitutoMisesBrasil>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/@NandoMouraOficial>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

⁴¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/@paulokogos>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

⁴² Disponível em: <<https://www.youtube.com/@mblivre/videos>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

⁴³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/@ImperiosAD>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

Rapidamente, a plataforma tornou-se um dos *websites* de crescimento mais velozes do mundo, hospedando 65 mil vídeos novos carregados diariamente (Osman, 2023). Por trás disso, temos uma plataforma com uma linguagem mais direta, imediata e próxima ao telespectador, pois os conteúdos precisam prender a atenção logo de cara.

Atualmente, o slogan do YouTube é *Broadcast Yourself* – “transmita-se”, mudando de uma plataforma de armazenamento para uma ferramenta de expressão pessoal, alcançando várias/os usuárias/os distintas/os. No YouTube, “cada participante modela coletivamente o site como um sistema cultural dinâmico, que, a partir de uma possibilidade técnica, torna-se um artefato da cultura participativa” (Puhl; Araújo, 2012, p. 715).

Com a crescente demanda por conteúdo por partes de espectadoras/es sedentas/os, entram em cena as/os youtubers⁴⁴, pessoas que escrevem, filmam, editam e estrelam os vídeos na plataforma. As/os youtubers frequentemente se apresentam como pessoas comuns, “gente como a gente”, produzindo conteúdo com uma linguagem íntima e emocional, o que contribui para a criação de um sentimento de identificação entre quem assiste e quem produz.

Em uma pesquisa conduzida pelo *Google Consumer Survey* em 2018, aproximadamente 76% dos brasileiros com acesso à internet estavam familiarizados com o termo “Youtuber” e compreendiam seu significado. De acordo com a mesma pesquisa, as/os youtubers ocupavam a terceira posição entre as figuras que mais influenciavam a opinião das pessoas entrevistadas, representando 20% das respostas, ficando atrás apenas de amigos (34,8%) e familiares (43,1%) (Melo; Abibe, 2019). Em 2018, 54% das pessoas relataram sentir uma conexão próxima com as/os youtubers. Conforme apontam Sérgio Melo e Antonio Abibe (2019), entre 2015 e 2019, o consumo de vídeos online no Brasil aumentou 135%, e o YouTube se tornou o principal destino dos brasileiros para assistir a vídeos. Como observam Burgess e Green (2009), o YouTube representa uma ruptura com os modelos de mídia tradicionais e, apesar de certa resistência, faz parte do cenário da mídia de massa.

Nesse contexto de crescimento exponencial do consumo online e da influência das/os youtubers, surgem canais dedicados à “publicização” de conteúdos de História. Muitos desses canais vêm ganhando maior relevância, em grande parte devido aos conteúdos de caráter revisionista, como a produtora gaúcha Brasil Paralelo e o canal Impérios AD, utilizado como documento primário digital⁴⁵ neste trabalho.

⁴⁴ Termo que se refere a uma pessoa que produz e compartilha vídeos no YouTube.

⁴⁵ Um documento “primário digital” ou “digital exclusivo”, é uma fonte que não possui “outro suporte além do digital”. Trata-se de uma enorme quantidade de informação que está sendo produzida e disponibilizada unicamente em formato digital, sobretudo na Internet” (Almeida, 2011). Essas fontes, conforme Almeida (2011), podem ser altamente ideológicas, portanto, é necessária a crítica cuidadosa de suas informações.

É importante destacar que, na maior parte desses canais, as pessoas responsáveis pela produção dos vídeos não possuem formação acadêmica em História. Na maioria dos casos, entretanto, esses canais recorrem a especialistas para validar suas argumentações, convidando historiadoras/es a contribuírem com o conteúdo dos vídeos. Essa estratégia contribui para conferir maior legitimidade às narrativas apresentadas, aproximando-as de uma aparência de autoridade científica.

Essa é uma das razões pelas quais a produção científica deve ser politizada e democratizada. O trabalho das/os historiadoras/os não se encerra com a publicação do texto; é necessário estarmos atentas/os aos seus usos. A forma como o conhecimento circula também é nossa responsabilidade. Como observa Arthur Lima de Ávila, em vídeo para o canal História da Ditadura: “nem que seja para a gente intervir e dizer assim: ‘não, não, não, só um pouquinho, vocês estão fazendo uso doido do que estou dizendo, eu nunca disse isso’, mas politizar o saber é pensar todas essas relações, é pensar o lugar da história dentro da pólis” (História da Ditadura, 2021).

A história produz sujeitos que intervêm no mundo. Ávila acrescenta que “pode não ser com essa intensidade que nós gostaríamos, ela não salva ninguém, ninguém fica mais inteligente por ler ou não ler história, mas ela produz sujeitos que intervêm no mundo. Então, se ela faz isso, ela é um conhecimento político” (História da Ditadura, 2021). Portanto, não é possível dissociar a produção histórica de embates políticos.

Vivemos em um contexto em que o discurso de ódio se tornou parte do cenário virtual global, e, como já mencionado, o virtual é o real em potencial. No Brasil, segundo o pesquisador negro Luiz Valério Trindade (2020), uma das categorias de discurso de ódio que mais cresce nas redes é a de cunho racista contra pessoas negras. Há uma relação direta entre a expansão das redes sociais e a ascensão de uma visão de mundo de direita sobre o passado (Escosteguy Filho, 2019).

No Brasil, desde 2013, a internet se consolidou como um espaço relevante para a disputa política e a mobilização social. Nesse contexto, a História, e, conseqüentemente, as narrativas sobre o passado, tornaram-se objeto de intensas disputas interpretativas, tanto no interior da disciplina quanto em espaços externos a ela. Por isso, é urgente desenvolver pesquisas que analisem criticamente as formas de publicização da História e os modos como diferentes agentes constroem sentidos para o passado.

Diante da crescente atuação desses canais produtores de conteúdo “histórico”, permanece uma questão central: por produzirem “história” nas redes, podemos considerar essas produções como História Pública?

2.1.2 Os canais de História da extrema-direita produzem História (Pública)?

Quando pensamos no termo “História Pública”, pode parecer estranho falar em um campo historiográfico definido a partir do público. Afinal, toda história não deveria ser pública? Historicamente, sempre houve historiadoras/es engajadas/os em questões de interesse coletivo e em diálogo com audiências além dos muros da universidade. Assim, as práticas de História Pública sempre existiram; a novidade reside na institucionalização de um movimento, e não propriamente na criação dessas práticas (Cauvin, 2019). Essas novas gerações de historiadoras/es públicas/os surgem em reação ao isolamento acadêmico do passado, quando as universidades se tornavam mais o habitat da categoria do que um espaço de interação com a sociedade ou com a esfera pública (Cauvin, 2019).

Conforme o historiador francês Thomas Cauvin (2019), a profissionalização da História no século XIX impactou as relações entre historiadoras/es e o público. Leopold von Ranke, considerado o pai da “história científica”, contribuiu para consolidar a História como disciplina ao estabelecer as regras do ofício do/a historiador/a, definindo o lugar da pesquisa, principalmente centrada em documentos históricos que relatavam a história do Estado e das relações exteriores. Ranke acreditava que cada momento histórico era único e deveria ser compreendido em seu próprio contexto, e que o historiador devia ser fiel às fontes ao analisar cada evento. Seu objetivo era alcançar uma objetividade científica, baseada exclusivamente em fontes primárias escritas e oficiais, sustentadas por análises factuais, com uma metodologia que reconstruísse os fatos e evitasse interpretações subjetivas.

A metodologia científica criada por Ranke possibilitou a profissionalização da disciplina, mas também resultou na mudança da produção material historiográfica e nas relações entre as/os historiadoras/es e o público. Assim, “os historiadores profissionais passaram a se dirigir a audiências cada vez mais específicas - seus pares acadêmicos -, no intuito de se afastarem de um estilo de escrita popular” (Cauvin, 2019, p. 11).

A História Pública surgiu, principalmente, em oposição ao que se percebia como uma história acadêmica tradicional, que preterira o público. Contudo, conforme Cauvin (2019), embora a institucionalização do campo tenha progredido especialmente nos Estados Unidos nas

décadas de 1970 e 1980, o termo *Public History* reverberava em diferentes partes do mundo, a partir da compreensão do papel do/a historiador/a.

O nascimento e devir da História Pública estavam intrinsecamente ligados ao papel em transformação dos historiadores. Ainda que os termos tenham sido concebidos nos Estados Unidos dos anos 70, a História Pública enquanto uma revalorização do uso e comunicação da história não é novidade, e muitos historiadores hoje reconhecem que vinham fazendo História Pública sem o saber. A especificidade da experiência norteamericana está na capacidade de seus pioneiros de institucionalizar o movimento por meio de programas de formação acadêmica nas universidades (Cauvin, 2019, p.25).

Nesse contexto, a História Pública é entendida, conceituada e apresentada de diferentes formas nos países que a praticam. Nos Estados Unidos, Robert Weible, ex-presidente do *National Council on Public History* e curador-chefe do Museu do Estado de Nova York, descreveu a História Pública como “um conjunto de procedimentos voltados ao desenvolvimento do conhecimento histórico para além dos muros da universidade” (Rovai, 2020, p. 134). Para as/os historiadoras/es italianas/os, ela é entendida como uma nova área de pesquisa e ensino universitário no campo das ciências históricas. Na Europa, de modo geral, a História Pública é uma prática do uso público da história com finalidades político-ideológicas em busca de justiça social. Para o estadunidense Gerald Zahavi, a História Pública seria “uma arena de disputas vigorosas, em que adversários ideológicos lutam pelo legado, patrimônio e memória pública de acontecimentos ocorridos há muito ou há pouco tempo e que ainda estão se desdobrando” (Zahavi, 2011, p. 53 *apud* Rovai, 2020, p. 135).

No Brasil, há uns dez a quinze anos, a expressão “História Pública” era praticamente desconhecida. Os debates sobre a área e o conceito se intensificaram a partir de 2011, com o desenvolvimento do curso “Introdução à História Pública”, da Universidade de São Paulo (USP). O curso, ministrado de 14 a 17 de fevereiro daquele ano, contava com palestras, oficinas e minicursos que ofereciam um panorama das técnicas e conceitos ligados à História Pública. Os minicursos possuíam temáticas diversas como: *História e visualidades, fotografia e vídeo*, com Ana Maria Mauad (UFF); *Jornalismo e divulgação científica em História e Ciências Humanas*, com Valéria Dias (Agência USP de Notícias); *Responsabilidade histórica e memória institucional*, com Paulo Nassar (ECA-USP); *História oral e memória: da gravação à publicação*, com Ricardo Santhiago (GEPHOM-EACH/USP). Assim como as oficinas sobre, *Arquivos e centros de documentação*, com Viviane Tessitore (CEDIC-PUC/SP); e *Áudio-documentários, história e memória: como fazer*, com Marta Fonterrada (Rádio Cultura). Além da palestra de abertura intitulada *História Pública e consciência histórica*, com Sara Albieri

(FFLCH/USP); e programação cultural com visita guiada ao Museu de Arte Contemporânea, com equipe do MAC-USP.

O evento possibilitou que historiadoras/es e outras/os profissionais se reunissem para falar sobre projetos, conceitos e procedimentos em relação a espaços e públicos distintos da universidade. Como ressonância, em 2019, é criado o primeiro Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP) do país, na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Campo Mourão. Com duas linhas de pesquisa – “Saberes e Linguagens” e “Memórias e Espaços” – contando com uma grade curricular composta por três disciplinas obrigatórias (História Pública e Teorias da História, Projeto Integrador em História Pública e Seminário de Pesquisa) e 26 disciplinas eletivas, distribuídas igualmente entre as duas linhas de pesquisa.

A ideia de História Pública não era uma novidade propriamente dita no Brasil, uma vez que, entre professoras/es, pesquisadoras/es e outras/os profissionais, já ocorria uma preocupação na ampliação e democratização da elaboração e da divulgação da memória e da história (Rovai, 2020, p. 137).

Assim, a História Pública no Brasil é um:

“[...] conceito amplo e muitas vezes escorregadio, têm se configurado como preocupação sobre o nosso lugar e o nosso papel como profissionais do ofício e os diversos públicos. Diante de tantas reivindicações sociais do presente pelo direito à memória, à história e às inúmeras identidades, somos chamados a nos posicionar e reinventar, pensando formas de transformarmos as tecnologias e, mais do que isso, as comunidades, em nossas aliadas na escrita, na divulgação e na apropriação da História” (Rovai, 2020, p.139)

Nesse sentido, ela é uma demanda do nosso tempo, clamando a presença das/os historiadoras/es, essas/es que devem ser “provocador, mediador e colaborador da reflexão histórica” (Rovai, 2020, p. 144). Produzir História Pública vai além do ensino e da divulgação de conhecimentos; envolve uma pluralidade de disciplinas e a integração de recursos diversos. Trata-se de uma nova forma de se fazer história, não somente voltada à preservação da cultura material, mas à promoção de uma reflexão comunitária sobre o próprio passado, sobre as relações entre passado e presente, tornando o primeiro útil para compreender e agir no segundo (Almeida; Rovai, 2011).

Assim, ela representa “uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões” (Almeida; Rovai, 2011, p. 7), funcionando como uma ponte entre as análises detalhadas, nuançadas e profundamente investigadas pelas/os historiadoras/es e a curiosidade histórica do público em geral.

Dessa forma, a História Pública é uma área de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais e passíveis de intersecção: a história feita *para* o público, que prioriza a transposição para o público; a história feita *com* o público, que é colaborativa, com a ideia de “autoridade compartilhada” como elemento central; a história feita *pele* público, que abrange as formas não institucionais de história e memória; e a história *e o* público, que incorpora a reflexividade e a autorreflexividade do campo (Mauad; Almeida; Santhiago, 2016, p. 28).

Assim, ela é feita *para* o público *com* o público, por vezes questionando a autorreferencialidade de historiadoras/es, e trazendo a população para a pesquisa acumulada, em uma “transposição didática” da história especializada para o público ativamente, considerando as representações prévias do público sobre os temas abordados. O objetivo é mediar a revisão dessas representações quando problemáticas, promovendo sua reelaboração com a participação ativa do público. Esse processo evidencia questões urgentes e complexas, reforçando a função social do conhecimento histórico e a responsabilidade da produção historiográfica.

Produzir no campo da História Pública não implica a eliminação da ciência histórica, mas sim uma reflexão sobre uma atuação profissional que estimule a consciência histórica em um público amplo, não restrito ao âmbito acadêmico (Almeida; Rovai, 2011). Em outras palavras, é fundamental que a história e o fazer historiográfico sejam significativos para o público em geral, e não apenas para a comunidade acadêmica. Nesse sentido, “a História Pública representa uma forma pela qual os historiadores acadêmicos podem demonstrar seu compromisso com a comunidade e o alcance de sua divulgação” (Cauvin, 2019, p. 22).

No Brasil, existem movimentos públicos de confronto em relação ao passado, tanto na negação quanto no reconhecimento de narrativas apagadas, silenciadas e/ou esquecidas da historiografia brasileira. Desde a redemocratização, no final dos anos 80, outras narrativas “tomaram de assalto” a História, obrigando-a a ampliar suas fronteiras, incorporando novos sujeitos e problematizando os processos sociais. Esse movimento ampliou-se com o ingresso de sujeitos historicamente excluídos das universidades: pessoas negras, quilombolas, indígenas e outras populações marginalizadas do campo, das águas e das florestas⁴⁶, pelas políticas de ações afirmativas implementadas a partir de 2005 para a graduação e ampliadas posteriormente para a pós-graduação, que colocam em pauta suas reivindicações nas discussões das ciências humanas, uma vez que escrever sobre o passado é tratar de problemas do nosso presente.

⁴⁶ A concepção de sujeitos do campo, das águas e das florestas engloba populações marginalizadas como: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, ilhéus, assentados do MST, entre outros.

A história sempre foi um campo de disputas em torno de suas funções sociais e ideológicas (Pinsky; Pinsky, 2021). Mas podemos indagar se os canais produtores de vídeos sobre História, como Brasil Paralelo e Impérios AD, podem ser considerados produtores de História Pública? É crucial ressaltar que o passado não deve ser simplificado e/ou reduzido a um produto de consumo, sem a devida reflexão sobre os processos de interpretação das fontes, a construção da narrativa, os procedimentos de acesso e de circulação e seus efeitos sobre a sociedade (Rovai, 2020).

Em trabalho anterior escrito conjuntamente com o professor e historiador Angelo Priori, da UEM, concluímos que, para ser História Pública, é necessário que as produções dialoguem com o conhecimento historicamente construído, sem manipulação das fontes e obras históricas para incentivo da intolerância e mitos de ódio (Máximo da Silva; Aparecido Priori, 2024). Logo, produções como a da Brasil Paralelo, Impérios AD, etc., não podem ser tomadas como formas de História Pública.

Vivemos em um tempo emaranhado de passados vivos, mas também de revisionismo. Por isso, é importante que nós, historiadoras/es, estejamos no espaço público. O passado está sendo usado, recriado, acessado e resgatado nas mídias sociais. Nas mídias, esses sujeitos criam narrativas sobre quem são e suas origens, construindo futuros em que vozes subalternas continuem a ser excluídas como agentes históricos.

Eles não produzem História Pública, mas se destinam ao público, disseminando inverdades históricas, como é o caso do canal Impérios AD. A seguir, analisa-se a atuação desse canal e sua inserção nas disputas do presente em torno da narrativa histórica no espaço digital.

2.2 “HISTÓRIA, CULTURA E BATALHAS DOS MAIORES IMPÉRIOS E NAÇÕES DO MUNDO EM ANIMAÇÕES INSANAS COM MUITO HUMOR”: O IMPÉRIOS AD NO DEBATE PÚBLICO

A cada vídeo, um novo desafio, um novo aprendizado, um novo degrau a subir pra (sic) levar o melhor da história e cultura a vocês, de uma maneira única que você não vai achar em lugar nenhum desta plataforma: euforia, drama, arrepios, empolgação, imersão, emoção... Eu queria que vocês sentissem tudo isso ao ver e ouvir minhas histórias; queria vocês dentro delas... E pelos milhares de comentários a cada vídeo, vi que consegui! Esse é meu maior presente! (Braga, 2021).

Em 5 de dezembro de 2018, Thiago Braga Dias Lima publicou o primeiro vídeo de seu canal Impérios AD. Atualmente, o canal possui mais de um milhão de inscritos e mais de 77 milhões de visualizações, com conteúdo sobre “História, cultura e batalhas dos maiores impérios e nações do mundo em animações insanas com muito humor” (Impérios AD). Thiago publica vídeos no canal uma vez por mês. De acordo com o que comenta no vídeo de

comemoração aos 100 mil inscritos, exceto pela grande ajuda de sua esposa na edição de algumas imagens no *Photoshop*, toda a produção é realizada por ele: “pesquisa, texto, narração, animação, efeitos sonoros, efeitos especiais, músicas, é tudo comigo” (Impérios AD, 2019).

Imagem 4 – DETALHES DO CANAL IMPÉRIOS AD



Fonte: registro de tela do YouTube tirado no dia 24 de novembro de 2025⁴⁷

De acordo com as informações disponíveis em seu currículo Lattes⁴⁸, Thiago Braga, é professor da Faculdade de Educação do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ), historiador formado pelo Centro Universitário Venda Nova do Imigrante (UNIFAVENI), especializado em Ciências Humanas: História, Filosofia e Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e Literatura Europeia e Língua Inglesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Thiago também possui 14 anos de experiência na educação pública e é colunista do jornal *Gazeta do Povo*, do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM). Além disso, ele é “Empreendedor e influenciador digital, criador e produtor dos canais de divulgação científica em história “Brasão de Armas” e “Impérios AD” no YouTube, com notório saber⁴⁹ em produção cinematográfica aplicada na área das Ciências Humanas”.

Procurei informações nos repositórios online em busca do Trabalho de Conclusão de Curso da especialização em Ciências Humanas: História, Filosofia e Sociologia, realizado na PUC-RS, intitulado *Youhumanas: por que e como usar o YouTube para a divulgação das Ciências Humanas*, e da graduação em Licenciatura em História, realizada na UNIFAVENI, cujo trabalho é intitulado *O YouTube Na Divulgação Da História*. Tais informações constam no currículo Lattes de Thiago, mas não encontrei os trabalhos.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/@ImperiosAD>.

⁴⁸ Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2731724301635545>>.

⁴⁹A expressão “notório saber” refere-se ao reconhecimento de conhecimentos em uma área específica detidos por sujeitos que não possuem formação acadêmica formal.

Já no jornal em que Braga é colunista, a *Gazeta do Povo*, conhecido por suas matérias com viés à extrema-direita, foi possível identificar uma série de matérias de sua autoria, muitas das quais mobilizam interpretações historicamente revisionistas, argumentos ideologicamente orientados e narrativas que reforçam perspectivas excludentes sobre o passado (Imagem 5).

A *Gazeta do Povo* foi, durante mais de 100 anos, um dos jornais mais importantes de Curitiba, Paraná, tendo pouca relevância fora do estado. Mas, em 2015, o jornal foi repaginado como um portal de internet com edição semanal na imprensa, e tornou-se a voz do conservadorismo brasileiro (Martins, 2018). Conforme Rafael Moro Martins (2018), a *Gazeta do Povo* sempre teve um perfil conservador, mas com o avanço da extrema-direita no Brasil, com as manifestações de 2013, foi vista uma oportunidade de romper as barreiras de Curitiba.

Em entrevista com Guilherme Döring Cunha Pereira, presidente do GRPCOM e proprietário das afiliadas da TV Globo no Paraná e numerário⁵⁰ do Opus Dei⁵¹, ele declara que “[O conservadorismo adotado pela *Gazeta*] tem uma ressonância com parte importante da população brasileira, que não encontrava outros veículos com idêntico posicionamento” (Martins, 2018). Segundo Cunha Pereira, eles desenvolveram uma estratégia para que o posicionamento conservador alcançasse uma condição especial. Assim,

Mesmo antes da guinada radical iniciada em 2015, Cunha Pereira havia criado na *Gazeta* um site chamado Sempre Família, que durante as últimas eleições [Presidenciais de 2018] se dedicou a atacar um padre que celebrou uma missa pela eleição de Fernando Haddad – incentivando críticos a protestarem contra o sacerdote a seu superior hierárquico –, elencou motivos para católicos não levarem seus filhos às passeatas promovidas por mulheres contra Jair Bolsonaro sob o bordão #elenão e colocou figuras como Magno Malta e Eduardo Bolsonaro numa lista de “defensores da vida” (Martins, 2018).

Em outubro de 2015, Leonardo Mendes Júnior, coautor do *Guia politicamente incorreto do futebol* (2014), assumiu a direção da redação da *Gazeta do Povo*, acompanhado de Jones Rossi, o outro coautor do “guia”, e Ewandro Schenkel. Esses profissionais foram encarregados de transformar o jornal em “uma espécie de versão patropi do *Breitbart News*⁵² – o ultraconservador site de notícias dos EUA que trabalhou pela eleição de Donald Trump”

⁵⁰ Numerário é a denominação dada a membros que são celibatários e dedicam parte importante da vida às atividades apostólicas e de formação de fiéis. Informação disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2018/12/09/gazeta-do-povo-guinada-direita-bolsonaro/>>. Acesso em: 08 de abr. 2025.

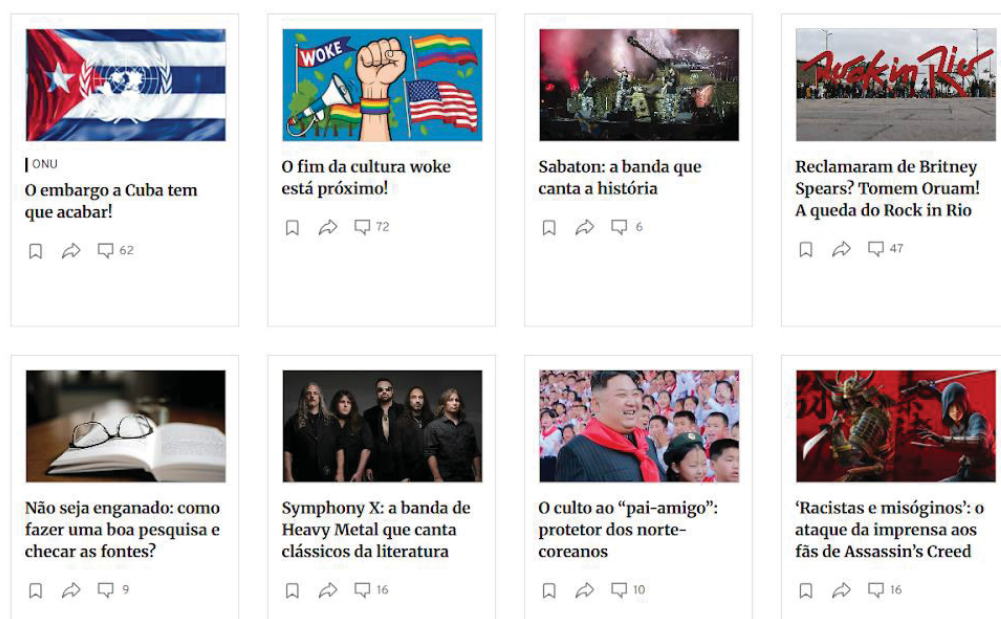
⁵¹ O Opus Dei (Obra de Deus, em latim) é uma instituição hierárquica da Igreja Católica, com intuito de contribuir para a missão evangelizadora da Igreja. Informação disponível em: <<https://opusdei.org/pt-br/faq/opus-dei/#que-eh-opusdei>>. Acesso em: 08 de abr. 2025.

⁵² É um site americano de extrema-direita de notícias, opinião e comentários fundado em 2007 pelo comentarista conservador americano Andrew Breitbart.

(Martins, 2018). Quando a *Gazeta do Povo* foi relançada digitalmente em 2017, passou a ter uma nova equipe de columnistas, todos alinhados ao pensamento de direita (Martins, 2018), incluindo Thiago Braga.

Thiago Braga lançou sua coluna em julho de 2022 (ver Imagem 5), com o primeiro texto intitulado *Videogame é coisa de criança*. A partir dessa estreia, passou a produzir textos sobre história, especialmente sobre história militar, partindo da premissa de que “entender a história da guerra é entender a história dos homens” (Braga, 2022).

Imagem 5 – COLUNA DO THIAGO BRAGA



Fonte: registro de tela da Gazeta do Povo tirado no dia 08 de abril de 2025

Os textos de Thiago Braga na *Gazeta do Povo* exibem um perfil alinhado à linha editorial do jornal. Seus artigos cobrem diversos temas do universo da extrema-direita, como críticas à chamada “cultura woke”; desconstrução de supostos “mitos” socialistas sobre a União Soviética, Cuba e Coreia do Norte; e alegações sobre a inexistência de gays em outros períodos históricos, como na Grécia Antiga, argumentando que “a história e a sociedade da Grécia antiga foram reinterpretadas para validar pautas sociais e políticas modernas” (Braga, 2024). Tais alegações, frequentemente insustentáveis, não são novidade, seguindo padrões de outras produções de extrema-direita, como as de *Brasil Paralelo*, Nando Moura, Paulo Kogos e Olavo de Carvalho.

De acordo com o historiador Odilon Caldeira Neto, em entrevista ao portal de notícias da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o extremismo de direita no Brasil e em outros países é um fenômeno majoritariamente associado a homens brancos das classes médias, embora possa afetar diversos estratos sociais. O pesquisador afirma que “o Brasil é uma

indústria de produção de extremismo de direita” (Universidade Federal de Juiz de Fora, 2023). A história republicana do país demonstra uma tendência a flertar com extremismos, o que sugere uma “interação entre o fator histórico e o fator atual do problema – a crise das democracias é um elemento global no extremismo de direita atual”, transformando “o Brasil em uma indústria de produção local de extremismos” (Caldeira Neto, 2023).

Segundo Bruno Madeira e Odilon Caldeira Neto (2022), as direitas radicais buscam recuperar o passado autoritário, seus líderes, sua historiografia e sua visão de mundo. Elas atuam na “densificação histórica dos projetos culturais, políticos, sociais e econômicos que estas forças pretendem implementar a partir da conquista do poder legislativo, executivo e judicial” (Madeira; Caldeira Neto, 2022, p. 1), por meio de intervenção metapolítica, inserindo-se nos universos midiático, cultural e acadêmico, em detrimento da luta político-partidária, e também mediante a “participação e estimulação das denominadas guerras culturais” (Madeira; Caldeira Neto, 2022, p. 1).

Esses sujeitos reabilitam clássicos do fascismo histórico, seus proscritos, e cooptam o pensamento de Gramsci acerca da teoria da hegemonia cultural e dos intelectuais orgânicos, possibilitando “a entrada destes agentes políticos no combate cultural e, sobretudo, no combate pela história e pela memória, tendo-se ambas transformado num autêntico campo de batalha (*apud* Traverso in Madeira; Caldeira Neto, 2022, p. 2) que, para a direita, visa a conquista de uma hegemonia cultural, ideológica e social” (Madeira; Caldeira Neto, 2022, p. 2).

“Saindo do armário”, esses grupos caminham em direção à esfera pública, mobilizando discursos de liberdade, mas que justificam determinadas exclusões e violências, objetivando assegurar a hegemonia branca, masculina e cristã (Brown, 2019). Conforme a cientista política estadunidense Wendy Brown (2019), essa extrema-direita bebe diretamente da ferida do “privilégio destronado que a branquitude, a cristandade e a masculinidade garantiam àqueles que não eram nada nem ninguém” (Brown, 2019, p. 13). Esses grupos são apegados a:

imagem de um passado mítico de famílias felizes, íntegras e heterossexuais, quando mulheres e minorias raciais sabiam seus lugares, quando as vizinhanças eram ordeiras, seguras e homogêneas, a heroína era problema dos negros, o terrorismo não estava em solo pátrio e quando cristandade e branquitude hegemônicas constituíam a identidade, o poder e o orgulho manifestos da nação e do Ocidente (Brown, 2019, p.12).

Thiago Braga, em suas diversas produções, exemplifica esse apego a um passado idealizado, em que “a história é retratada como verdade”, sem a presença do que denomina “politicamente correto” invadindo salas de cinema, jogos e o entretenimento de modo geral. Em seu canal de “História”, Braga mobiliza a ideia de um “retorno” a um passado no qual as

peças conheciam e ocupariam seu lugar na sociedade, estruturado por uma hierarquia social em que homens brancos, cisgêneros e heterossexuais aparecem como referência no topo dessa ordem. Para sustentar essa narrativa, o autor seleciona e interpreta fontes e acontecimentos de modo a construir uma leitura histórica que reafirma determinadas posições sociais e identitárias.

História é poder. Não é à toa que Braga produz conteúdo de história, instrumentalizando o passado para legitimar violências e preconceitos. Conforme ele, a história é reinterpretada “para validar pautas sociais e políticas modernas” (Braga, 2024). A dele é produção de narrativas “pseudohistóricas” da branquitude, da masculinidade e do preconceito.

Thiago Braga se apropria do tempo histórico, mobilizando o passado em narrativas sarcásticas, “engraçadas” e animadas para validar sua identidade. Em animações descritas pelo próprio canal como “insanas”, são apresentados elementos selecionados como o melhor “da história e cultura”, privilegiando aspectos que reforçam determinadas interpretações do passado. Com a utilização da Idade Média como pano de fundo, os vídeos apresentam episódios de violência em tom caricatural, produzindo leituras do passado que podem contribuir para processos de apagamento e silenciamento de determinados sujeitos históricos, ao mesmo tempo em que reatualizam e se apropriam da História. Nesse sentido, a Idade Média torna-se um recurso central na construção dessas narrativas, sendo mobilizada de forma instrumental nas disputas contemporâneas sobre o passado.

2.3 USOS DO PASSADO: INSTRUMENTALIZAÇÃO DA IDADE MÉDIA

A Idade Média é um período cercado de um imaginário pulsante, densamente carregado de simbolismos que, na atualidade, são apropriados como ocorre com a figura do cavaleiro medieval, mobilizada como arquétipo de masculinidade. Esse passado medieval é acionado de forma nostálgica por setores da extrema-direita, movidos pelo desejo de um “retorno” a um suposto mundo euro-cristão-patriarcal. No caso específico do cavaleiro medieval, particularmente o Templário, conforme aponta a historiadora Thaís Monique Costa Moura (2022), esse imaginário está interligado com a compreensão – equivocada – das Cruzadas, enquanto um momento histórico de união dos cristãos europeus ocidentais em torno da conquista da Terra Santa, Jerusalém.

Essas ideias de Cruzada e de Idade Média têm a ver com uma visão bastante idealizada e bastante parcial do que foi o período. O que atrai esses grupos é pensar que foi um tempo patriarcal, branco e cristão. Essa Idade Média nunca existiu, mas tem esse papel no pensamento desses grupos (Pachá, 2019b).

Nesse sentido, os símbolos associados à Idade Média são empregados como instrumentos de mobilização e identificação da audiência, considerando esse período histórico como um momento de forte comunicação com o público, evidenciado pela vasta quantidade de produções midiáticas, como literaturas, jogos e filmes (Moura, T., 2022). A escolha da Idade Média, que pode parecer ingênua à primeira vista, revela uma profunda compreensão de seu poder de atração sobre o público. Dessa forma, grupos de extrema-direita utilizam esses símbolos na tentativa de resgatar o medievo em oposição às mudanças sociais do século XXI, buscando o retorno de um passado euro-cristão-patriarcal "perdido".

Logo, “valores medievais” imaginários são evocados, e a figura do cavaleiro é utilizada para a encarnação de todos esses valores, tendo em vista que a Idade Média é tida como um período de guerra e violência; cristão, portanto, contrário a quaisquer outras formas de religiosidade; de hegemonia racial branca; e de dominação masculina (Ribeiro, 2022).

Nos vídeos do Impérios AD, o cenário medieval e a figura dos cavaleiros (Imagem 6) estão presentes desde o primeiro vídeo do canal, *A história dos Templários* (2018), assim como no vídeo *O tráfico de escravos e a origem da Escravidão no Brasil* (2020), objeto de análise deste trabalho. Segundo Thiago Braga, essa escolha estaria associada ao desejo de criar uma identidade visual original, “uma imagem que só de olhar as pessoas já ligariam ao Impérios AD” (Impérios AD, 2019). Contudo, o principal motivo apresentado por ele remete a uma identificação pessoal com os cavaleiros medievais: “sempre gostei demais de cavaleiros medievais, em especial os templários: é tipo assim ‘se eu vivesse no passado, eu ia ser um desses caras’. Ou não, porque camponeses eram quase 100% da população. Mas sei lá, tá [sic] no sangue, não dá para lutar contra a genética” (Impérios AD, 2019). Ao mobilizar a “genética” como explicação para sua afinidade, Braga coloca-se como herdeiro biológico e histórico desse passado europeu idealizado, reforçando uma narrativa de pertencimento racial e histórico.

Imagem 6 – CAPA DO CANAL IMPÉRIOS AD



Fonte: registro de tela do YouTube tirado no dia 24 de novembro de 2025⁵³

⁵³ Disponível em: <https://www.youtube.com/@ImperiosAD>.

Chamando os telespectadores de cavaleiros, Thiago Braga utiliza do sarcasmo e da ironia constantemente na sua produção, em uma tentativa de dinamizar os vídeos, mas também de se distanciar das/dos historiadoras/es tidas/os como “tradicionais”, aqueles que produzem história sem “gostar”. Braga tece críticas constantes à leitura “ruim” do passado, uma vez que “no momento em que a gente parar de ver só o lado ruim do nosso passado, a gente começa a descobrir uma história fascinante que pode inspirar a todos nós a sermos pessoas melhores, por exemplo, e principalmente criar um senso de unidade que conecta todo mundo” (Impérios AD, 2019).

Sobre o nome do canal, Impérios AD, este se deu pela utilização da sigla *Anno Domini*, palavra do latim cuja tradução significa “Era do Senhor”. E impérios porque “eles mudaram nosso mundo de norte a sul, de leste a oeste. Então, quando falamos de história, na verdade, é falar dos impérios também, que formaram e moldaram nosso mundo” (Impérios AD, 2019). Thiago Braga, em seus vídeos, não esconde uma adoração a um passado eurocêntrico, centrado em uma ideia de civilização ocidental.

“Desde criança eu sempre fui fascinado por história. [...] Mas foi só com 18 anos que comecei a descobrir a **História de verdade** e a me fascinar por esse mundo fantástico e incrível que me inspira e inspira vocês também. Afinal de contas vocês estão aqui porque vocês gostam de história né?! **E foi aí que eu descobri a história do Brasil e de Portugal [...]** Aliás, **eu já fiz questão de compartilhar essa linda história com vocês**. A história do Brasil e de Portugal. E **muita gente não fazia ideia, por exemplo, que os portugueses tinham feito tudo aquilo**. E o que eu queria mostrar pra (sic) vocês, é que tanto a história de Brasil quanto a história de Portugal, são histórias de conquista, de luta, de povos guerreiros. E que **não tem só mancha nessa história**” (Impérios AD, 2019, grifos da autora)

Conforme o historiador Paulo Pachá (2019a), essa ideia de civilização ocidental é uma construção política que buscou/busca legitimar processos políticos e históricos, como o imperialismo e o colonialismo. Esse historiador ainda aponta para a utilização da história de Portugal, não como uma potência colonial longínqua, mas enquanto uma “mãe pátria” que deu aos brasileiros uma língua e uma cultura europeias, em um resgate ao lusotropicalismo⁵⁴ de Gilberto Freyre. Quando Thiago Braga diz sobre “parar de ver só o lado ruim do nosso

⁵⁴ Conforme Abdias do Nascimento (2016), o lusotropicalismo é uma ideologia que prestou serviços efetivos ao colonialismo português. Essa teoria parte da suposição de que a história demonstraria uma suposta incapacidade dos povos tropicais – como indígenas e africanos – de estabelecer civilizações significativas. Esses povos seriam, segundo essa lógica, “documentos vivos” dessa limitação. Gilberto Freyre, portanto, afirma que os portugueses teriam sido bem-sucedidos ao criar um “paraíso racial” nos territórios que colonizaram nas Américas e na África.

passado”, ele está encobrindo a história cruel do colonialismo português/europeu perpetrado nas Américas.

As enunciações de Braga acoplam um conjunto de ideais que afirmam os laços de um projeto político brasileiro muito específico, centrado na ideia de uma tradição euro-cristã-ocidental-masculina-branca. Essas constatações se dão, porque, como discute o intelectual francês Paul-Michel Foucault (2012), o discurso não é uma forma de comunicação neutra, mas uma ferramenta de poder, utilizada para moldar e controlar as sociedades. Os discursos podem ser utilizados para construir, manter e contestar o poder estabelecido, uma vez que o discurso não é pura e simplesmente uma expressão de ideias, mas uma ferramenta de poder que modela o modo como percebemos e interpretamos o mundo (Foucault, 2012). Ele é uma importante ferramenta para a reprodução de ideologias, desigualdades e estruturas de poder.

Ainda o discurso seria resultante da produção de sentidos entre diferentes interlocutores, por meio de seus contextos e construções sociais. Nesse sentido, para o autor, em toda sociedade, a produção do discurso foi/é controlada, selecionada, organizada e redistribuída mediante um certo número de procedimentos que objetivam conjurar seus poderes e perigos (Foucault, 2012).

Na política, é no discurso que ela exerce alguns de seus mais temíveis poderes, haja vista que o discurso não é puramente aquilo que se manifesta, ou seja, uma simples fala, mas ele é um ato, um objeto do desejo. Assim, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 2012, p. 10). Conforme Pachá (2019b), a extrema-direita brasileira não quer o retorno de um “Brasil Medieval” – que, aliás, jamais existiu –, mas utiliza-se da evocação de um conjunto de símbolos sobre a Idade Média enquanto um passado idealizado euro-cristão-branco-patriarcal.

Thiago Braga, em seu canal, realiza uma produção em que é possível vislumbrar, imageticamente e por meio de suas narrações, uma determinada forma de mundo, uma vez que absorve todos os símbolos e significados oblíquos da extrema-direita e os reproduz em seus vídeos. Durante as manifestações em 15 de março de 2020 contra o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, o movimento Lux Brasil postou um vídeo que utiliza o cavaleiro para convocar “patriotas” em sagrada missão contra os comunistas e traidores da pátria (Imagem 7).

Imagem 7 – O CAVALEIRO DA LUX CONVIDA VOCÊ!



Fonte: Página Lux Brasil no YouTube⁵⁵

Em manifestação que solicitava o fim da violência contra mulheres, no adro da Igreja São Benedito, em Teresina, em dezembro de 2019, um grupo de dois homens e uma mulher autoidentificados como “templários” confrontou as manifestantes, mandando as mulheres irem lavar roupa e louça (Imagem 8).

Imagem 8 – TEMPLÁRIO DE TERESINA



Fonte: Portal GP1⁵⁶

Paulo Kogos, youtuber conhecido pelo seu posicionamento de extrema-direita, foi às manifestações de 1º de maio de 2021, em favor do ex-presidente Jair Bolsonaro, utilizando uma fantasia de armadura dos cavaleiros templários (Imagem 9).

⁵⁵ Disponível em: <https://youtu.be/JTQMu4TzoG4>.

⁵⁶ Disponível em: <https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2019/12/21/grupo-entra-em-confronto-com-mulheres-durante-manifestacao-em-teresina-468621.html>.

Imagem 9 – PAULO KOGOS VESTIDO DE TEMPLÁRIO



Fonte: Página do Reddit⁵⁷

Thais Monique Costa Moura (2023), em sua dissertação⁵⁸ sobre o uso de imagens em redes sociais, demonstra como as figuras dos templários são utilizadas em memes e montagens, sendo a grande maioria voltada para pautas cristãs e conservadoras, da seguinte forma:

a Idade Média é utilizada enquanto estandarte para o preconceito com o considerado distinto de tais grupos. Nesse contexto, o racismo, a LGBTQIA+fobia, ódio ao Feminismo e as mudanças sociais mais recentes do século XXI são demonstrados mediante dos memes e montagens nas redes sociais com cenas de filmes de história medieval ou de desenhos digitais de cavaleiros empunhando escudos (Moura, T., 2023, p.109-110).

Segundo a autora, conforme cresce a adesão da sociedade brasileira às ideologias cristãs mais tradicionais, maior é a propagação das pautas conservadoras em outros setores, como a política. Pautas como o nacionalismo e o anticomunismo também emergem na sociedade. “Isso acontece porque o nacionalismo vem a funcionar como uma pulsão da revolta social, e o comunismo surge como um inimigo histórico que deve ser combatido por esses grupos” (Moura, T., 2023, p.110).

57

Disponível

em:

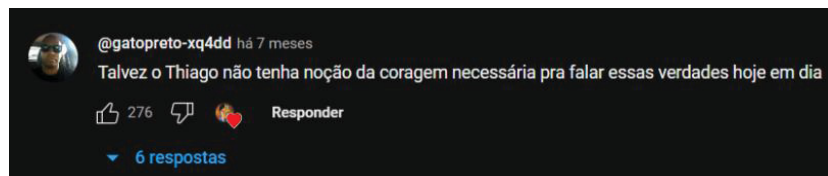
https://external-preview.redd.it/9WHP_jcZHcmSaLRBkALSa97tbZ3Latdm3v9J0VRFpsA.jpg?auto=webp&s=0841b3d2baef6729592896855ed6a32558ee70ac.

⁵⁸ MOURA, Thais Monique Costa. Masculinidades em tempos de desencanto: usos e desusos da história medieval nas redes sociais da internet no Brasil (2018-2022). 2023. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

Essas manifestações são apropriadas por Thiago Braga para dar sentido às suas produções em um mundo organizado de modo estruturado e lógico, a fim de gerar um padrão de “verdade”. O que, à primeira vista, pode parecer cômico –pois são homens adultos “fantasiados” de cavaleiros medievais –, é, no entanto, para quem observa atentamente, componente de uma luta implícita pelos símbolos e supostos “valores medievais”. Vale ressaltar que Jair Messias Bolsonaro também era alvo de piadas, e presenciamos, com certa incredulidade, sua ascensão à presidência do Brasil.

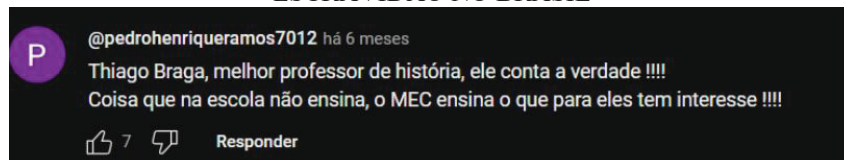
O alcance dos vídeos do Impérios AD realça essa compreensão de uma disputa por esse imaginário medieval. Os vídeos com animações ambientadas em tavernas e cenários medievais, com personagens vestidos de templários, causam humor e transmitem um desencanto coletivo em busca de “valores perdidos”. Conforme o jornalista Luiz Gonzaga Motta (2013), a comunicação narrativa produz certo tipo de relação entre os interlocutores e presume, para além de um código comum, empatia, um universo compartilhado e cultura comum. Braga, por meio de sua comunicação narrativa, consegue produzir essas relações, conforme é possível verificar nos comentários presentes nas produções do canal (Imagens 10, 11 e 12).

Imagem 10 – COMENTÁRIO NO VÍDEO “O TRÁFICO DE ESCRAVOS E A ORIGEM DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL”



Fonte: Página do Império AD no YouTube⁵⁹

Imagem 11 – COMENTÁRIO NO VÍDEO “O TRÁFICO DE ESCRAVOS E A ORIGEM DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL”

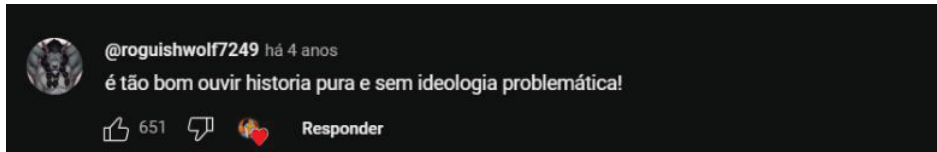


Fonte: Página do Império AD no YouTube⁶⁰

⁵⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4dL_aBQeWHs.

⁶⁰ *ibid.*

Imagem 12 – COMENTÁRIO NO VÍDEO “O TRÁFICO DE ESCRAVOS E A ORIGEM DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL”



Fonte: Página do Império AD no YouTube⁶¹

A audiência vibra a cada novo vídeo postado, saudando Thiago Braga como herói por sua produção. Assim:

Esse é o humilde legado do Impérios AD pra (sic) vocês, mostrar a história do mundo de uma forma fascinante e inspiradora, em especial, a nossa história. Que é cheia de belezas, cheia de conquistas, que não é feita só de erros.

Ver comentário do tipo: “depois do seu vídeo eu tenho orgulho da minha história”. Isso não tem preço! É bom demais! (Impérios AD, 2019)

Desse modo, essas narrativas não são meramente uma representação de um mundo imaginário, mas sim formas de organização que se baseiam em estratégias culturais contextuais, dado que, “narrativas e narrações são formas de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação” (Motta, 2013). O fundamento ideológico dessas narrativas “se assenta em uma perspectiva eurocêntrica de história, a qual define uma política identitária que encontra no conservadorismo cristão e no patriarcalismo oitocentista seus fundamentos principais” (Nicolazzi, 2023).

É por meio da narrativa que construímos o passado, o presente e o futuro. Como já mencionado, o discurso é poder, exercido por meio da relação entre quem fala e quem escuta. Dessa forma, os discursos narrativos são construídos por meio de estratégias comunicativas, recorrendo a operações e modos linguísticos e extralinguísticos pensados para atingir determinadas intenções e objetivos (Motta, 2013). Portanto, mesmo que espontânea e intuitiva, a organização narrativa do discurso não é aleatória, realizando-se em contextos específicos para produzir os efeitos desejados – consciente ou inconscientemente.

Segundo o historiador André Nicacio Lima (2019), há um núcleo coeso nas narrativas revisionistas sobre explicar a formação da nacionalidade brasileira.

Seu fio condutor é o entendimento da história do Brasil como prolongamento glorioso de uma idealizada “civilização europeia” ou “ocidental”, que incorpora outras culturas e ancestralidades na condição de contribuintes secundários, reafirmando sempre sua condição subalterna. **Tal fio condutor não é concebido de maneira original por**

⁶¹*ibid.*

esses ideólogos da “nova direita”, mas recuperados de uma tradição historiográfica nacionalista existente no Brasil desde o século XIX, que é marcadamente supremacista em sua visão de mundo (Lima, 2019, p.20, grifos da autora).

Seguindo o projeto de von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil* (1844), essa continuidade demonstra como as narrativas históricas moldam percepções e legitimam visões de mundo que atravessam gerações. Nesse contexto, a linguagem⁶² é fundamental na formação da identidade e na construção cognitiva do sujeito. Por meio dela, o eu e o tu se constituem como pessoas no espaço (Motta, 2013). Ao se comunicar, as pessoas não apenas trocam informações, mas também se constroem como sujeitos.

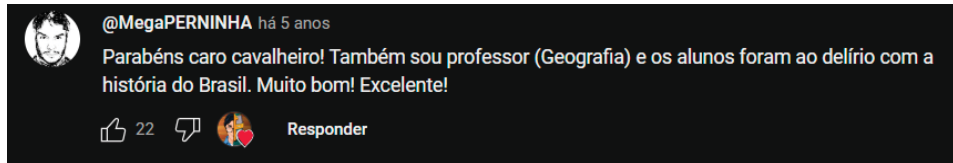
No que diz respeito às produções do canal Impérios AD, essa dinâmica manifesta-se na projeção de um passado nostálgico, quando a narrativa sugere: “se eu vivesse no passado, eu ia ser um desses caras” [...] Mas sei lá, tá no sangue, não dá para lutar contra a genética” (Impérios AD, 2019), revelando como a idealização histórica influencia a construção de identidade e pertencimento.

Essa apropriação nostálgica do passado dialoga diretamente com o contexto político brasileiro recente. No país, vivemos momentos de instabilidade política para alguns, anteriores às manifestações de 2013; para outros, é naquele momento que efervesce a revolta do povo brasileiro, e as guinadas à extrema-direita do cenário político-social do país. Nos últimos anos, experienciamos uma forte ascensão da extrema-direita, que busca sistematicamente destruir estruturas democráticas e implementar abertamente transformações neoliberais. Nesse cenário, emergem ataques negacionistas à história, à memória e à dignidade de populações minorizadas em diversos setores da sociedade, especialmente nas redes sociais, como o caso da Impérios AD, que mobiliza afetos e emoções para consolidar suas ideias e engajar seu público.

Por meio dos comentários nos vídeos, é possível visualizar o carinho e a identificação do público, que comemora em conjunto com Thiago Braga, em 2019, os 100 mil inscritos no canal (Imagens 13 e 14). Mais relevante do que o simples marco numérico, esse dado evidencia a existência de 100 mil pessoas que compartilham visões semelhantes, revelando a capilaridade do discurso da extrema-direita na sociedade brasileira.

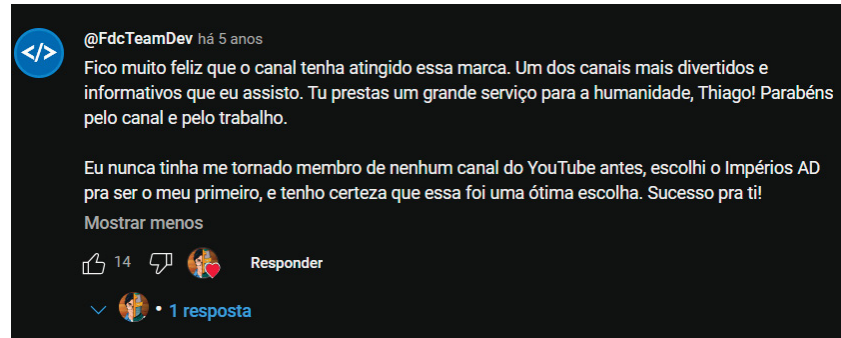
⁶² A "linguagem" aqui não se refere apenas à fala, mas também ao pensamento e à interação social mediada por signos, como palavras, gestos e símbolos.

Imagem 13 – COMENTÁRIO NO VÍDEO “A HISTÓRIA DO IMPÉRIOS AD | ESPECIAL 100K INSCRITOS”



Fonte: Página do Império AD no YouTube⁶³

Imagem 14 – COMENTÁRIO NO VÍDEO “A HISTÓRIA DO IMPÉRIOS AD | ESPECIAL 100K INSCRITOS”



Fonte: Página do Império AD no YouTube⁶⁴

Ao iniciar este trabalho, no começo de 2024, o canal ainda não havia alcançado a marca de um milhão de inscritos. Ao término da pesquisa, o Impérios AD acaba de alcançar esse marco e continua a crescer, demonstrando ser um sucesso de massa. O canal contribui para a divulgação de formas distorcidas, omissas e silenciosas da história, em uma constante revisitação de símbolos de uma suposta cultura euro-cristã-patriarcal-branca “perdida”, apropriando-se desses imaginários para a construção de um futuro onde tais símbolos se mantenham presentes.

Thiago Braga, assim como outros produtores de conteúdo de história de extrema-direita, como a Brasil Paralelo, manifesta objeção às memórias de grupos minorizados e se opõem à historiografia acadêmica ética. Como somos seres temporais, relacionamo-nos inevitavelmente com o passado. Assim,

O passado, e o conhecimento do passado, são elementos fundamentais para a constituição histórica de sentido do presente e do futuro. Desempenham um papel estratégico na aquisição da consciência histórica e, em conjunto com a experiência do presente, constituem a matéria-prima do pensamento histórico (Martins, 2016).

Partindo dessa compreensão, observa-se que o Impérios AD propositalmente deixa lacunas em sua narrativa sobre o passado. Segundo argumenta a historiadora italiana Luisa Passerini (2006), essas lacunas não devem ser compreendidas apenas como espaços vazios, mas

⁶³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CE1KLzOdWh8>

⁶⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CE1KLzOdWh8>

como áreas carregadas de significados, uma vez que a ausência de determinadas vozes ou a escolha de certas perspectivas históricas constitui uma forma de poder e controle sobre a memória coletiva. Nesse sentido, Thiago Braga, em suas produções, seleciona o passado que melhor se adequa à sua projeção de futuro, favorecendo uma narrativa histórica alinhada a seus interesses ideológicos.

Atualmente, vivenciamos um período caracterizado por disputas simbólicas em torno da memória coletiva, ou seja, pela luta para definir o que deve ser lembrado, como deve ser lembrado, e quem detém a autoridade para narrar o passado. Diferentes grupos da sociedade competem pelo controle e interpretação da memória, buscando influenciar a forma como o passado é transmitido e compreendido. Nesse cenário, o Impérios AD participa ativamente dessa disputa, com seus vídeos acumulando mais de 70 milhões de visualizações. Da mesma forma, a Brasil Paralelo, outra produtora de conteúdo histórico da extrema-direita, registra mais de 400 milhões de visualizações, números que não encontram paralelo em outros canais de história.

Por essa razão, é preciso estar atenta/o às produções “históricas” na internet. Esses sujeitos, que se dizem “apaixonados por história”, clamam por um retorno a outro Brasil, talvez um Brasil imaginário, que nunca existiu, mas que, em suas distorções históricas, se apresenta como real, portanto, uma possibilidade de retorno. Trata-se de um Brasil de hegemonia branca, cristão, conservador, masculino, heterossexual, pautado em supostos “valores medievais”.

Não podemos ignorar, nem encarar com humor, as distorções que produzem sobre o passado. A internet possui poder de transformação – nem sempre para o bem. Trump, Bolsonaro, Milei e tantos outros líderes fascistas, racistas, homofóbicos e xenofóbicos mundo afora demonstram isso, quando eleitos presidentes ou chefes de governo à base de *fake news*, discursos de ódio e instrumentalização da raiva. Com um programa político-moral explicitamente conservador, esses movimentos adentram a política com a “promoção de valores tradicionais nas famílias, escolas e espaços cívicos, na corroboração de uma influência religiosa na política e no cultivo do patriotismo. Além disso, a política neoconservadora aborda a necessidade de um Estado forte para promover o interesse nacional” (Brown, 2019, p. 111).

Nesse contexto, é crucial analisar os discursos que se fortalecem por meio da internet, em especial no YouTube. Thiago Braga, assim como outros produtores da extrema-direita, reconstrói a história para reforçar seus valores. No caso do canal Impérios AD, o uso do cenário medieval nas produções faz parte de um esforço consciente de reelaborar um passado euro-branco-cristão-patriarcal glorificado.

Conforme Arthur Lima de Ávila (História da Ditadura, 2021), esses grupos não são anti-ciência, mas sim pró-ciência, desde que esta lhes seja conveniente; se houver necessidade de artigos, fontes ou chamar historiadoras/es acadêmicas/os para validação do conhecimento, eles farão uso desses recursos para legitimar seus argumentos. Assim, almejam (re)escrever a história do Brasil, apropriando-se de formas alternativas de produzir história. Cabe lembrar que a historiografia brasileira também foi produtora de violências e silêncios em nome de uma suposta objetividade histórica, que serviu/serve a interesses coloniais e da branquitude hegemônica. Nesse processo, pessoas racializadas são sentenciadas a objetos de estudo de pesquisadoras/es brancas/os, muitas vezes apagadas, negligenciadas ou relegadas a papéis coadjuvantes em suas próprias histórias.

A partir dessas considerações, o próximo capítulo dedica-se à análise da fonte principal deste trabalho: o vídeo *O tráfico de escravos e a origem da escravidão no Brasil* (2020), publicado pelo canal Impérios AD.

3. O TRÁFICO DE PESSOAS ESCRAVIZADAS E A ORIGEM DA ESCRAVIZAÇÃO AFRICANA NO BRASIL: A “HISTÓRIA” PELO CANAL IMPÉRIOS AD

“Enquanto os leões não começarem a escrever sua própria história, a história continuará a ser a história dos caçadores”

(Provérbio africano)

Para a construção da crítica deste trabalho, optamos pelo vídeo *O tráfico de escravos e a origem da Escravidão no Brasil*, do canal Impérios AD. Até a data de finalização do trabalho, ultrapassa 1 milhão de visualizações e mais de 6 mil comentários. O vídeo, com duração de 23 minutos e 56 segundos, foi lançado em 12 de março de 2020 e conta com apresentação, pesquisa, roteiro, desenhos, animações, efeitos sonoros, dublagem, edição e direção de Thiago Braga. Como foi discutido no capítulo anterior, o canal Impérios AD possui vídeos em formato de animação, cujos personagens são cavaleiros templários, o que não difere nesta produção.

Conforme a sinopse, a produção tem por objetivo apresentar que a:

origem do tráfico de escravos⁶⁵ na África só foi possível através da cooperação ativa entre os reinos do Congo e de Portugal. A criação desse comércio legal e recíproco entre ambos os reinos, durante mais de um século, levou ao surgimento dos primeiros e grande parte dos escravos trazidos ao Brasil (Impérios AD, 2020).

Na descrição do vídeo, entre as fontes primárias utilizadas na produção do material, constam os seguintes documentos: *História do Congo obra, posthuma do Visconde de Paiva Manso (Documentos)*, publicada em 1877; *Monumenta Missionaria Africana. Segunda Série. Volume 1. África Ocidental (1342-1499)*⁶⁶; *Monumenta Missionaria Africana. Segunda Série. Volume 2. África Ocidental (1500-1569)*⁶⁷, compiladas entre 1958 e 1963. Tais documentos teriam sido lidos novamente, segundo informação técnica do vídeo, à luz de obras como: *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII* (2010); *Estudos africanos: múltiplas abordagens* (2013); e *Portugal e a Escravatura dos Africanos* (2018), de João Pedro Marques.

⁶⁵ Nessa transcrição manterei o máximo de palavras ao original, porém é importante pontuar que compreendo a categoria de *escravo* como a produção de uma identidade fixa, em que a existência é determinada desde o nascimento, naturalizando o pensamento sobre a escravização. Assim, ao longo desse trabalho utilizei da categoria *escravizada/o* que se define por alguém que “sofreu escravização”, ou seja, uma condição imposta por alguém. Ninguém nasce escravo, mas é transformado em uma ordem escravista, pois a escravização não é um dado natural, mas condição imposta.

⁶⁶ Disponível em: <<https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/34738>>. Acesso em: 11 abr. 2025

⁶⁷ Disponível em: <<https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/34737>>. Acesso em: 11 abr. 2025

Thiago Braga ainda traz índices sobre a escravização moderna global⁶⁸, especialmente na África.

A escolha do referencial e das fontes selecionadas por Thiago Braga demanda reflexão. Embora a documentação consista em cartas trocadas entre o Rei do Congo e Portugal, que segundo lee, são “os documentos mais importantes sobre esse assunto de todo o século XVI” e que “nos dão detalhes importantíssimos e não deixam a menor dúvida sobre como funcionava e quem participava desse comércio durante todo o século XVI” (Impérios AD, 2020), é crucial considerar a presença de intermediários, os portugueses, que redigiram as cartas do monarca africano ao seu par europeu. Portanto, os documentos utilizados por Thiago Braga são, em sua maioria, fontes escritas por europeus.

Em consonância com esse argumento, conforme aponta a historiadora colombiana Paola Vargas Arana (2019), as fontes que abordam a conversão e a participação do Reino do Kongo⁶⁹ no tráfico de pessoas escravizadas foram, em sua maioria, produzidas por autores portugueses. São precisamente essas fontes que Thiago Braga mobiliza em suas narrativas. Os primeiros relatos sobre o contato inicial e o processo de conversão foram encomendados pelo rei de Portugal e elaborados por seus cronistas oficiais (cronistas-mores) com a finalidade de registrar e celebrar o suposto êxito da empreitada lusitana no continente africano.

O filósofo quinxassa-congolês Valentin-Yves Mudimbe (2019) denomina essa documentação, entre outras produzidas por europeus, de “Biblioteca Colonial”. Esta começou a ser constituída com os primeiros relatos dos viajantes europeus do século XV, narrando os encontros com os africanos da África subsaariana, então chamados de guinéus, e foi ampliada e alimentada até as vésperas da descolonização do continente africano no século XX por relatos de missionários, autoridades coloniais, romances de viagens, expedições, etc. Mudimbe destaca que tal documentação é carregada de preconceitos e de uma visão eurocêntrica sobre a África e as sociedades africanas, que, quando tratadas acriticamente, reforçam os estereótipos racistas sobre o passado africano.

Segundo o autor, os discursos científicos sobre o continente africano têm origens sócio-históricas e contextos epistemológicos. Assim, todas as ciências sociais só podem ser compreendidas no contexto de sua região epistemológica de possibilidade. “Tanto as histórias

⁶⁸ Disponível em: <<https://www.walkfree.org/global-slavery-index/map/>>. Acesso em: 11 abr. 2025

⁶⁹ Em línguas como o Kikongo, as letras “c”, assim como q, r, j, h e x, não integram o alfabeto nativo. Embora a bibliografia utilizada para a elaboração deste capítulo empregue a letra c, opto pelo uso de k para manter a coerência com os estudos pós-coloniais e decoloniais que fundamentam meu repertório de referências.

quanto as tendências dessas ciências, suas verdades e suas experiências, por serem derivadas de um espaço dado, falam a partir dele e primariamente sobre ele” (Mudimbe, 2019, p. 44).

Outro fator que merece destaque é a ideia apresentada no vídeo de que a história da África e dos africanos só teria começado a ser escrita com a chegada dos europeus, ecoando uma visão hegeliana que considerava a África uma região a-histórica, ou seja, sem história, devido à inexistência da escrita (desconsiderando a escrita árabe predominante no norte do continente) e desprezando a tradição oral predominante na porção subsaariana.

Tal entendimento foi formulado ainda no final do século XVIII pelo filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel, para quem a história mundial seguia um percurso linear, cujo ápice do desenvolvimento humano teria ocorrido na Europa. Vale frisar que Hegel é um dos principais intelectuais ligados ao movimento das Luzes do final do século XVIII. Hegel, porém, não foi o único a defender um universalismo europeu; diversos foram as/os intelectuais do hemisfério ocidental que consideravam a Europa, em especial o oeste europeu, formuladora da ideia de “Ocidente”, como o centro do globo, terra da razão, da vida universal, da verdadeira humanidade (Mbembe, 2022). O Ocidente deu origem a uma ideia de ser humano detentor de direitos civis e políticos, codificando “uma gama de costumes aceitos por diferentes povos” (Mbembe, 2022, p.29).

O que era diferente, a “África, de um modo geral, e o negro, em particular, eram apresentados como símbolos acabados dessa vida vegetal e limitada” (Mbembe, 2022, p. 29-30). Conforme o intelectual camaronês Achille Mbembe (2020), Hegel acreditava que essas pessoas eram estátuas sem linguagem e consciência de si, sendo seres humanos incapazes de se despir da figura do animal.

Outros, mais caridosos, admitiam que tais criaturas não eram inteiramente desprovidas de humanidade. Adormecida, essa humanidade não tinha ainda lançado à aventura daquilo que Paul Valéry invocava como o ‘afastamento sem retorno’. Era, no entanto, possível levá-la até nós. Tal fardo não nos conferiria, porém, o direito de abusar de sua inferioridade. Pelo contrário, deixávamo-nos guiar por um dever – o de ajudá-la e protegê-la. Era o que fazia do empreendimento colonial uma obra fundamentalmente ‘civilizadora’ e humanitária’, cujo corolário de violência não era senão moral (Mbembe, 2020, p.30-31).

Na Europa dos séculos XV e XVI, o conceito de “bárbaros”, “selvagens”, “pagãos” e “primitivos” foi cunhado, refletindo uma representação do seu oposto, que influenciou a percepção eurocêntrica do Outro durante a expansão territorial europeia. Através dos relatos de viajantes, exploradores e missionários, uma “biblioteca colonial” foi construída, consolidando-

se no final do século XIX. É importante ressaltar, portanto, que os documentos utilizados por Braga são desse período e representam

um conjunto de conhecimentos construídos com o propósito explícito de traduzir e decifrar fielmente o objeto africano. Com efeito, ela realizou um projeto político no qual, supostamente, o objeto desvelaria seu ser, seus segredos, seus potenciais para um senhor que poderia, finalmente domesticá-lo. Por certo, a amplitude e a ambição dessa biblioteca colonial disseminam a noção de desvio como o melhor símbolo da ideia África (Mudimbe, 2019 p.13)

Os discursos africanos são radicalmente silenciados ou convertidos pelos discursos ocidentais dos conquistadores. A África passa a ser “representada nas universidades ocidentais por ‘fantasias’ e ‘construções’ compostas por intelectuais e escritores desde os gregos antigos” (Mudimbe, 2019, p. 18), simplificando as complexidades culturais e objetificam-se as pessoas do continente.

Há uma tradição ocidental de narrar histórias sobre a África, especialmente a subsaariana, que a representa como um lugar negativo, de diferenças e escuridão, com pessoas descritas como “metade demônio, metade criança”. Em contraste, a coletânea *História Geral da África* representa um marco historiográfico. Sua primeira etapa, desenvolvida entre 1965 e 1999, resultou em oito volumes, com aproximadamente 900 páginas cada, elaborados por trezentos e cinquenta especialistas internacionais em história africana. Trata-se de um trabalho coletivo patrocinado pela UNESCO, traduzido para o português e publicado no Brasil em 2010, atualmente disponível gratuitamente na internet.

Desde 2013, o projeto foi retomado com a produção de mais três volumes, publicados recentemente. O Volume 10, inclusive, contou com a historiadora negra e brasileira Vanicléia Silva Santos como editora. Nesta coletânea, temos o ponto de vista dos intelectuais africanas/os - embora não exclusivamente - sobre a história do seu continente: “apesar da inegável heterogeneidade de contribuições e autores, legou uma interpretação científica e potencialmente pós-eurocêntrica da história da África: a ‘perspectiva africana’”(Barbosa, 2012, p.2).

Atualmente, não há justificativa para se construir uma história da África sem considerar o que as/os intelectuais africanas/os pensam sobre o assunto. Apesar de mencionar a *História Geral da África* como bibliografia para a produção do vídeo, fica evidente que Thiago Braga não se baseou na obra ao longo das considerações sobre a história narrada pelo Impérios AD. Ou, se o fez, não incorporou a crítica à visão eurocêntrica do passado africano presente na obra. Essa persistência em narrar uma história da África sem um referencial teórico africano, ou sem a contextualização crítica das fontes, simplifica as experiências, ignorando as diversas outras

histórias que se formaram. Ao formular uma história única, “rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos” (Adichie, 2019, p.14).

As histórias, considerando como, por quem, quando e quantas são contadas, dependem do poder. O poder possibilita não somente contar histórias de outras pessoas, mas também fazer com que sejam histórias definitivas e definidoras. Assim, se começarmos a história a partir das “flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos, a história será completamente diferente. Comece a história com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, e a história será completamente diferente” (Adichie, 2019, p. 12).

Tendo isso em vista, para fins de análise da fonte aqui eleita, a discussão está dividida em três momentos: primeiramente, será abordado o uso das “fontes oficiais” apresentadas por Thiago Braga à luz do conceito de biblioteca colonial, proposto por Valentin-Yves Mudimbe (2019); em seguida, será analisada a forma como o autor utiliza a instrumentalização do humor para “amenizar” sua narrativa; por fim, será examinada a narrativa construída por Thiago Braga sobre a chegada dos portugueses ao Kongo, a conversão do reino e as relações comerciais estabelecidas com os europeus, especialmente no que se refere à venda de pessoas escravizadas.

3.1 TODO DOCUMENTO É (RE)INTERPRETAÇÃO!

A História é a forma científica da memória coletiva. É consenso na historiografia que os vestígios do passado, o que sobrevive dele, são construções e escolhas das forças de poder que atuam em dado momento. O historiador francês Jacques Le Goff (1978) ensina que essa memória coletiva pode se expressar de duas formas: por meio de monumentos e documentos. Os monumentos são heranças do passado, ligados ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades, podendo ser escritos ou não. Já os documentos são escolhas do historiador/a. Os positivistas do final do século XIX e início do XX consideravam os documentos receptáculos verossímeis e incontestáveis do passado. Esses mesmos positivistas tinham uma concepção limitada de documento, que, para eles, restringiam-se aos escritos oficiais do Estado. Logo, os documentos eram considerados como fato histórico, mesmo que resultantes de uma escolha, uma decisão do/a historiador/a; eram tidos como prova histórica irrefutável do passado. Prerrogativa também apresentada por Thiago Braga, para quem o documento é “prova”, a “verdade”, o testemunho escrito.

Le Goff (1978) afirma que não existe documento objetivo, primário ou inocente. Isso é uma ilusão positivista, que vê no documento uma prova, desde que autêntico. Mas é preciso

considerar que, “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (Le Goff, 1978, p. 9-15). Desse modo, o documento é resultado de uma construção, consciente ou inconsciente, da história, da época e da sociedade que o produziu, mas também das épocas seguintes, nas quais continuou vivo ou esquecido. Consequentemente, documento, quando utilizado pelo poder, é monumento, ou seja, heranças do passado, já que

Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (Le Goff, 1978, p.12-13).

Nesse sentido, historiadoras/es críticas/os e condizentes com a prática historiográfica desconstroem e analisam as condições de produção dos documentos-monumentos. Assim, para compreender os documentos utilizados por Thiago Braga como fontes para sua narrativa, é imprescindível a elaboração de uma interpretação documental, incluindo a biografia de quem escreve, dados sobre os interesses da época na produção da documentação, suas mentalidades, etc. Esse é o verdadeiro trabalho historiográfico: ler o documento, compreendendo todos os vestígios e contextos por trás daquela produção. Somente desse modo é possível compreender as frases, a redação, as sutilezas e intenções de quem produziu a documentação.

Ancorado na “biblioteca colonial”, Thiago Braga agradece a colaboração do historiador português João Pedro Marques, a quem descreve como “um dos mais renomados especialistas na história da escravidão africana e portuguesa do mundo”, e que, segundo ele, o teria guiado por “fontes primárias tão valiosas” (Impérios AD, 2020). Apesar de ser considerado “historiador de referência em um tema particularmente sensível na história do império português” (Esquerda.Net, 2018), verificam-se, ao longo da pesquisa, as aproximações de João Pedro Marques com grupos de extrema-direita em Portugal, bem como uma postura contrária às políticas de reparação, aos estudos decoloniais, às novas interpretações historiográficas e à própria noção de racismo estrutural.

João Pedro Marques acredita que a historiografia estaria “epistemologicamente mais próxima do seu próprio objeto de estudo – o século XIX do positivismo, no qual a ciência funciona como critério de verdade e a história como narrativa do que realmente aconteceu – do que do presente do debate” (Esquerda.Net, 2018). Para o autor, não devemos projetar sobre o passado valores que pertencem exclusivamente ao presente.

Para ele, as pessoas que ele denomina de *woke* acusam os portugueses de terem

inventado o tráfico de escravos, o que é falso; de terem iniciado o comércio transatlântico dos ditos, o que é verdade; de terem sido responsáveis pelo transporte de 6 milhões de negros para as (sic) América, o que é um erro decorrente de tráfuhice ou confusão com os números; de só tardiamente terem abolido a escravidão, o que é relativo, pois depende do que se toma como termo de comparação; e de, no fundo, e na prática, não a terem abolido verdadeiramente pois, ter-se-iam limitado a substituí-la pelo trabalho forçado, o que, sendo verdade, é uma acusação vesga pois omite que, por norma, foi esse o procedimento usual na história do trabalho nos trópicos (Marques, 2024b).

Marques argumenta que, desde 2017, os *woke* massacram Portugal por seus pecados coloniais, através de “ideias simplistas acusando o colonialismo dos portugueses e elogiando e endeusando escravos rebeldes e outros revolucionários negros” (Marques, 2024b), querendo “atirar a responsabilidade do horrível tráfico transatlântico de escravos somente para as costas dos portugueses e de outros europeus ou americanos” (Marques, 2021c). Para João Pedro Marques, o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, desde o início, foi uma parceria luso-africana e, posteriormente, euro-africana. Essa prerrogativa defendida por Marques aparece ao longo do vídeo do canal Impérios AD.

Além disso, Marques acredita que o único papel de Portugal em todo o processo escravista foi durante a abolição, pois, para ele, “o abolicionismo é uma ideologia (e uma prática política) emanada do mundo ocidental. Não houve abolicionismos asiáticos ou africanos, a não ser como reflexo do movimento desencadeado pelos ocidentais” (ESQUERDA.NET, 2018). Ele também critica a ideia de que o colonialismo português foi excepcionalmente violento, defendendo que houve nuances e que nem tudo foi “opressão”, retomando a narrativa luso-tropicalista de Gilberto Freyre de que o colonialismo português teria sido mais brando se comparado a outros colonialismos europeus.

Para ele, a “culpa do homem branco” está interiorizada na cultura, afirmando existir entre nós a ideia de que “os brancos foram e são os causadores de todos os males do mundo” (Marques, 2023b). Conforme Marques, essas pessoas pensam que os brancos são/eram perversos, exploradores do resto da humanidade, e, por esse motivo, “esses explorados ou oprimidos tiveram e têm todo o direito de se vingar e de ser ressarcidos”(Marques, 2023b).

Conforme Marques (2021a), a crença de que a escravização colonial é um crime sem paralelos na história humana está sendo disseminada, com a prerrogativa da existência de prejuízos materiais e imateriais aos países que sofreram violências.

Marques afirma que

toda a História, é um tecido de interações no qual nunca há o átomo puro, primordial e isolado ou isolável, como em Química. Nenhum povo conseguiu viver até ao século

XX sem contacto directo ou indirecto com os vizinhos, sem influências tecnológicas e culturais. A História do nosso mundo é uma história de descoberta, de quebra de barreiras e dos isolamentos. De violências e de abusos [...] (Marques, 2023a).

É perceptível que a compreensão histórica de João Pedro Marques dialoga político-ideologicamente com a de Thiago Braga, como se observa nas matérias publicadas por Braga na *Gazeta do Povo*, em suas produções no YouTube e em seu recente livro *Mitologia Soviética: Os mitos fundadores do comunismo russo*⁷⁰ (2025). Ambos, por meio de suas “pesquisas” baseadas em documentos e fontes oficiais, apresentam-se como produtores de uma história pretensamente isenta de contaminações ideológicas. No entanto, ao buscar simplificar processos históricos complexos, acabam relativizando acontecimentos e selecionando aqueles que melhor legitimam suas narrativas, de modo a sustentar argumentos previamente estabelecidos.

João Pedro Marques recorre à sua “autoridade” de “historiador referência” para desqualificar todas/os que participam da discussão acerca dos efeitos da memória, da história e do esquecimento no presente. Thiago Braga, por sua vez, alicerça-se nessa suposta autoridade para validar sua produção, já que, apesar das constantes tentativas de descredibilizar as universidades, especialmente as instituições de ensino superior públicas brasileiras, e, conseqüentemente, nós, historiadoras/es, por parte de grupos de extrema-direita, sempre que necessário convoca alguma autoridade reconhecida do saber para validar a argumentação dessas produções.

Essas narrativas, contudo, evidenciam o desconforto diante de autoras/es que propõem novas leituras sobre o processo escravista, desestabilizando os silêncios de uma episteme marcada pela violência. Essas releituras podem se materializar, por exemplo, na criação de fabulações críticas (Hartman, 2020), na racialização dos saberes, na perspectiva decolonial ou na indisciplinarização da história. Em comum, todas essas abordagens constituem gestos de desobediência epistêmica, ao se afastarem da “ilusão da epistemologia do ponto zero” (Mignolo, 2021).

⁷⁰ Na sinopse da obra, Thiago Braga afirma que a União Soviética teria sido criada a partir de mitos, repletos de narrativas utópicas que não se baseiam em nenhuma realidade material objetiva. Segundo o autor, os principais líderes do comunismo russo foram responsáveis por criar e “canonizar” os mitos mais influentes, que enraizaram-se profundamente em seus admiradores. Dessa forma, a obra propõe apresentar uma ampla variedade de documentos primários e estudos especializados elaborados por pesquisadores renomados, tanto russos quanto ocidentais. O objetivo é levar o leitor a compreender que, por trás de “mitos inspiradores”, existiu uma realidade cruel, brutal e desumana, característica de um dos regimes totalitários mais violentos da história humana.

Mediante essas considerações, é fundamental compreender a fonte analisada por meio das instrumentalizações discursivas da obra, uma vez que, ao contar uma história, temos em mente uma intencionalidade; o discurso não é ingênuo. Por isso, é impossível desconsiderar as estratégias e artimanhas discursivas utilizadas por quem narra, independentemente de serem intencionais ou inconscientes. No caso da produção de Thiago Braga, marcada pelo forte apelo do gênero imagético, ganha relevância examinar os usos da imagem e da linguagem, em especial a utilização do humor como instrumento de disseminação de discursos de ódio.

Essa análise se torna ainda mais relevante diante da integração e normalização de ideias, atores e movimentos de extrema-direita, que têm utilizado o humor e a ironia como parte de suas estratégias comunicativas. Conforme apontam Jordan McSwiney e Kurt Sengul (2024), à medida que esses grupos ganharam popularidade, passaram a adotar formas eufemísticas e dissimuladas de comunicação, ocultando a essência excludente e supremacista de sua narrativa e ampliando seu apelo a públicos não extremistas. A produção do Impérios AD representa um exemplo recente desse uso estratégico do humor, ao normalizar e disseminar conteúdos excludentes por meio do gênero de desenhos animados.

3.2 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO HUMOR NAS ANIMAÇÕES DO IMPÉRIOS AD

Frequentemente, o humor é visto como uma ferramenta de entretenimento, sem o reconhecimento de sua contribuição e utilidade para os discursos políticos. Por sua ligação com o entretenimento, seus impactos e efeitos no ambiente político muitas vezes não são considerados (Beck; Spencer, 2025). Conforme Daniel Beck e Alexander Spencer (2025), o fenômeno humorístico está em uma intersecção entre política, cultura e sociedade, por isso pode ser utilizado de forma crítica e de resistência à política, ou como ferramenta de legitimação da política pelas elites, com o objetivo de obter apoio do público. A noção de humor adotada pelos autores abrange tudo o que provoca “diversão”, incluindo piadas, histórias, peças, esquetes, filmes, livros ou mesmo determinadas formas de agir. Além disso, o que é considerado engraçado varia conforme os sujeitos e seus contextos, de modo que a experiência do riso é sempre relacional e situada (McSwiney; Sengul, 2024; Scabin, 2024; Beck; Spencer, 2025). Nesse sentido, o humor possui um impacto de coesão social, pois gera um sentimento de prazer através do riso compartilhado.

Nos últimos anos, o humor tem assumido um papel cada vez mais contra-revolucionário e conservador, em parte devido aos seus efeitos incentivadores e dissimulados (Beck; Spencer, 2025). Em especial, em um contexto marcado por incertezas e crises, o humor tem sido

instrumentalizado como um estilo de fazer política. Estratégias baseadas na sátira e na comédia têm desempenhado um papel fundamental na transformação da esfera pública e na autorrepresentação de novos políticos autoritários e populistas. Visto que o humor permite comunicar o indizível e “quebrar tabus”, funcionando como um recurso de persuasão ao criar uma sensação de proximidade, já que constitui elemento fundamental para a interação entre grupos e indivíduos.

De acordo com Beck e Spencer (2015), o humor permite que as mensagens se fixem na mente das pessoas, superando obstáculos cognitivos que limitam outras formas de comunicação. Nesse sentido, as mensagens humorísticas alcançam níveis de persuasão que dificilmente seriam alcançados por discursos políticos tradicionais, tornando-se, assim, uma ferramenta estratégica para conquistar a adesão do público a determinadas ideias.

Simultaneamente, o emprego do humor pode desviar o foco de questões políticas relevantes ou até mesmo mascará-las, como a violência, servindo como uma distração dos conflitos políticos e direcionando estrategicamente a atenção para longe de temas cruciais. O humor atenua a tensão do público diante de cenas impactantes, além de auxiliar na negligência de aspectos desagradáveis das produções (Beck; Spencer, 2025).

Ao ser reformulado com a expressão “é apenas uma piada”, o humor pode ser utilizado estrategicamente para proteger quem conta as piadas de acusações de racismo, misoginia e LGBTIfobia, entre outras formas de violência, já que manifestações abertas de intolerância, muitas vezes, são legal e moralmente condenadas. Desse modo, para a extrema-direita o humor tem função estratégica e ideológica nos processos de normalização de suas políticas e ideologias, expandindo seu apelo ao público, além de desempenhar função afetiva.

Além disso, o humor também eleva o nível de atenção dispensada a uma comunicação. Uma comunicação humorística é facilmente acessível, com potencial para alcançar grandes públicos se for captada, relatada e recontada. Em conversa com minha sobrinha Geovanna, de 16 anos, ela me disse que os vídeos do Impérios AD foram apresentados a ela ainda na escola. O professor de História utilizava animações como um recurso para manter as/os alunas/os envolvidas/os por mais tempo, uma prática compreensível dadas as condições de trabalho na rede pública, em que a extensa carga horária, o grande número de turmas e as demandas extras reduzem o tempo disponível para o planejamento de aulas. Nas palavras dela, “era mais legal assistir a um desenho do que a outros vídeos chatos”, ou mesmo às aulas expositivas do professor.

Assim, podemos compreender que, por meio de “animações insanas e cheias de humor”, o Império AD utiliza a comunicação de forma estratégica, direta ou indiretamente, para ocultar

a natureza excludente de suas mensagens. Isso reforça a aceitabilidade de sua produção, a ponto de seus vídeos serem reproduzidos em salas de aula. O humor é utilizado como uma “cortina de fumaça” para desviar a atenção coletiva de algum tema problemático; como uma “mangueira”, usando falas mentirosas ou exageradas para distrair e mobilizar; ou ainda como um “apito de cachorro”, produzindo mensagens com teor político, muitas vezes preconceituosas, cujo sentido só pode ser decodificado por um grupo restrito. Esse processo favorece a criação de um sentimento de pertencimento a uma causa comum. Quando tais mensagens são questionadas por aqueles que não fazem parte do grupo ao qual se destinam, costuma-se justificá-las como simples “brincadeiras” (Scabin, 2024).

Os grupos de extrema direita empregam práticas discursivas codificadas e explícitas que desafiam a estabilidade e a flexibilidade das normas convencionais, navegando entre o que pode e o que não pode ser dito (McSwiney; Sengul, 2024). A utilização do humor atua como um elemento que amplifica a ambiguidade dos enunciados, pois o recurso cômico embaralha as expectativas de sentido, tanto explícitas quanto implícitas. Assim, cria-se uma espécie de salvo-conduto para a produção de atos de fala violentos e ofensivos que, quando questionados, podem ser minimizados sob a alegação de que são “apenas uma piada”.

Em sua produção, Thiago Braga utiliza o humor para se comunicar com os telespectadores, bem como para se distanciar da ideia de que “história é chata”, ou que ele seria parecido com o/a “professor/a de história doutrinário/marxista/mentiroso/a”. No início do vídeo, vemos a animação de uma sala de aula com cinco alunos e um professor que usa uma boina com a inscrição “I (coração/love, ‘amor’ em inglês) Che”. Atrás do professor, há uma prateleira com um boneco de Marx e livros com títulos que aludem ao marxismo como: “Marx 4ever/Marx para sempre” e “*Doutrination*(sic)/Doutrinação” (ver imagem 15).

Imagem 15 – PERSONAGEM DO PROFESSOR



Fonte: registro de tela capturado do vídeo⁷¹

Inicialmente, é importante destacar quem são as figuras de Marx e Che, a fim de entender por que elas aparecem na ilustração do professor. Karl Marx (1818-1883) foi um filósofo e economista alemão que formulou a teoria científica do socialismo, estabelecendo que a história da humanidade é impulsionada pelo antagonismo entre as classes sociais e pela luta de classes, com os grupos dominantes e dominados, exploradores e explorados, em todos os períodos da história. Marx também definiu as relações entre capital e trabalho, demonstrando como ocorre a exploração do/a trabalhador/a no sistema capitalista. Entre suas obras mais importantes, estão os três volumes de *O Capital* (1867–1894) e o *Manifesto do Partido Comunista* (1848).

Já “Che” Guevara (1928–1967) foi um guerrilheiro, revolucionário marxista e teórico militar argentino. Um dos líderes da Revolução Cubana (1956–1959), defendia a revolução das classes proletária e camponesa como uma luta global contra a opressão e o capitalismo. Atualmente, sua imagem é vista estampando diversos produtos de vestuário, especialmente a boina, a mesma que, coincidentemente, é usada pelo professor no vídeo do Impérios AD.

A utilização dessas duas figuras reforça a ideia de que a/o professor/a teria um lado político explícito à esquerda, repassado em sala de aula. Para alguns, principalmente alinhados a extrema-direita, a/o professor/a deveria ser “neutro/a” política e ideologicamente, o que respaldará um projeto de uma “Escola Sem Partido⁷²”. Deste modo, o/a professor/a não deveria falar sobre quaisquer valores pessoais ou ideológicos dentro da sala de aula, e somente transmitir o conhecimento.

Na visão dos signatários da extrema-direita, a escola estaria contaminada político-ideologicamente em todos os níveis de ensino pelo viés “esquerdista”. Entretanto, esses mesmos sujeitos, como, por exemplo, Miguel Nagib, idealizador da Escola sem Partido, e Thiago Braga, possuem viés político-ideológico de extrema direita, e o perpassam em suas narrativas. Desse modo, essa suposta neutralidade esconde um projeto de reprimir a função do/a professor/a e suprimir o direito do/a aluno/a de se tornar uma pessoa crítica, reflexiva e autônoma.

Braga “satiriza” a figura do professor em diversos momentos de sua narrativa, ao pedir aos alunos no vídeo que anotassem: “Os portugueses invadiram a África e escravizaram milhões

⁷¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4dL_aBQeWHs&t=104s>.

⁷² *Escola Sem Partido* (ESP), é um movimento, criado em 2004 por Miguel Francisco Urbano Nagib, advogado procurador do Estado de São Paulo e pai religioso, que “revolta-se” com a associação feita pelo professor de sua filha entre São Francisco de Assis e Che Guevara. O pai, defensor da “neutralidade”, julgou que os conteúdos do professor eram “doutrinação” e que as/os alunas/os seriam a audiência cativa do professor.

de africanos contra a vontade dos chefes e reis africanos, que SEMPRE protegeram seu povo contra os europeus!” (Impérios AD, 2020). Quando um aluno – aparentemente um alter ego do próprio Thiago Braga (ver imagem 16) – indaga o professor dizendo que leu que os “próprios reis e nobres africanos vendiam escravos para os europeus” (Impérios AD, 2020). O professor, irritado com o que o aluno disse, pergunta “quem foi o autor XENÓFOBO e RACISTA que escreveu isso?!” (Impérios AD, 2020). Então, o aluno demonstra ser mais inteligente e esperto que o professor e responde que “foi o Rei do Congo”. Nesse momento escutamos um barulho de interferência, e o professor fica sem saber o que responder. Aqui vemos a ironia do discurso do professor, já que, como um rei africano, conseqüentemente, um negro, poderia ser xenófobo e racista, ontrariando a lógica do imaginário social?

Imagem 16 – COMPARAÇÃO PERSONAGEM DO ALUNO E THIAGO BRAGA



Fonte: registro de tela capturado do vídeo⁷³ e imagem publicada por Thiago Braga em sua conta do Instagram⁷⁴

Ao tratar sobre a conversão ao cristianismo do reino do Kongo, a figura do professor também é apresentada como “mentirosa” mediante as “fontes oficiais”, uma vez que, na narrativa de Thiago Braga, a conversão do reino teria se dado em clima de amizade e aprendizado, já para o professor teria sido através da violência e agressividade que os portugueses obrigaram o Kongo à conversão (ver imagem 17). Reproduz-se a ideia de que o professor de história enviesado pelo marxismo distorce a história "verdadeira" com base em suas ideologias para transformar os brancos europeus em vilões da história.

Braga, em certos momentos, emprega palavras em caixa alta (maiúsculas), como XENÓFOBO e RACISTA, ao citar as fontes que tratavam sobre os reis e nobres africanos que vendiam pessoas escravizadas. Ele também utiliza “OBRIGARAM” (assim, integralmente em letras maiúsculas) ao tratar da relação entre o Kongo e Portugal. Essa escolha linguística não é

⁷³ *ibid.*

⁷⁴ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DCkOIHjyZ34/>>.

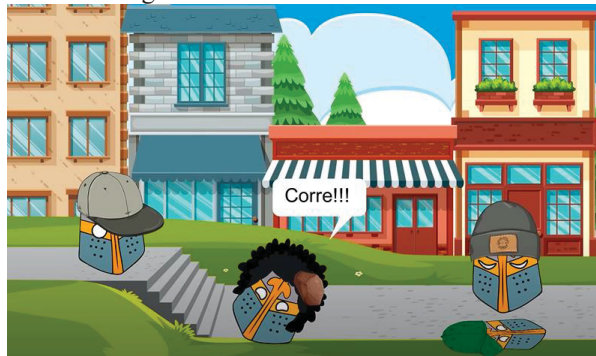
aleatória, pois a caixa alta serve para destacar palavras ou, na internet, equivale a “gritar” com o interlocutor, enfatizando sentimentos intensos ou urgências. No vídeo, Thiago Braga conta a história por meio de esquetes⁷⁵ cômicas, como a cena de dois alunos discutindo sobre a narrativa sobre o tráfico de pessoas escravizadas (ver imagem 18).

Imagem 17 – PROFESSOR FALANDO DA OBRIGAÇÃO DA CONVERSÃO DO REINO DO CONGO



Fonte: registro de tela capturado do vídeo⁷⁶

Imagem 18 – BRIGA DOS ALUNOS



Fonte: registro de tela capturado do vídeo⁷⁷

Conforme McSwiney e Sengul (2024), o humor pode ser utilizado para dividir e marginalizar, construindo e mantendo distância social e desigualdades. No formato do ridículo, ele serve para mirar, disciplinar, marginalizar e alienar grupos e indivíduos, considerados o Outro. A representação negativa do Outro, como no caso do professor, produz e normaliza hierarquias sociais, já que as piadas funcionam para sustentar noções e estruturas excludentes.

⁷⁵ Esquetes são peças ou cenas de curta duração, geralmente cômicas.

⁷⁶ *ibid.*

⁷⁷ *ibid.*

Em uma sociedade na qual professoras/es de História são tidos como aquelas/es que querem doutrinar suas/seus filhas/os, a imagem esboça um imaginário estimulado contemporaneamente por grupos reacionários da sociedade, retratando o/a professor/a de História como “doutrinador/a” esquerdista. Aqui, o humor é utilizado para suavizar o conteúdo ideológico.

Segundo o jurista e pesquisador negro Adilson Moreira (2019), estereótipos são falsas generalizações. Embora possam descrever o comportamento de algumas pessoas, não se aplicam a todas, tornando essas generalizações problemáticas, pois não abrangem todas as pessoas de um grupo. Assim, os estereótipos vão muito além de meras generalizações, desempenhando uma função ideológica que permite a reprodução de relações assimétricas na sociedade. São os grupos majoritários que reproduzem estereótipos, visando moldar a percepção da realidade a partir de suas próprias perspectivas.

Os estereótipos, portanto, são sempre utilizados para a manutenção de formas de estratificação, pois mantêm desvantagens que atingem grupos minorizados, além de reforçar o status de privilégio dos dominantes. Desse modo,

As desigualdades duráveis promovidas pela circulação dessas falsas generalizações convencem muitas pessoas de que os arranjos sociais existentes correspondem a formas naturais de organização social, o que leva indivíduos a responsabilizarem minorias pela situação na qual se encontram. Estereótipos precisam ser constantemente repetidos para que se tornem uma forma de conhecimento compartilhado, o que pode ocorrer por diversas formas de produções culturais, inclusive pelo humor. (Moreira, 2019, p.42)

O humor também pode ser instrumentalizado para reforçar hierarquias de poder. Nesse caso, ele exerce sua força por meio da exclusão, direcionando o riso contra os mais vulneráveis e produzindo uma sensação de superioridade. Conforme apontam Rosana Wedderburn et al. (2024), o discurso de ódio e o humor se entrelaçam em uma composição fronteira e antagonica, estruturada pela lógica do “nós” contra “eles”.

O “Nós” deste recorte é entendido enquanto uma identidade coletiva associada aos signos da pureza e virtude concatenados na ideia do “ser branco” como sendo de ordem superior. “Eles” seriam todos os “outros” colocados em oposição a essa identidade, associados a signos de hierarquias, impureza, desumanização e desordem (Rosana Wedderburn et al, 2024, p.141).

Ao aludir à aliança entre a Igreja Católica e Portugal, Braga demonstra essa “fusão” por meio das referências do desenho animado *Dragon Ball Z*⁷⁸, em alusão à transformação do guerreiro *Super Saiyajin*⁷⁹ presente na animação (ver imagem 19). Em uma tentativa de aproximar, seu conteúdo do grande público, especialmente quem consome animes⁸⁰, como chamados *otakus*⁸¹.

Combinando humor, sátiras e ambiguidades, o Impérios AD instrumentaliza seu discurso para a disseminação de suas ideias, externalizando e propagando discursos de ódio disfarçados de humor, já que a forma como grupos humanos são retratados irá determinar o valor que eles possuem, indicando seu status cultural e material.

Imagem 19 – “FUSÃO” PORTUGAL E IGREJA



Fonte: registro de tela capturado do vídeo⁸²

⁷⁸ *Dragon Ball Z* (1989 –1996) é uma série de animação produzida pela Toei Animation, baseada no mangá *Dragon Ball*, criado por Akira Toriyama. A franquia narra as aventuras de Son Goku, um guerreiro que descobre pertencer a uma raça de poderosos conquistadores alienígenas. A partir dessa revelação, ele assume a missão de proteger seu planeta adotivo, a Terra, enfrentando inimigos igualmente poderosos e capazes de feitos extraordinários. A trama chegou ao Brasil em 1999, através da Rede Bandeirantes, fazendo grande sucesso entre o público jovem dos anos 2000, geração da qual Thiago faz parte.

⁷⁹ Super Saiyajin é uma transformação avançada usada por membros extraordinariamente poderosos da raça Saiyajin na franquia *Dragon Ball*. Os Saiyajin são uma raça alienígena guerreira poderosa que foram quase extintas por se destacarem em força e capacidade de se transformarem.

⁸⁰ Animes são animações japonesas, que podem ser desenhadas à mão ou por computação gráfica.

⁸¹ Otakus é um termo usado para descrever pessoas com uma paixão particular pela cultura pop japonesa, especialmente animes (desenhos animados) e mangás (histórias em quadrinhos).

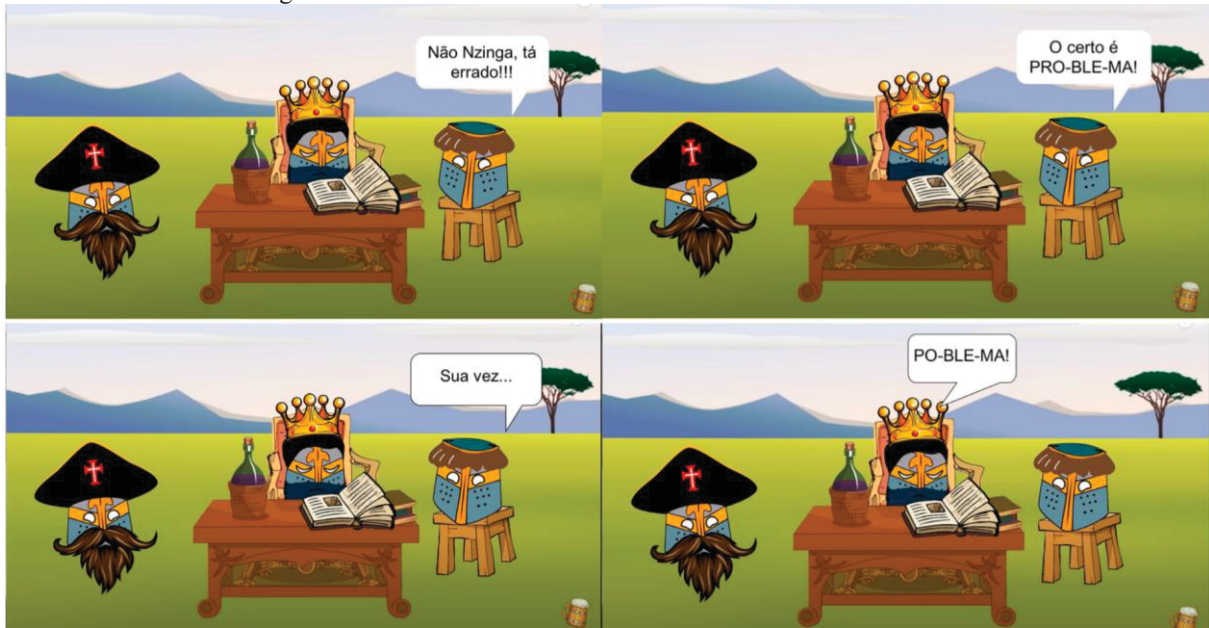
⁸² *ibid.*

Cabe destacar que, ao afirmar “tudo por Cristo” e “tá na hora de levar o caos a esses pagãos”, ele reproduz um discurso de ódio e de intolerância contra religiões não-cristãs, mais especificamente às religiões africanas e afro-brasileiras, a exemplo do Candomblé e da Umbanda, reduzidas pelo discurso conservador cristão como “macumba” e “magia negra” – em resumo, descaracterizadas de seu cunho religioso e identificadas como práticas mágicas e diabólicas. Esse tipo de posicionamento retoma a noção de “guerra justa”, vigente nos séculos XV e XVI, legitimada pela Igreja Católica e presente nos documentos que ele próprio utiliza, segundo os quais a guerra e a escravização de povos considerados pagãos seriam legítimas por supostamente defenderem a cristandade.

Na sequência, Thiago Braga satiriza que, ao contrário daquelas/es que pensam que os portugueses chegaram ao Kongo e que o rei africano teria decretado que matassem todos os recém-chegados, os dois reinos, segundo ele, na verdade já teriam construído relações apenas nove anos depois, em 1491. Braga também ironiza a relação entre os portugueses e o rei do Kongo, destacando de forma satírica que o rei africano teria dificuldades em aprender português. Essa construção humorística dialoga com estereótipos presentes na sociedade brasileira (e ocidental), nos quais pessoas de ascendência africana “são representadas como menos inteligentes, uma generalização que tem o objetivo específico de legitimar práticas discriminatórias direcionadas a esse grupo nos espaços acadêmicos e profissionais” (Moreira, 2019, p. 43).

A representação do rei do Congo como “ignorante” suaviza a gravidade do conteúdo racista, acompanhando-o de maneira claramente ridícula e despreocupada (ver imagem 20). Conforme McSwiney e Sengul (2024), o ridículo é uma forma poderosa de humor social e comunicação, utilizado para humilhar, disciplinar, zombar e alienar grupos e indivíduos marginalizados.

Imagem 20 – SATIRA AO REI DO CONGO APRENDENDO PORTUGUÊS



Fonte: registro de tela capturado do vídeo⁸³

Após essa sequência, Thiago Braga afirma que, durante esse clima de amizade e aprendizado, “o Rei do Congo se converte ao cristianismo e muda seu nome de Nkuwu Nzinga para João I” (Impérios AD, 2020), um nome cristão em alusão ao então rei de Portugal, D. João III, refletindo as relações amistosas entre os dois reinos. Seu filho, Mvemba Nzinga, conhecido pelo nome cristão de Afonso I, foi responsável por concluir a conversão do reino ao cristianismo.

Nesse ponto, Braga silencia-se sobre os limites dessa conversão. A historiografia africana e africanista já demonstrou que a conversão se deu com mais força entre a nobreza do antigo Kongo, impulsionada por uma estratégia política de concentração de poder (Reginaldo, 2005; Costa e Silva, 2011; Pantoja, 2011; Vargas Arana, 2015). Mesmo entre os convertidos, é importante ressaltar que o cristianismo professado no Kongo era mais africano do que romano, ou seja, europeu, na medida em que os cultos aos ancestrais não apenas persistiram, mas também coexistiam com a devoção aos santos católicos, muitos deles, inclusive, reinterpretados com traços africanos, como explicamos em detalhes na próxima seção deste capítulo.

⁸³ *ibid.*

Imagem 21 – SÁTIRA DO BATIZADO DO REI DO CONGO



Fonte: registro de tela capturado do vídeo⁸⁴

Para encerrar a discussão sobre a conversão, Thiago Braga faz sátira ao mostrar que a conversão do Kongo não foi forçada como afirma a historiografia especializada, já que o reino teria uma população duas vezes maior do que a população portuguesa inteira da época. Seguidamente, Braga faz animação ironizando que o Rei do Kongo teria feito a aliança e trocado seu povo pelos famosos pastéis de Belém (nata), símbolo mundialmente reconhecido da confeitaria portuguesa (ver imagem 22).

⁸⁴ *ibid.*

Imagem 22 – SÁTIRA DA ALIANÇA FIRMADA ENTRE O REINO DO CONGO E PORTUGAL



Fonte: registro de tela capturado do vídeo⁸⁵

De acordo com Adilson Moreira (2019), o racismo produz imagens distorcidas do outro, o que leva a uma série de comportamentos conscientes e inconscientes que expressam desprezo por minorias raciais. Esses comportamentos podem se manifestar por meio de expressões verbais, representações culturais e reações físicas, baseadas em sentimentos negativos em relação a membros de grupos minorizados.

Desse modo,

a associação da negritude com elementos negativos e a associação da branquitude com elementos positivos permite que as pessoas brancas sejam representadas como sujeitos superiores e também os únicos capazes de atuar de forma competente na esfera pública. Isso significa que a identidade racial branca é um lugar de poder social e também um mecanismo de reprodução de relações raciais hierárquicas. Mais do que uma mera designação racial, ela indica um lugar de privilégio em função do pertencimento ao grupo racial dominante. Se, de um lado, estereótipos raciais afirmam uma suposta inferioridade de pessoas negras, de outro, eles reproduzem noção de que brancos são inerentemente superiores (Moreira, 2019, p. 39).

Moreira (2019) afirma que pessoas brancas não tratam pessoas negras de modo arbitrário por simples aversão, mas sim em função da reprodução de sentidos culturais que afirmam a elas próprias a posição de agentes sociais competentes. Nesse sentido, a convicção de superioridade racial está diretamente relacionada à transformação dos membros do grupo racial dominante em referências culturais, estéticas, morais, intelectuais, sexuais e de classes.

⁸⁵ *ibid.*

Outra sátira apresentada por Thiago Braga sugere que os verdadeiros inimigos do Kongo não seriam os portugueses, mas sim o “Angola” (ver imagem 23), reforçando o senso comum de que “o pior racista é o próprio negro” e isentando Portugal de responsabilidades nas relações coloniais. É importante destacar que, ao Sul do Kongo, existia o Estado Ndongo, cujo rei tinha o título de *ngola*. Somente em 1575, foi fundada a colônia de Angola, nome inspirado no título do rei de Ndongo (Vansina, 2010). Ndongo (ver imagem 24) era uma conglomeração de pequenas chefias, com origens menos profundas que o Kongo, dependendo parcialmente do reino. Apesar de não ter uma estrutura territorial extensa, compensava-se por um sistema militar forte.

Na época da chegada dos portugueses à costa da África Centro-Occidental, o Ndongo já havia iniciado guerras de expansão, capturando um grande número de pessoas escravizadas, que foram vendidas clandestinamente aos portugueses e transferidas para o arquipélago de São Tomé. A potência do Kongo, portanto, declinava em sua relação com os portugueses. Em 1567, o Kongo isolou-se quase totalmente de Portugal. Com o falecimento de dois reis durante guerras contra guerreiros provenientes do Leste, os jaga (Vansina, 2010), que “derrotaram as forças reais, e a corte foi obrigada a se refugiar em uma ilha do baixo Zaire” (Vansina, 2010, p. 660). O rei do Kongo pediu ajuda ao rei de Portugal, que enviou um corpo expedicionário, que reconquistou o país entre 1571 e 1573, com as tropas portuguesas se retirando em 1575 ou 1576. Esse episódio, em conjunto com a fundação da colônia de Angola, resultou na perda da hegemonia do Reino do Kongo na região.

Imagem 23 – “VERDADEIRO” INIMIGO



Fonte: registro de tela capturado do vídeo⁸⁶

Fica evidente que, por meio de suas animações “com muito humor”, o Impérios AD disseminou discursos preconceituosos, altamente ideológicos e excludentes. Com a articulação dessas mensagens por meio da sátira e paródias, ao utilizar desenhos animados e caricaturas, Thiago Braga brinca com a ficcionalização para a transmissão de ideias excludentes e supremacistas. Para McSwiney e Sengul (2024), essas animações vão desempenhar função semelhante aos memes de extrema-direita, com conteúdos ideológicos suavizados através da ironia e do humor, o que permite dizer coisas que, de outro modo, não seriam permitidas por produções sérias. No entanto, a distância cômica proporcionada pela frivolidade e ironia do gênero ameniza a natureza excludente do conteúdo (McSwiney; Sengul, 2024).

A partir dessas considerações, é necessário agora apresentar e (contra)argumentar a narrativa histórica sobre a escravização e o tráfico de pessoas escravizadas proposta por Thiago Braga. Conforme Paola Vargas Arana (2015), são diversas as histórias que se construíram/constroem por meio de fontes primárias, elaboradas para consolidar meta-narrativas. A metanarrativa é um

⁸⁶ *ibid.*

relato elaborado para responder de modo absoluto a uma questão historiográfica, através da criação de uma sequência cronológica unilinear de eventos extraídos das fontes primárias, as quais consolidam uma argumentação de verdade sobre um determinado processo histórico. Nesse tipo de narrativas, os vazios ou as confusões, ora nas fontes ora no processo histórico, são preenchidos com argumentações lógicas ou são omitidas sutilmente, consciente ou inconscientemente, diluindo como consequência, as dúvidas que uma contradição ou vazio possa suscitar no leitor (Vargas Arana, 2015, p.11-12)

Desse modo, compreendo a narrativa proposta por Thiago Braga como uma metanarrativa, construída para apresentar uma versão linear da história do tráfico e da escravização, com sua argumentação de verdade. Para problematizar essa construção narrativa, torna-se necessário retomar o contexto histórico das relações entre europeus e diferentes sociedades africanas que antecederam o tráfico atlântico.

3.3 “QUEM FOI O AUTOR XENÓFOBO E RACISTA QUE ESCREVEU ISSO?!”: UMA HISTÓRIA PELO IMPÉRIOS AD

Embora a região norte do continente africano, especificamente sua costa mediterrânea, já fosse conhecida e interligada com a costa mediterrânea europeia desde a antiguidade e a Idade Média, os primeiros europeus só atingiram a costa atlântica africana abaixo da fronteira do deserto do Saara em meados do século XV, com a chegada dos portugueses à costa da atual Guiné-Bissau em 1446. Cerca de 40 anos depois, os portugueses estabeleceram contato com o antigo Reino do Kongo no final daquele século, na costa da África Centro-Occidental, território da atual Angola. Desse modo, através dos portugueses, os europeus estabeleceram as primeiras relações com os povos dessas regiões, onde existiam diversas organizações políticas altamente desenvolvidas. Essas formações apresentavam organizações estruturadas em torno de um conselho popular, no qual diferentes camadas da sociedade eram representadas (Munanga, 2012).

Nesse período, as expansões ultramarinas europeias eram regulamentadas por meio das bulas papais, documentos jurídicos que determinavam a possibilidade de ocupação e posse de terras dentro e fora da Europa. Assim, antes mesmo do fim do século XVI, os interesses lusitanos ultrapassaram o da chamada “guerra justa”, já que, a partir da bula *Romanus Pontifex*, a elite portuguesa fundou “instâncias comerciais encarregadas exclusivamente da compra e venda de pessoas africanas, recepção e manutenção das embarcações que vinham com os

capturados e cobranças de impostos destinados à Coroa e à Ordem de Cristo” (Vargas Arana, 2015, p.3).

A prerrogativa sobre a posse de territórios recém-descobertos e a serem descobertos advinha da superioridade dos primeiros exploradores, que associavam a fé cristã ao progresso europeu. Existia um “privilégio” papal, com a aplicação da teoria jurídica desenvolvida no final do século XI, denominada *omni-doutrina insularis*. Esta determinava que territórios desconhecidos pelos europeus pertenciam à jurisdição do Papa, ou seja, os pontífices romanos poderiam dispor livremente sobre eles (Vargas Arana, 2006). Contudo, com o surgimento dos Estados modernos europeus, na segunda metade do século XV, e a Reforma Protestante⁸⁷, o papado já estava desestabilizado, com o surgimento de novos poderes administrativos. Assim, gradualmente, o Papa foi afastado do exercício de poderes temporários. Desse modo, compreende-se que as concessões de terras durante o período de dominação portuguesa no continente africano já não contavam com a mesma autoridade legal da Idade Média.

Na narrativa de Thiago Braga sobre o processo de dominação portuguesa na África, o ponto de partida é a *Bula Dum Diversas*, de junho de 1452. Nesse documento, o “Papa Nicolau V autorizava os portugueses a escravizar sarracenos e pagãos por onde passasse [sic]” (Impérios AD, 2019). Braga relata que a “a sede de sangue pagão era tanta, que três anos depois o Papa emitiu uma outra bula” (Impérios AD, 2019), a *Romanus Pontifex* (1455), que concedia ao rei de Portugal, Afonso V, e seus sucessores, a posse exclusiva das ilhas, terras, portos e mares ocupados na região sul do Cabo Bojador, e também o direito de escravizar muçulmanas/os e pagãs/pagãos, sob a justificativa de conter a expansão do Islã na África.

Para Thiago Braga:

quando a Igreja e Portugal se aliam em uma guerra contra sarracenos e pagãos era um contexto extremo que exigia medidas extremas: os muçulmanos eram vistos como uma ameaça constante à fé e cultura europeias, invadindo e dominando parte do continente por séculos. Então, todas as bulas papais deixavam claro não uma guerra racial, mas uma guerra religiosa: cristianismo x paganismo (Impérios AD, 2019).

Nesse cenário de “guerra religiosa”, Thiago Braga diz que os portugueses, seguidos dos espanhóis, ganharam “direito legítimo de explorar e dominar as terras ao sul da África e depois a Leste e Oeste, como no famoso Tratado de Tordesilhas em 1494” (Impérios AD). Durante essas navegações “os europeus entraram em contato com novas etnias e territórios pela primeira

⁸⁷ A Reforma Protestante foi um movimento religioso do século XVI, iniciado por Martinho Lutero, que contestou as práticas da Igreja Católica e resultou na criação de diversas tradições cristãs protestantes.

vez” (Impérios AD, 2019), deparando-se com a África Subsaariana, e tendo um encontro impactante com o reino do Kongo.

A história do Kongo é um dos capítulos da história da África que mais tem suscitado debates historiográficos (Vargas Arana, 2006; Thornton, 2004; Vansina, 2010; Costa e Silva, 2011; Pantoja, 2011; Vargas Arana, 2011, 2015). A partir dos trabalhos pioneiros de Jan Vansina⁸⁸, David Birmingham⁸⁹ e William Randles⁹⁰, na década de 1960, e com a publicação da *História Geral da África* na década de 1970, iniciaram-se interpretações sobre a origem e o desenvolvimento das sociedades africanas centro-ocidentais, incluindo o Kongo.

Embora a data exata da formação do Reino do Kongo seja desconhecida, de acordo com Jan Vansina (2010), ele teria se originado na chefia *vungu*, ao norte do rio, margem sul da foz e a leste do rio *Inkisi*. Ao norte, a influência de *vungu* alcançava o rio Kongo, e ao sul, chegava até a atual cidade de Luanda e a foz do rio Bengo (ver imagem 24). O reino era organizado em unidades políticas denominadas províncias, que prestavam tributo e lealdade ao soberano central, o Manikongo. As províncias de Soyo, Mpemba, Mbamba, Mpangu, Mbata e Nsundi estavam sujeitas ao manikongo e eram administradas por governadores nomeados por ele. Ainda conforme Vansina (2010), chefias, pequenos reinos e conglomerados cobriam todo o país rio abaixo, de norte a sul, nesse período.

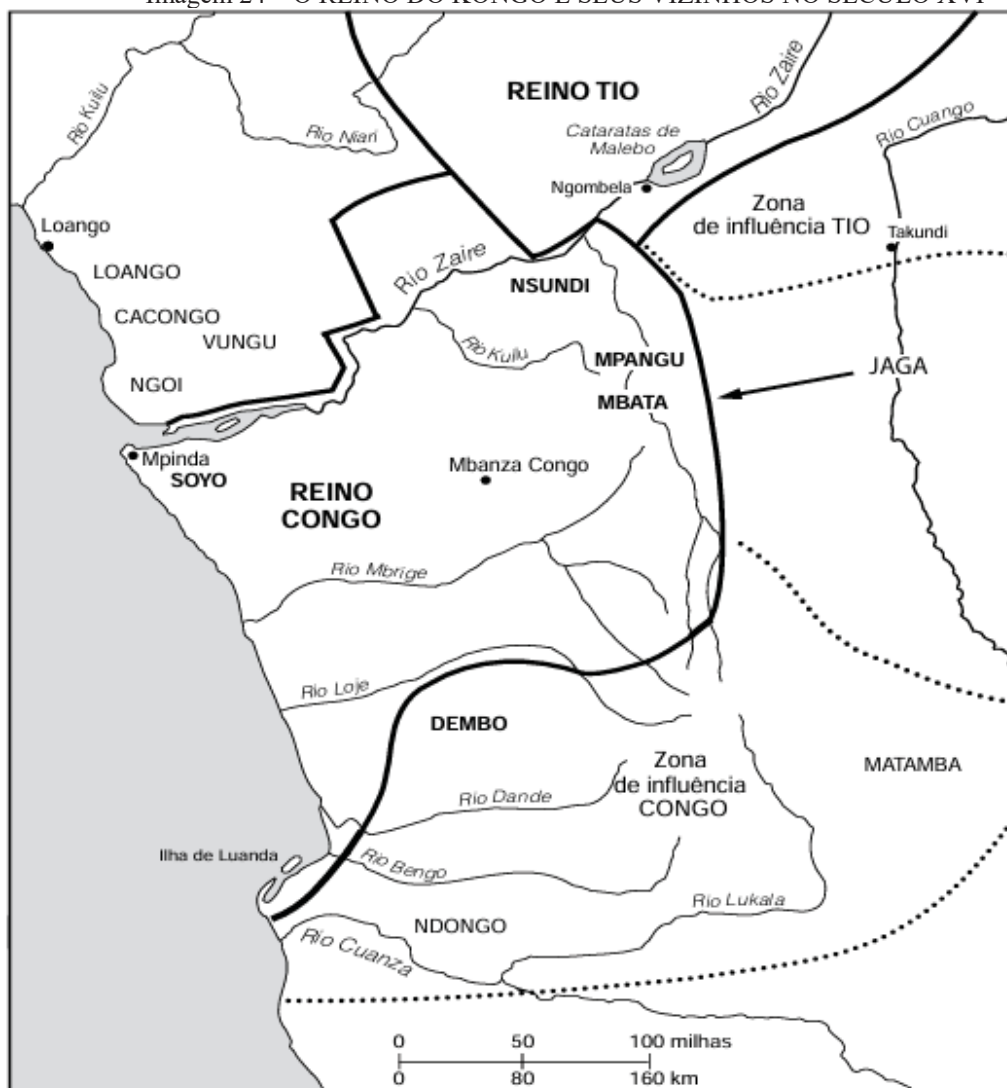
Nimi Lukeni, primeiro soberano do Reino do Kongo, fundou Mbanza Kongo, a capital do reino, a atual São Salvador. A cidade foi estabelecida tanto por meio da aliança com o chefe local, o kabunga, e com o rei que a leste governava o Mbata, no vale do Inkisi, quanto pela conquista de outros territórios rumo ao mar e à parte baixa do vale do Inkisi. Ao sul do Kongo, formou-se o Estado Ndongo, cujo rei possuía o título de *ngola*, origem da palavra Angola. Esse reino também teria surgido a partir da conglomeração de pequenas chefias, mas com uma organização estatal menos estruturada do que a do Kongo. Dependendo parcialmente deste por volta de 1520, assim como das chefias de Dembo que o separavam do Kongo (Vansina, 2010).

⁸⁸ Jan Vansina (1929-2017), historiador belga, é considerado um dos fundadores da “nova historiografia africana”, pois incorporou em suas pesquisas as tradições orais como fontes legítimas de conhecimento histórico. Entre suas obras mais importantes estão: *De la tradition orale. Essai de méthode historique* (1961), *Kingdoms of the Savanna* (1966) e *Paths in the Rainforests: Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa* (1990).

⁸⁹ David Birmingham (1931–), historiador britânico especialista em Angola e Kongo, analisa a colonização portuguesa e suas implicações políticas e econômicas. Foi um dos primeiros pesquisadores a articular a história do Kongo com o contexto atlântico. Entre suas obras estão: *Trade and Conflict in Angola: The Mbundu and Their Neighbours under the Influence of the Portuguese, 1483–1790* (1966) e *Central Africa to 1870: Zambezia, Zaire and the South Atlantic* (1981).

⁹⁰ William Randles (1924–2015) foi um historiador britânico, especialista na história do Reino do Kongo e na formação dos impérios africanos antes da colonização. Ele foi pioneiro ao tratar o Reino do Kongo como uma entidade política africana complexa, e não apenas como uma extensão do domínio português. Entre suas obras, estão: *L’ancien royaume du Congo des origines à la fin du XIXe siècle* (1968) e *The Kingdom of Kongo in the Sixteenth Century* (1969).

Imagem 24 – O REINO DO KONGO E SEUS VIZINHOS NO SÉCULO XVI



Fonte: Vansina, 2010, p.654

Quando as primeiras caravelas chegaram ao litoral centro-africano, em 1482, os portugueses descobriram o Reino do Kongo, o Estado centralizado mais poderoso da região, cujo rei era Nzinga Kuweu (Vargas Arana, 2006; Pantoja, 2011; Jan Vansina, 2010). A chegada dos portugueses às costas da África Central apoiava-se nos relatos medievais sobre o mundo além dos impérios islâmicos (Vargas Arana, 2006). O navegador português Diogo Cão liderou a expedição que chegou a Mpinda, porto situado na foz do rio Kongo em uma das províncias do reino (imagem 24). Essa era uma das províncias mais importantes do reino, governada por um irmão da mãe do rei do Kongo, o Mani Soyo, isto é, o Senhor do Soyo.

Para compreender as formas pelas quais o Reino do Kongo negociou esse primeiro contato com os portugueses, é fundamental considerar a cosmologia e os sistemas religiosos que estruturavam o exercício do poder político no interior do reino. A religiosidade dos kongos

caracterizava-se por uma cosmologia própria, na qual o poder do maniconko não se apoiava exclusivamente na autoridade administrativa, mas se articulava a distintos sistemas de culto, como o dos ancestrais, o dos espíritos das águas e da terra e o do *cariapemba*, mediados por sacerdotes – *quitomes* e *gangas* – que detinham prestígio e legitimidade junto às kandas e aos “senhores da terra” (Costa e Silva, 2011). Assim, a religião não constituía uma esfera autônoma, mas um campo estratégico de mediação do poder, no qual a legitimidade régia dependia de múltiplos atores e práticas rituais. O cristianismo, nesse contexto, foi visto pelos nobres como um instrumento de controle (Pantoja, 2011).

3.3.1 A Conversão

A respeito da conversão da nobreza do Kongo ao cristianismo, a historiadora negra Lucilene Reginaldo (2005) sugere que a “iniciação” à nova religião abria possibilidades para vários segredos e privilégios em termos políticos e sociais, na medida em que a estrutura do Cristianismo possibilitava ao Mani Kongo ampliar a centralização do poder. Por outro lado, para o monarca português, existia o desejo de compor, ao sul do Saara mulçumano e a caminho da Arábia e da Índia, uma aliança sólida com um rei poderoso, que fosse ou se tornasse cristão (Costa e Silva, 2011). Assim, Mwene Kongo⁹¹ foi batizado no dia 3 de maio de 1491, em conjunto com seis fidalgos de sua confiança. O nome cristão de batismo escolhido foi João, o mesmo do rei português, seu novo e poderoso aliado.

Seguido ao batismo seu e de seus fidalgos, o senhor do Kongo batizou sua família para depois estender a outros poderosos de Mbanza Kongo o rito cristão. “Fica evidenciado assim que o batismo cristão, pelo seu poder de inserção ao novo contexto político e religioso, foi, num primeiro momento, manipulado pelas elites do Congo, como uma prerrogativa restrita aos nobres e soberanos da terra” (Reginaldo, 2005, p.18).

De acordo com a historiadora Selma Pantoja (2011), o cristianismo representou uma grande oportunidade para os nobres, pois, na sociedade dos Kongos, a religião desempenhava um papel importante, funcionando como instrumento de controle por parte da nobreza. No entanto, engana-se quem pensa que o cristianismo no Kongo se estabeleceu nos moldes europeus; ali, o cristianismo foi africanizado.

De acordo com o diplomata e africanista brasileiro Alberto da Costa e Silva (2011), há historiadores que consideram que não houve uma conversão genuína, mas sim um “mal-

⁹¹ “Mwene Kongo” significa “Senhor do Kongo”, título usado pelos monarcas do Reino do Kongo.

entendido”. Os portugueses teriam conquistado a atenção dos Kongos por serem brancos vindos do mar, sendo, portanto, [considerados pelos congolezes] seres sacrossantos (Costa e Silva, 2011, p.282). Para outros pesquisadores, o cristianismo do rei e da elite foi superficial ou uma fachada, com o objetivo de obter legitimidade nas cortes europeias, uma vez que a religião tradicional ainda existia no Kongo, com a incorporação de alguns rituais e objetos do catolicismo. Outra corrente historiográfica considera a conversão dos manikongos como uma estratégia de política interna, uma vez que nem o culto aos antepassados, nem aos espíritos das águas e da terra, nem ao cariapemba, estavam sob o controle do rei. Assim, ele viu no cristianismo uma fonte de legitimidade independente do apoio dos chefes das kandas (ou clãs e linhagens matrilineares) e dos “senhores da terra” e sacerdotes conhecidos como quitomes e gangas (Costa e Silva, 2011). Havia ainda quem interpretasse que o cristianismo teria sido apropriado e reinterpretado pela religião local, que o “acomodou à sua concepção do universo e do sagrado. Para outros, o chamado catolicismo dos kongos não seria sequer um culto híbrido, pois tinha por base uma visão de mundo inteiramente africana” (Costa e Silva, 2011).

O ponto principal é que, para os Kongos, as crenças cristãs não entraram em conflito direto com as suas crenças tradicionais. Obviamente, havia quem rejeitasse o cristianismo e se opusesse a ele, principalmente sacerdotes e seus devotos, mas também membros das linhagens matrilineares. No entanto, de modo geral, os Kongos

Tinham a consciência de um Deus Supremo, embora a Ele não recorressem. Acreditavam na sobrevivência da alma e que esta, na morte, passava de um mundo de lágrimas para a completa bem-aventurança. O além-calunga era todo plenitude, claridade e ordem. E, se não tinham a noção de inferno, podiam, com algum esforço, reconhecer a presença do demônio no lado destrutor do cariapemba e em certas manifestações de espíritos aos quais não se prestavam os rituais devidos. Aceitavam que o divino assumisse a condição humana, nascendo de uma mulher, pois era assim que os espíritos das águas e da terra se encarnavam nos albinos. E não tinham dificuldade com a ressurreição de Cristo, pois havia entre eles gangas especializados em fazer voltar à vida o corpo dos mortos. Essa alegação dos gangas não espantaria, por sua vez, os portugueses, pois, na sétima década do século XVII, o padre Antônio Vieira — ninguém menos do que o grande Antônio Vieira — escrevia, na sua defesa perante o Tribunal do Santo Ofício, que colecionara 95 casos de mortos ressuscitados nos últimos 120 anos. Quanto à veneração a Nossa Senhora, tinham-na por natural, pois, na sua estrutura de poder, havia também, ao lado do manicongo, uma intercessora e cocheife mulher, a nzimbu mpangu, investida como ele de poderes sobrenaturais. No caso mais conhecido, ela era a tia paterna do rei, provavelmente a chefe da canda do pai dele, e fazia parte do conselho real, com mais três mulheres, rainhas viúvas ou irmãs e tias do soberano (Costa e Silva, 2011, p.286)

Assim, conforme Lucilene Reginaldo (2015), a “aceitação” do catolicismo no Kongo não significou o abandono de crenças e costumes tradicionais. Os soberanos Kongos tinham:

seu próprio quadro de referências culturais, bem como interesses objetivos na adoção do cristianismo. Questões em torno da poligamia ou da prática de cultos tradicionais foram fontes inesgotáveis de conflitos entre os convertidos centro-africanos e missionários de várias épocas. Em 1552, os missionários jesuítas foram expulsos do Congo pelo Mani D. Diogo, sucessor de Afonso I, depois de uma série de conflitos envolvendo a prática da poligamia. Embora cristão e batizado, D. Diogo se recusava a aceitar a monogamia imposta pela nova religião (Reginaldo, 2015, p.21).

Assim, pode-se considerar que a introdução do cristianismo no Kongo não foi um processo simples, podendo ter contribuído para conflitos que levaram Nzinga a Nkuwa a renegar a fé cristã antes de sua morte em 1506. Segundo Costa e Silva (2011), a estrutura política do Kongo baseava-se em um delicado equilíbrio de poder, no qual o rei tinha o poder vigiado pelos muxikongos/muissikongo, uma aristocracia formada pelas 12 kandas da região central do reino, onde se localizava Mbanza Kongo. Era por meio dessa elite que se elegia o manikongo, que poderia ser qualquer muxikongo/muissikongo, descendente do rei, preferencialmente por meio de uma de suas filhas. O manikongo possuía muitas mulheres e era através do casamento que se estabelecia a ligação com a maioria das kandas, permitindo que o poder circulasse entre as várias linhagens.

Com a adoção do cristianismo, a conversão passou a exigir a monogamia, o que abalou os alicerces da harmonia social e estatal. Contudo, os portugueses também trouxeram a noção de primogenitura, à qual Mbemba Nzinga, D. Afonso I, se apegou. Por ser o filho mais velho de seu pai, mas sua mãe não pertencer a uma linhagem muxikongo/muissikongo, ele não teria direito à disputa sucessória. Contudo, ao adotar as regras cristãs, na qualidade de filho primogênito, tornou-se o herdeiro natural do trono. Alberto Costa e Silva (2011) argumenta que D. João I possivelmente voltou a ser Nzinga a Nkuwa para preservar sua aliança com as kandas. “Ele não podia repudiar suas esposas sem insultar as linhagens a que pertenciam. Pelo matrimônio, forjara, antes de ser rei, as alianças que o levaram ao poder, e era graças a elas que nele permanecia” (Costa e Silva, 2011, p. 287). Assim, pela insistência em ter apenas uma rainha, afastou-se das práticas católicas.

Para Thiago Braga, Mvemba Nzinga, cujo nome cristão era Afonso I, foi responsável por introduzir o cristianismo no Reino do Kongo. Embora isso tenha ocorrido com o apoio de Portugal, que o auxiliou a vencer as disputas internas pela sucessão do trono, utilizando o cristianismo como ferramenta política para consolidar o poder. D. Afonso I, considerado um católico devoto e influenciado pela cultura europeia, aspirava transformar o Kongo numa espécie de réplica de Portugal (Costa e Silva, 2011). Para tanto, solicitou ao monarca português sacerdotes, médicos, mestres de diferentes ofícios e professores para alfabetizar seu povo. Enviou, também, jovens a Lisboa para estudar, entre os quais se destacava seu filho Henrique.

Segundo Lucilene Reginaldo (2005), desde o começo do processo de catequese, os soberanos do Kongo buscaram o monopólio da propagação do catolicismo e o controle das ações missionárias. O Manikongo enviou cartas, poucas vezes respondidas, aos reis de Portugal e ao Papa, solicitando clérigos e a instalação da diocese na capital do Kongo. Na investigação de Vargas Arana (2015), as cartas enviadas à época também solicitavam informações sobre o príncipe Henrique, enviado a Roma para receber formação religiosa. Apesar da relutância do papa Leão X, Afonso I conseguiu a consagração de seu filho, D. Henrique, a bispo em 1518. O bispo Kongo faleceu “dez anos após seu retorno à Mbanza Kongo, queixando-se ‘de falta de saúde desde seu regresso à África e [expressando] seu desejo de voltar à Portugal’” (Reginaldo, 2005, p.19).

Entre o final do século XV e o final do século XVIII, o Kongo ficou marcado pela chegada de vários missionários católicos e clérigos seculares, que deixaram um número enorme de registros escritos, e que participaram e influenciaram o desenvolvimento político e cultural das sociedades locais. Assim, ao interpretar a cristianização do Kongo, em que grande parte da documentação foi produzida por estrangeiros, é necessário conhecer profundamente o contexto de produção das fontes e seus autores.

Dessa forma, a narrativa de Thiago Braga sobre a conversão do reino demonstra superficialidade. Para ele, por meio da fé cristã e da língua portuguesa, os dois reinos teriam criado um laço de amizade religiosa, política e comercial que durou de forma pacífica, tornando “legal o comércio mais odioso da era moderna: o comércio de escravos” (Impérios AD, 2019). A história do Impérios AD ignora a complexidade da experiência dos Kongos no cristianismo e em outros processos, como o comércio. Para compreender essa complexidade, especialmente no que diz respeito às dinâmicas da escravização no Reino do Kongo, é necessário analisar as formas pelas quais as relações comerciais entre Kongo e Portugal foram historicamente estabelecidas.

3.3.2 Escravização e o comércio de pessoas no Reino do Kongo

Desde o início das relações entre os reinos do Kongo e Portugal, os reis do Kongo buscaram uma participação igualitária no comércio com os portugueses, insistindo na não comercialização de seu povo, mas sim de produtos manufaturados e extraídos do reino, como tecidos de rafia e cobre. Contudo, as tentativas dos reis do Kongo foram recebidas com negativas ou simplesmente ignoradas (Vargas Arana, 2019). A recusa em estabelecer relações comerciais igualitárias, a entrada de mercadorias europeias, somada à desvalorização das

conchas *nzimbu*, utilizadas como moeda interna do Kongo, levou os reis a serem pressionados pela demanda por cativos. A crise econômica começou a afetar o Kongo com a ocupação portuguesa na ilha de Luanda, onde as conchas eram extraídas. Os portugueses monopolizaram a extração e o fornecimento das conchas para o Kongo.

Nesse contexto, insere-se a narrativa de Thiago Braga sobre a escravização no Kongo. Ao afirmar que os portugueses teriam encontrado “um sistema escravista em funcionamento, que era formado por povos conquistados e subjugados pelo reino africano” (Impérios AD, 2019), o primeiro ponto a ser debatido é que no Kongo não existia uma classe de escravizadas/os, mas sim de servos e/ou prisioneiros de guerra (Lovejoy, 2002; Costa e Silva 2011; Vargas Arana, 2015). Não havia comércio de pessoas antes da chegada dos portugueses, de modo que não existia “nenhuma palavra para escravo ou análoga à escravidão antes do contato entre portugueses e o povo do Congo” (Vargas Arana, 2015, p.8). Palavras que poderiam significar escravizada/o na região eram ““estrangeirismo”, que foram evoluindo conforme o tráfico de pessoas se espalhou da costa para o interior.

Antes da chegada dos portugueses, não havia uma classe de escravizadas/os no Kongo, mas sim um grupo servil transitório, formado por pessoas estrangeiras, capturadas em guerras ou razias, criminosos condenados ou afastados da sociedade, e pessoas que perderam proteção familiar ou contraíram dívidas altas (Costa e Silva, 2011). Eram pessoas temporariamente privadas da sua liberdade, “mas os seus filhos ou netos tinham por destino ser absorvidos na sociedade, ainda que de modo parcial, pois formariam um ramo inferior, de ex-escravos, da linhagem do antigo dono” (Costa e Silva, 2011, p. 289).

Além disso, pessoas escravizadas não eram vendidas, pois todos os servos pertenciam ao Manikongo, responsável por distribuir a camada servil, em sua maioria proveniente do espólio de guerra entre a nobreza das províncias. Por conseguinte, nos primeiros anos do século XVI, os navegadores portugueses não conseguiram uma grande quantidade de cativos no Kongo. Inicialmente, como mencionado, o manikongo pagava aos navios portugueses com marfim, panos de rafia, cera, mel e cobre de excelente qualidade. Contudo, em algumas ocasiões, um pequeno número de pessoas escravizadas era enviado como presente ao rei de Portugal.

A ideia da existência de uma “cooperação ativa no comércio de escravos entre os Reinos do Congo e de Portugal, onde o Rei do Congo claramente mantinha o controle do comércio no seu reino e tinha suas regras aceitas e respeitadas pelos monarcas portugueses” (Impérios AD), é uma interpretação descontextualizada dos documentos, que não considera as dinâmicas

socioculturais e políticas da sociedade do Kongo, nem as permanências e transformações ocorridas com a chegada dos europeus na região.

Em 1526, Afonso I manifestou, em carta ao rei de Portugal, o desejo de que o Kongo não exportasse pessoas escravizadas e que cessassem as compras de mercadorias estrangeiras. Solicitava, ainda, que apenas sacerdotes e professores portugueses fossem enviados ao Kongo (Costa e Silva, 2011). Como resposta, D. João II argumentou que a interrupção do comércio significaria o abandono do projeto de difusão e enraizamento no país dos conhecimentos e técnicas europeias. Sugiro substituir essa frase por: Contudo, além do cobre, o que os portugueses mais queriam do Kongo eram pessoas escravizadas. Dessa forma, sem a venda de pessoas escravizadas, “cessariam as transações externas e o país talvez só continuasse a receber, para repetir expressões da missiva de D. Afonso ao rei português, o trigo para a feitura das hóstias e o vinho necessário à celebração da missa” (Costa e Silva, 2011, p. 295).

D. Afonso I se opôs à escravização e ao comércio de seu povo. Alberto da Costa e Silva (2011) argumenta que, apesar de possuir pessoas escravizadas para trabalhar em suas terras e no palácio; presentear a nobreza do Kongo e os portugueses que lhes serviam, o governador de São Tomé e o rei de Portugal, perturbava-lhe que os Kongos fossem submetidos à escravização. Pois, na tradição do trabalho servil africano, “só era lícito e correto reduzir à servidão humilhante, o estrangeiro. Só excepcionalmente, e em virtude de um crime abominável, podia um congolês ser escravizado, e, ainda assim, depois de ser excluído da grei” (Costa e Silva, 2011, p. 295).

Outros reis do Kongo, como Garcia II (1641–1661), também se manifestaram contrários ao aumento massivo do tráfico dos Kongos operado pelos portugueses. Contudo, alguns comercializavam cativos com os portugueses, como estratégia para fortalecer a coesão sociopolítica do reino, em um contexto no qual o tráfico de pessoas escravizadas era a principal atividade econômica da região (Vargas Arana, 2019). Cabe destacar, entretanto, como argumenta o historiador canadense Paul Lovejoy (2002), que os africanos raramente escravizavam seu próprio povo. A escravização, em geral, recaía sobre povos inimigos.

O historiador nigeriano Joseph Inikori (2010) argumenta que a venda de pessoas escravizadas na África, antes da presença europeia, era pontual e limitada. A partir do século IX, observa-se um desenvolvimento mais expressivo da exportação de pessoas da África subsaariana para outras regiões, especialmente para o mundo árabe, por meio das rotas transaarianas. Contudo, foi a partir de 1492, com a expansão marítima ibérica iniciada pela viagem de Cristóvão Colombo, que se estabeleceu um novo horizonte de exploração colonial, responsável pela abertura e posterior intensificação do tráfico atlântico de pessoas africanas

escravizadas. Esse processo marcou a transição de circuitos comerciais anteriores, de alcance regional, para um sistema transatlântico de grande escala, caracterizado pelo deslocamento forçado massivo de populações africanas e pela centralidade da escravização na economia colonial moderna. Sob diversos aspectos, o tráfico transatlântico configura-se como um fenômeno singular, tanto pela sua amplitude e extensão geográfica quanto pelo regime econômico que o sustentou.

De fato, sistemas escravista e tráfico de pessoas existiam nas sociedades saarianas⁹², desde o advento do islamismo, com registros escritos de como esse tráfico operava e suas conexões com o comércio transatlântico de escravizadas/os (Vargas Arana, 2019). No entanto, o tráfico atlântico resultou na reorganização das funções de sociedades inteiras e na reinvenção da própria escravização africana (Reis, J. 1987; Lovejoy, 2002; Inikori, 2010). Na África pré-colonial, o escravismo assumia diferentes formas, e as pessoas escravizadas eram empregadas em diversas atividades, como trabalhos agrícolas, mineração, transporte de cargas, artesanato, serviços domésticos e funções militares (Reis, J. 1987).

Ao contrário da Europa, onde existe vasta documentação sobre as práticas escravistas, que comprovam a existência da escravidão por longos períodos, o mesmo não se verifica no continente africano. Não se trata de negar ou afirmar a existência da escravidão na África, mas sim da ausência de documentação sobre a instituição, nos moldes da escravidão clássica europeia ou da escravidão colonial praticada pelos europeus nas Américas.

Na narrativa proposta por Thiago Braga, “a origem da escravidão portuguesa nada tinha de racial”, pois “era vista como uma atividade puramente econômica” (Impérios AD, 2019), para ambos os reinos. De acordo com Braga, “em nenhuma parte de qualquer dos documentos régios durante todo o século XVI e XVII, nem mesmo nas bulas papais do século XV, é possível ver qualquer justificativa racial para a escravidão africana, além da justificativa religiosa e econômica” (Impérios AD, 2019). Contudo, Lovejoy (2002) argumenta que, para os europeus, pessoas escravizadas eram vistas como racialmente diferentes. Mesmo com a aculturação, as pessoas escravizadas eram definidas como estrangeiras, limitando a aquisição de direitos na sociedade de origem europeia.

Thiago Braga ainda afirma que há um consenso de que o conceito de “raça” não era utilizado nos séculos XV e XVI, “ganhando significado real apenas no final do século XVIII”. Por isso, o youtuber argumenta que quem defende que a escravização de pessoas negras ocorreu por razões puramente raciais, “é no mínimo mal-intencionado ou ignora completamente o

⁹² Sociedades saarianas, ou africanas saarianas, situavam-se na região ao sul do Deserto do Saara.

contexto da época” (Impérios AD, 2019). Essa afirmação, contudo, exige maior problematização, sobretudo quando se consideram as formas históricas de classificação e hierarquização das populações africanas anteriores à formulação científica do conceito moderno de raça.

3.3.3 A escravização negra se deu por razões raciais!?

Conceitualmente, “raça” é uma invenção científica do final do século XVIII e início do século XIX. Contudo, o antropólogo congolês-brasileiro Kabengele Munanga (2012) expõe que, anterior à chegada dos europeus no continente africano no século XV, a África do Norte (atual Líbia, Tunísia, Etiópia e Egito) já era conhecida pelos antigos greco-romanos. As primeiras notícias/menções sobre as populações negras africanas são oriundas do historiador grego Heródoto, datando do século V a.C. Foi por meio de sua imaginação e baseado na teoria dos climas que se criou “uma imagem do resto do continente (não visitado) de clichês bastante desfavoráveis. Segundo essa teoria dos climas, as temperaturas extremamente baixas ou altas tornam o homem bárbaro, enquanto as zonas temperadas favorecem o desenvolvimento das civilizações” (Munanga, 2012, p. 21). Essas descrições exibiam habitantes do interior do continente negro parecidos com animais selvagens.

Durante a Idade Média e o Renascimento, os mitos que descreviam a África negra como um mundo habitado por monstros, semi-homens e semi-animais foram reutilizados. No século XV – quando os portugueses desembarcaram na costa africana – começaram a surgir novos relatos sobre o continente, por meio de testemunhos oculares, mas que ainda transmitiam os mitos anteriores. “A ideia de gente sem cabeça ou com ela no peito, com chifres na testa, ou com um só olho, gente com rosto de cão faminto e coisas do gênero dominava os escritos ocidentais sobre a África nos séculos XV, XVI e XVII” (Munanga, 2012, p.22).

Com a colonização das Américas no século XVI, a valorização da terra impulsionou a demanda por mão-de-obra barata. Nesse contexto, a África emergiu como um reservatório humano estratégico, visando minimizar custos e riscos. Munanga (2012) argumenta que o tráfico de pessoas escravizadas tornou-se uma necessidade econômica anterior ao advento da máquina. Lovejoy (2002) reforça essa perspectiva, destacando dois aspectos cruciais da escravidão nas Américas: “a manipulação da raça como um meio de controlar a população cativa e a dimensão da racionalização econômica do sistema” (Lovejoy, 2002, p.38).

Convencidos de sua superioridade, os europeus desprezavam o mundo negro, apesar de suas riquezas. Desse modo, a

ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas sociedades se confrontam pela primeira vez tudo isso mais as necessidades econômicas da exploração predispuseram o espírito a desfigurar complementarmente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais (Munanga, 2012, p.17-18).

O negro passa a ser sinônimo de primitividade, inferioridade e de mentalidade pré-lógica. O Ocidente, para justificar a colonização e, conseqüentemente, a escravidão, produziu uma literatura para legitimar essa situação. A dominação imposta às populações africanas por uma minoria estrangeira ocorreu “em nome de uma superioridade étnica e cultural dogmaticamente afirmada, a uma maioria autóctone” (Munanga, 2012, p.18). Nas colônias americanas, as populações colonizadas viviam em constante violência. Para manter o “equilíbrio”, o colonizador utilizou estereótipos e preconceitos, por meio de uma produção discursiva que monopolizou a razão, a virtude, a verdade e o ser, entre outros valores.

Apesar do reconhecimento das diferenças físicas e culturais entre os diversos povos do continente africano, os europeus demonstraram particular surpresa diante de certos traços fenotípicos percebidos como comuns, tais como a cor da pele, a textura do cabelo, o formato do nariz e dos lábios e o formato do crânio. Importa destacar, contudo, que essa ênfase nos traços fenotípicos não se origina exclusivamente no período moderno, mas remonta aos textos da Antiguidade, especialmente aos escritos de Heródoto, nos quais a descrição dos povos africanos já era marcada pela observação e pela exotização das diferenças corporais. A partir desses elementos, construiu-se a noção de um “negro geral” que homogeneizou populações profundamente diversas (Munanga, 2012). Nesse sentido, como aponta Achille Mbembe (2022), no imaginário europeu moderno, os termos “negro” e “raça” são sinônimos, tornando-se indissociáveis. Já que,

[...] a aparição de um e de outro no saber e no discurso moderno sobre o homem (e, por consequência, sobre o ‘humanismo’ e a ‘humanidade’) foi, se não simultânea, pelo menos paralelo; e, desde o início do século XVIII, constituíram ambos o subsolo (inconfesso muitas vezes negado), ou melhor, o complexo nuclear a partir do qual se difundiu o projeto moderno de conhecimento – mas também de conhecimento (Mbembe, 2022, p.12)

É da ciência que se começam a esboçar os caminhos dos “males das pessoas negras”.

A primeira tentativa foi pensar o negro como um branco degenerado, caso de doença ou de desvio da norma. A pigmentação escura de sua pele só podia ser entendida por causa do clima tropical, excessivamente quente. Logo isso foi considerado insuficiente, ao se constatar que alguns povos que viviam no Equador, como os

habitantes da América do Sul, nunca se tornaram negros. Outra justificativa da cor do negro foi buscada na natureza do solo e na alimentação, no ar e na água africanos. Não satisfeitos com a teoria da degeneração fundamentada no clima, outros aceitaram a explicação de ordem religiosa, nascida do mito camítico entre os hebraicos. Segundo ele, os negros são descendentes de Cam, filho de Noé, amaldiçoado pelo pai por tê-lo desrespeitado quando este o encontrou embriagado, numa postura indecente. Na simbologia de cores da civilização europeia, a cor preta representa uma mancha moral e física, a morte e a corrupção, enquanto a branca remete à vida e à pureza. Nessa ordem de ideias, a Igreja Católica fez do preto a representação do pecado e da maldição divina. Por isso, nas colônias ocidentais da África, mostrou-se sempre Deus como um branco velho de barba, e o Diabo um moleque preto com chifrinhos e rabinho (Munanga, 2012, p.22-23).

Assim, a única forma de “salvar” a/o negra/o era a escravização. Nunca existiu problema moral para os europeus dos séculos XVI e XVII na escravização, uma vez que, na doutrina cristã, “o homem não deve temer a escravidão do homem pelo homem, e sim sua submissão às forças do mal” (Munanga, 2012, p.13).

No século XVIII, esperava-se que os Iluministas, ao criar uma ciência “geral do homem”, corrigissem as imagens negativas sobre pessoas negras; no entanto, eles apenas consolidaram a noção depreciativa herdada de períodos anteriores. Na primeira metade do século XIX, duas correntes de pensamento influenciaram a atitude em relação aos povos não europeus: o evolucionismo e o racismo. O evolucionismo explicava as diferentes culturas por meio do “predomínio exercido pelo meio ambiente”. Igualmente, afirmava que esses povos deveriam seguir, com o tempo, o itinerário percorrido pela Europa. O racismo, por sua vez, considerava o destino dos homens determinado pela raça a que pertenciam” (Munanga, 2012, p.26).

Seguindo esse fluxo de ideias, Peyroux de la Coudrenière, em 1814, irá dizer que o declínio da Grécia antiga decorreu “da presença de elementos impuros negros no sangue de seus habitantes (Munanga, 2012, p.26). Auguste Comte, pai do positivismo, “pensava que a superioridade da cultura material europeia talvez tivesse sua fonte de explicação numa diferença estrutural do cérebro do homem branco” (Munanga, 2012, p.26). Diversos dicionários e enciclopédias do século XIX vão apresentar o negro como uma humanidade de terceira.

Por meio dessas teorias, manifestava-se a legitimação e justificativa do escravismo e do colonialismo. A ciência era considerada a verdade; portanto, as teorias de inferioridade das pessoas negras foram essenciais para esconder, justificar e autorizar os objetivos econômicos e imperialistas da escravização e da colonização. Desse modo, as pessoas negras colonizadas são desvalorizadas não somente através do racismo científico, mas também porque o colonialista é um sujeito de ação. Elas vivenciam o preconceito cotidianamente, com um

conjunto de condutas, de reflexos adquiridos desde a primeira infância e valorizado pela educação, o racismo colonial incorporou-se tão naturalmente aos gestos, às palavras, mesmo as mais banais, que parece constituir uma das mais sólidas estruturas da personalidade colonialista (Munanga,, 2012, p.27).

Evidencia-se que a ciência e, conseqüentemente, a História foram empregadas para expropriar e caluniar certos grupos, ao passo que humanizavam e exaltavam outros. Dessa forma, torna-se possível compreender que o processo de escravização dos povos africanos ocorreu por diferentes motivações, entre elas a raça. Populações não europeias e não cristãs eram consideradas inferiores e diferentes, e, portanto, passíveis de escravização.

Para concluir o vídeo, Thiago Braga afirma que a tragédia iniciada há mais de 500 anos “continua aterrorizando a humanidade mesmo nos dias de hoje”, uma vez que, “no continente africano infelizmente segue como o campeão de escravos no mundo todo, com 10 milhões de escravos entre os seus próprios países” (Impérios AD, 2019). Conforme destaca Braga, “africanos continuam sendo maltratados, abusados e escravizados pelos seus próprios ‘chefes’” (Impérios AD, 2019), enquanto as autoridades locais não fazem nada, ou pouco fazem “para impedir tamanho desrespeito e desonra que assola a humanidade em pleno século XXI” (Impérios AD, 2019).

Thiago Braga encerra seu vídeo atribuindo exclusivamente às pessoas africanas a responsabilidade pela escravização, ao afirmar que essa estrutura ainda persiste no continente. Contudo, em sua tentativa de se colocar como historiador, Braga ignora uma premissa fundamental da historiografia: a de que o passado deixa reminiscências e marcas no presente. No vídeo, constrói-se uma narrativa que desassocia o presente do passado e que, de modo reducionista, culpabiliza pessoas africanas pelo processo escravista. Para ele, os verdadeiros responsáveis não são os europeus e suas potências coloniais, mas os próprios negros.

O passado é presentificado em suas várias manifestações, tornando-se vivo e atuante no presente, influenciando percepções, comportamentos e estruturas sociais. O colonialismo, assim como a escravização, deixou marcas profundas nas sociedades dominadas. Conforme argumenta o intelectual peruano Aníbal Quijano (2005), as relações sociais formadas nesse processo foram estruturadas pela dominação, na qual as identidades foram associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais de acordo com os padrões impostos pelo colonialismo.

Portanto, a herança do colonialismo persiste. Na escravização moderna, muitas pessoas são exploradas para fins pessoais ou financeiros. Contudo, não se pode dissociar esse processo do contexto histórico e do surgimento do colonialismo e, conseqüentemente, do capitalismo, uma vez que o trabalho forçado prevalece em países de baixa renda, em estreita relação com a

demanda de países de alta renda. Conforme Cida Bento (2022) aponta, antes do colonialismo, a África era uma região relativamente rica e produtiva, enquanto a Europa era economicamente pouco relevante. Houve uma reversão dessa situação, com a Europa tornando-se uma região relativamente rica e a África, um local com problemas críticos de pobreza, decorrentes da extração de recursos e da destruição de estruturas econômicas e sociais tradicionais.

É fundamental reconhecer a conexão entre a situação atual da população negra e a herança da escravização. Nas Américas, a colonização europeia estabeleceu um sistema capitalista global que relaciona raça, terra e divisão do trabalho (Quijano, 2005; Munanga, 2012; Bento, 2022). Como destaca Trouillot (2016), a escravidão age como um fantasma, sendo simultaneamente uma figura da memória do passado e uma presença contínua, portanto, continua a influenciar a forma como interpretamos o presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando criança, na escola, as aulas de história sobre escravização de pessoas negras faziam com que os olhares da sala se voltassem para mim e para as/os outras/os alunas/os negras/os presentes. Nesses momentos, era impossível saber se aqueles olhares eram de pena, escárnio ou vexame, afinal, algumas/alguns alunas/os faziam piadas naquele momento, com comentários do tipo “olha ali o seu parente”. Já na universidade, não existiam piadas explícitas, mas os olhares voltavam-se sempre aos corpos negros como testemunhas daquela história.

Ao ingressar na graduação em História, imaginei que expandiria meu conhecimento sobre as histórias da população negra. Idealizei que aprenderia a “verdadeira” história do meu povo, livre dos estigmas de uma história que iniciasse com a escravização. Contudo, fui frustrada. Ao longo do curso, o passado do colonizador era (re)narrado repetidas vezes como a única história.

O meu descontentamento não era/é individual. Foram constantes na minha trajetória as histórias de estudantes negras/os que, ao chegarem aos espaços de ensino de diferentes anos, constataram que a história da população negra era reduzida ao período escravista.

Sempre me questioneei sobre as possibilidades históricas das pessoas negras, suas origens, fontes e problematizações que, enquanto historiadoras/es, poderíamos explorar em nossa produção para promover justiça. Como mulher negra, entendi que foram as pessoas negras que me ensinaram o ofício de historiadora. Em casa, minha mãe, uma sábia, narrava histórias de mulheres fortes da minha família. Com minha irmã, aprendi o poder transformador da educação, já que ela foi a primeira a quebrar os padrões sociais impostos a mulheres negras periféricas. Com minha avó Maricota, aprendi histórias de um tempo que eu não existia, desde a casa de farinha até a construção de casas de pau a pique para suportar o calor de Dário Meira–BA. Com minha avó Joana, aprendi a rezar aos ancestrais. Com minha sobrinha Geovanna, compreendi que o presente era resultado do passado. Cada mulher da minha família me ensinava histórias sobre ser negra.

Já na universidade, foram as pessoas negras que me contaram outras histórias. Existia uma prática de escrita da história contra o arquivo (Hartman, 2020). Dentro da universidade, nós nos uníamos para contra-narrar o que nos era ensinado nas aulas, produzindo fabulações críticas (Hartman, 2020). Em tentativas de imaginar, por meio da escrita, o impossível. Escrevendo uma história de um passado irrecuperável.

Imaginávamos histórias de liberdade. Apesar de estarmos submersos no mundo do capitalismo, naquele espaço imaginávamos outras histórias. Para aquelas/es que cursavam História, aquele espaço trazia esperança de sermos professoras/es melhores e pesquisadores/as melhores. Fazíamos promessas silenciosas de nos mantermos vivos. Então, mesmo que tivessem combinado de nos matar, “a gente combinamos de não morrer” (Evaristo, 2016, p.108). E cotidianamente tentaram nos matar, em uma morte simbólica.

É a partir desse horizonte de formação, resistência e disputa pelo sentido da História que este trabalho se insere. Busquei compreender as interseções entre a historiografia e o aporte teórico-epistemológico das produções de extrema-direita, com foco no canal Impérios AD. Foi possível constatar que uma ciência que surgiu de delimitações teóricas que excluem corporeidades não brancas seria utilizada como ferramenta contemporânea para combater as revisões éticas da História.

Essa constatação se alinha às críticas de intelectuais negras/os que questionam a suposta neutralidade da produção de conhecimento. Grada Kilomba argumenta que “a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição; é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a” (Kilomba, 2019, p. 35). Abdias do Nascimento observa, de forma semelhante, que “os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles reformulam os conceitos, as armas e os valores do país” (Nascimento, 2016, p. 40).

Essa dinâmica de controle e violência epistêmica manifesta-se, concretamente, nos processos de validação e deslegitimação da produção historiográfica. Como aponta a historiadora Juliana Teixeira Souza, basta colocar no centro da narrativa histórica a população negra, povos indígenas, trabalhadoras/es pobres, mulheres, população LGBTQIA+ ou qualquer outro grupo minorizado e excluído para que esses trabalhos sejam desqualificados pelos pares, “que de forma aberta ou velada lhe incutem a pecha de doutrinadores ideológicos, sob o argumento de que a militância política é incompatível com estudos científicos, que exigem distanciamento e imparcialidade” (Souza, J., 2013, p.71). A mesma argumentação é proferida por grupos de extrema-direita.

Esse padrão discursivo pode ser observado, inclusive, no posicionamento de parte da comunidade historiográfica diante das políticas de ações afirmativas. Souza (2013) analisa um *corpus* documental composto por artigos acadêmicos, artigos de opinião, cartas e manifestos publicados na imprensa e na internet por profissionais da História e/ou vinculados a departamentos de História que, sobretudo durante os anos 2000, quando o Movimento Negro

propôs a implementação de cotas para negros nas universidades, manifestaram-se contrários às políticas de ações afirmativas.

Há historiadoras/es que negaram e minimizaram o racismo; negaram a existência de grupos reivindicando identidades étnico-raciais diversas; reabilitaram a tese da democracia racial; negaram o critério étnico-racial como estruturante na organização, funcionamento e legitimação da escravização; negaram ou minimizaram as consequências do passado escravista; utilizaram eufemismos com o objetivo de negar ou minimizar a violência física, emocional e sexual das relações escravistas e do preconceito racial na atualidade; e que negam ou minimizam o racismo como elemento estruturante das desigualdades no Brasil (Souza, J., 2023).

Beatriz do Nascimento (2021) afirma que parte da intelectualidade brasileira, incluindo literatos, poetas e a consciência nacional, trata a população negra como se ainda estivéssemos sob o escravismo. Considerando as representações da população negra nas narrativas hegemônicas, e aqui podemos abrir espaço para diversas representações de grupos minorizados, a historiadora aponta para um “desleixo dos estudiosos” por nunca tentarem estudar a questão racial de forma séria.

Consequentemente,

O branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, recusa-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça. Abomina a realidade racial por comodismo, medo ou mesmo racismo. Assim, perpetua teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial. Mais grave ainda, cria novas teorias mistificadoras, distanciadas dessa mesma realidade (Nascimento, B., 2021, p.41)

Quando temáticas como a história da escravização negra e do pós-abolição, caras para a historiografia, ocuparam um lugar central na defesa da política de cotas pelo Movimento Negro e suas/seus apoiadoras/es, as/os historiadoras/es contrárias/os “às ações afirmativas e políticas de reparação, de reconhecimento e valorização entraram com toda carga nessa discussão, empenhando o prestígio e autoridade acumulados no campo acadêmico e fora dele para deslegitimar essas propostas e desqualificar seus proponentes” (Souza, J., 2013, p. 77). Existiram aquelas/es que mudaram de opinião, mas isso não as/os isenta da responsabilidade sobre determinados discursos, já que, mesmo que arrependidas/os, essas pessoas formaram opiniões.

Nesse cenário, corporifica-se o “pacto da branquitude” (Bento, 2022). Conforme a Grada Kilomba (2019), no racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas de exclusão racial. Na atualidade, essas/es as/os herdeiras/os do escravismo praticam

impunemente falsificações dos fatos históricos. Historiadoras/es e negacionistas da extrema-direita de mãos-dadas, para perpetuação do racismo. Assim, a branquitude, unida, (re)produz silêncios/violências sobre o passado escravagista e colonialista, assegurando a manutenção de seus privilégios e relegando as pessoas racializadas à subalternidade.

Essa dinâmica se insere em uma tradição da historiografia brasileira marcada por hegemonias raciais, de gênero e epistemológicas, predominantemente branca, masculina e eurocêntrica. Nela, diversas/os “intérpretes do Brasil⁹³” ofereceram e oferecem interpretações elitizadas e brancas da História, seja por meio da colonização, da dominação/genocídio indígena, da instituição escravista na formação social e econômica do país, da democracia racial, etc. Contudo, após a entrada de sujeitos minorizados na universidade, vemos uma reversão dos cânones históricos, já que “a insubordinação dos corpos negros diante do poder epistêmico branco se traduz por meio do constante questionamento de práticas comuns aos pesquisadores/professores brancos dentro da academia brasileira” (Felipe; Lima, 2022, p. 101).

Já não é plausível conceber a história do Brasil sem considerar a agência de grupos minorizados. Apesar da predominância contínua de intelectuais brancos, isso não se deve à falta de “uma história feita por mãos negras”, mas a uma política de esquecimento que silencia e marginaliza epistemes subalternas.

Bourdieu (1983) compreende que o campo científico é um lugar de luta, no qual se produzem e se disputam formas específicas de interesses. As práticas que o estruturam são orientadas pela busca de “autoridade científica”, e os interesses por uma determinada atividade científica (disciplina, área dessa disciplina, método, etc.) apresentam uma dupla face: por um lado, visam impor uma definição de ciência, delimitando quais problemas, métodos e teorias podem ser reconhecidos como científicos; por outro, operam de modo que assegure a reprodução de interesses específicos do próprio campo (Bourdieu, 1983).

O que está em jogo é, portanto, “o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social” (Bourdieu, 1983, p. 27). Nessa lógica, a invalidação de saberes produzidos por pessoas racializadas constitui uma “funcionalidade tática da lógica dominante, de mira supostamente ‘imparcial’, ‘desinteressada’ e ‘objetiva’, que apaga de sua história a instituição violenta de uma classificação epistêmica que privilegia os regimes de produção de conhecimento eurocentrados” (Reis, D. 2020, p. 7).

⁹³ Intérpretes do Brasil são as/os intelectuais que elaboraram interpretações originais e sofisticadas sobre a realidade social, cultural e política do país. Suas abordagens teórico-metodológicas permitiram formular sínteses influentes acerca da substância histórico-social que constitui o que entendemos por Brasil.

A evocação de um suposto “passado” no qual pesquisadoras/es figurariam como pessoas etéreas ao conhecimento, capazes de descrever o mundo, seus problemas, classificar pessoas e definir o que é ou não bom para elas, sustenta uma narrativa histórica marcada pelo poder e pela “vitória” de certos grupos – leia-se colonizadores. Como afirma Trouillot, “qualquer narrativa histórica é um conjunto específico de silêncios” (Trouillot, 2016, p. 58). Nesse sentido, a acadêmica negra americana Saidiya Hartman (2020) destaca que a historiografia do tráfico escravista privilegiou, majoritariamente, assuntos quantitativos, questões de mercado e relações comerciais, negando a pessoas escravizadas voz, agência e humanidade.

Nesse contexto, observa-se um ressentimento derivado da perda da exclusividade histórica da branquitude como única narradora do passado. Atualmente, os “Outros” narram: antigos objetos de pesquisa tornam-se sujeitos históricos, escrevendo e protagonizando suas histórias. Diante disso, figuras como João Pedro Marques e Thiago Braga passam a escrever “histórias paralelas” e a ocupar colunas em jornais e revistas para expressar seus incômodos, com alegações de que a História não é mais feita como antes, acusando-nos de deturpar o passado.

Apega-se, assim, à idealização de pessoas subalternizadas silenciadas, que supostamente aceitariam seus lugares sociais e não reivindicariam reparações diante de séculos de opressão e violação de direitos fundamentais. Contra essa lógica, recusamo-nos a escutar as palavras dos colonizadores. Essa não escuta constitui denúncia e resistência frente a uma ciência que historicamente usou sujeitos racializados como material de pesquisa “dissociado de sua humanidade, omitindo sua dinâmica histórica, e as aspirações de sentido político e cultural” (Nascimento, A., 2016, p. 27), reduzindo nossas histórias a verdadeiras “múmias de laboratório” (Nascimento, A., 2016).

É, portanto, por meio da ancestralidade que me insiro nessa disputa. Politizando meu saber, busco justiça para com minhas/meus ancestrais e para com as narrativas historicamente produzidas sobre o nosso passado. Instrumentalizar a História é, nesse sentido, possibilitar que minhas/meus mortas/os tenham suas histórias ouvidas, lidas, fazendo com que os sussurros das covas por justiça se façam em minha escrita. Analisar as narrativas da extrema-direita e seus usos da ciência histórica é, portanto, entrar no embate para a produção de um futuro em que eu e as/os minhas/meus possamos viver.

REFERÊNCIAS

FONTES

BRAGA, Thiago. A cultura “woke” e o mito da Grécia gay. **Gazeta do Povo**, 13 mai. 2024. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/thiago-braga/a-cultura-woke-e-o-mito-da-grecia-gay/>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

BRAGA, Thiago. Hoje o Impérios AD completa 3 anos!. 5 de dez. 2021. **Instagram: @thiagao_braga**. Disponível em: <https://www.instagram.com/thiagao_braga/p/CXHun7EJDRK/>. Acesso em: 09 abr. 2025.

BRAGA, Thiago. Videogame é coisa de criança. **Gazeta do Povo**, 16 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/thiago-braga/videogame-e-coisa-de-crianca2/>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

IMPÉRIOS AD. **A História do Impérios AD | Especial 100k Inscritos**. YouTube, 22 de set. 2019. 7 min 02s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CE1KLzOdWh8&t=1s>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

IMPÉRIOS AD. **O Tráfico de Escravos e a Origem da Escravidão no Brasil**. 12 de mar. 2020. 23 min 56s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4dL_aBQeWHs&t=104s>. Acesso em: 09 abr. 2025.

IMPÉRIOS AD. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/@ImperiosAD>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

MARQUES, João Pedro. A conta já chegou: são 20 bilhões de dólares. **Observador**, Lisboa, 25 out. 2021a. Seção Opinião. Disponível em: <<https://observador.pt/opiniao/a-conta-ja-chegou-sao-20-biloes-de-dolares/>>. Acesso em: 25 set. 2023.

MARQUES, João Pedro. A culpa do homem branco. **Observador**, Lisboa, 18 out. 2021b. Seção Opinião. Disponível em: <<https://observador.pt/opiniao/a-culpa-do-homem-branco/>>. Acesso em: 04 set. 2023.

MARQUES, João Pedro. “A escravidão é uma velhíssima instituição, não foi inventada pelos europeus quando chegaram à África”. **Diário de Notícias**, Lisboa, 22 ago. 2024c. Disponível em: <<https://www.dn.pt/3550513909/joao-pedro-marques-a-escravidao-e-uma-velhissima-instituicao-nao-foi-inventada-pelos-europeus-quando-chegaram-a-africa/>>. Acesso em: 19 jul. 2025.

MARQUES, João Pedro. A versão africana da história é ingênua ou astuta? **Observador**, Lisboa, 20 nov. 2023a. Seção Opinião. Disponível em: <<https://observador.pt/opiniao/a-versao-africana-da-historia-e-ingenua-ou-astuta/>>. Acesso em: 04 set. 2023.

MARQUES, João Pedro. Desculpem, mas estão muito enganados. **Observador**, Lisboa, mar. 2025b. Disponível em: <<https://observador.pt/opiniao/desculpem-mas-estao-muito-enganados/>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MARQUES, João Pedro. Não quero que se ensine esta história aos meus netos. **Observador**, Lisboa, 02 out. 2024b. Seção Opinião. Disponível em: <<https://observador.pt/opiniao/nao-quer-o-que-se-ensine-esta-historia-aos-meus-netos/>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MARQUES, João Pedro. O cidadão X e a rainha Njinga. **Observador**, Lisboa, 15 mai. 2023c. Seção Opinião. Disponível em: <<https://observador.pt/opiniao/o-cidadao-x-e-a-rainha-njinga/>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MARQUES, João Pedro. O muro. **Observador**, Lisboa, 21 jan. 2025a. Seção Opinião. Disponível em: <<https://observador.pt/opiniao/o-muro-2/>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MARQUES, João Pedro. Os negros e o trabalho forçado de outros negros. **Observador**, Lisboa, 13 nov. 2024a. Seção Opinião. Disponível em: <<https://observador.pt/opiniao/os-negros-e-o-trabalho-forcado-de-outros-negros/>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MARQUES, João Pedro. Reparações: o abuso de uma velha ideia. **Observador**, Lisboa, 22 mai. 2024d. Seção Opinião. Disponível em: <<https://observador.pt/opiniao/reparacoes-o-abuso-de-uma-velha-ideia/>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MARQUES, João Pedro. Repitam comigo: o tráfico foi uma parceria. **Observador**, Lisboa, 13 dez. 2021c. Seção Opinião. Disponível em: <<https://observador.pt/opiniao/repitam-comigo-o-traffic-foi-uma-parceria/>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MARQUES, João Pedro. Verdadeiramente imbecil. **Observador**, Lisboa, 01 dez. 2023b. Seção Opinião. Disponível em: <<https://observador.pt/opiniao/verdadeiramente-imbecil/>>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. História pública, ensino de história e educação antirracista. **Revista História Hoje**, v. 8, nº 15, p. 17-38 - 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 3, n. 8, 2011.

ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais de; Trapp, Rafel Petry. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, n° 88, 2021.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais de. AS POLÍTICAS DO TEMPO DA BRANQUITUDE. **Esboços**, Florianópolis, v. 30, n. 55, p.423-441, set./dez., 2023.

AVILA, Artthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. Dossiê-Negacionismos e usos da história. **Revista Brasileira de História**. 41 (87). May-Aug 2021.

AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Orgs). **A História (in)Disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

AVILA, Arthur Lima de. Fomas/Fórmulas de negação e irresponsabilidade representacional: o caso Brasil Paralelo e o Negacionismo Histórico Contemporâneo. In: Schurster, Karl; Gherman, Michel; Ferreiro-Vázquez(Orgs.). **Negacionismo: a construção social do fascismo no tempo presente**. Recife: EdUPE, 2022.

BÂ, A. Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 8, p. 167-212.

BARBOSA, Muryatan Santana. **A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)**. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BECK, Daniel; SPENCER, Alexander. (Un)Funny Against All Odds: The Changing Landscape of Humour in Politics. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 50, n. 1, p. 3-17, 2025.

BENTO, Cida. **O Pacto da branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BISPO, Antônio. **Colonização, Quilombos: Modos e Significações**. Brasília/ DF: INCTI/UNB, 2015.

BOURDIEU, Pierre. O CAMPO CIENTÍFICO. Extraído de: ORTIZ, Renato (org.). 1983. **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. p. 122-155.

BRASIL. **Lei 12.288/10. Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade**. São Paulo: Aleph, 2009.

CALDEIRA NETO, Odilon. Brasil é um laboratório da extrema-direita global: entrevista com Odilon Caldeira Neto. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 12 janeiro 2023. Disponível em: < <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/625477-brasil-e-um-laboratorio-da-extrema-direita-global-entrevista-com-odilon-caldeira-neto>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

CALVINO, Ítalo. A palavra escrita e a não-escrita. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 139-147. 277 p.

CARDOSO, Lourenço. A BRANQUITUDE ACRÍTICA REVISITADA E A BRANQUIDADE. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 6, n. 13, p. 88–106, 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/152>. Acesso em: 15 maio. 2025.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de ciencias sociales**, niñez y juventud. v. 8, p. 607-630, 2010

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (org.). **História Pública e divulgação de História**. São Paulo: Letra e Voz: 2019.

CAUVIN, Thomas. A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 11, n. 23, p. 8-28, maio/ago. 2019

CETIC.BR. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios – **TIC Domicílios 2024**: principais resultados. São Paulo: NIC.br, 2024. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2024_principais_resultados.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2025.

COSTA, Alex Andrade. “Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém!”: escravidão, trauma cultural e consciência histórica. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 140–160, 2021. DOI: 10.20949/rhhj.v10i19.748. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/748>. Acesso em: 12 maio. 2025.

COSTA E SILVA, Alberto da. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 05–22, 2012. DOI: 10.5965/2175180304012012005. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005>>. Acesso em: 15 mai. 2025.

EDUARDO OFICIAL. **Democracia racial de sangue**. [Vídeo]. YouTube, 14 mar. 2020. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=HcPrhwzjf3o>. Acesso em: 27 nov. 2025.

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Batalhas públicas pela história nas redes sociais: articulações para uma educação histórica em direitos humanos. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 39-65, 2019.

ESQUERDA.NET. **Onde começa a extrema-direita?** [S.l.], 10 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/artigo/onde-comeca-extrema-direita/64902>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

FELIPE, Delton Aparecido; LIMA, Fernanda da Silva. **Cotas raciais: gestão, implementação e permanência** [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2022.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Conferência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, nov. 2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=wSSHnqAbd7E>. Acesso em: 15 mai. 2025.

G.R.E.S. ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA. **História para ninar gente grande**. In: VAGALUME. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/mangueira/samba-enredo-2019-historias-para-ninar-gente-grande.html>>. Acesso em: 9 mar. 2025.

GOMES, Edson. **Barrados**. (2006). Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/edson-gomes/792638/>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização: Flávia Rios, Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONÇALVEZ, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Rev. Bras. Educ.** 15, Dez 2000.

GRANADO, Helena Ragusa. **Representações sobre os judeus na história pública: televisão e cibercultura (2000-2018)**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

GRINBERG, Keila. O mundo não é dos espertos: História Pública , passados sensíveis, injustiças históricas. **Hist. Historiogr.** v. 12, n. 31, set.-dez., ano 2019, p. 145-176. DOI: 10.15848/hh.v12i31.1491.

GUIZELIN, Gilberto da Silva. NO RASTRO DOS TRAFICANTES RETORNADOS E FORAGIDOS PARA PORTUGAL: A “INTELLIGENCIA SAQUAREMA” NO COMBATE AO TRÁFICO ATLÂNTICO DE ESCRAVOS DEPOIS DE 1850. **Almanack**, Guarulhos, n. 30, ea01920, 2022.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7–41, 1995.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 12–33, 2020. DOI: 10.29146/eco-pos.v23i3.27640. Disponível em: <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640>. Acesso em: 26 maio. 2025.

HISTÓRIA DA DITADURA. História (In)disciplinada | Arthur Lima de Ávila. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Rlii90GIP3I>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

INIKORI, Joseph. E. A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. In: OGOT, Bethwell Allan (ed.). **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 91-134.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica História. **Unisinos**, vol. 15, núm. 1, enero-abril, 2011, pp. 40-49 Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, Brasil.

MAXIMO DA SILVA, Joana; APARECIDO PRIORI, Angelo. Quem pode fazer história pública? Um estudo de caso sobre a Brasil Paralelo. **Revista Histórias Públicas**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 178–195, 2024. DOI: 10.36704/rhp.v2i4.8414. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/historiaspublicas/article/view/8414>>. Acesso em: 24 nov. 2025.

McSWINEY, Jordan; SENGUL, Kurt. Humor, ridicule, and the far right: mainstreaming exclusion through online animation. **Television & New Media**, v. 25, n. 4, p. 315–333, maio 2024. DOI: 10.1177/15274764231213816.

MENDES FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. Que humano é esse das humanidades digitais? Por uma crítica hacker-fanoniana ao fardo do nerd branco. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 120–143, 2023. DOI: 10.5216/rth.v26i1.76256. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/76256>>. Acesso em: 21 nov. 2025.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica, pensamento independente e liberdade decolonial. Tradução de Isabella B. Veiga. **Revista X**, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 24-53, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/XXXXX>. Acesso em: 25 jul. 2024.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira**. São Paulo: Dandara, 2025.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KERCHE, Francisco. As Redes do Conservadorismo Brasileiro: Mapeando a Nova Direita no Youtube. **VI Simpósio Internacional Lavits**. Salvados, 2019. Disponível em: <<https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Kerche-2019-LAVITSS.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

LASSO, Marixa. ¿POR QUÉ Y PARA QUIÉN ESCRIBIMOS LOS HISTORIADORES?. **Tareas**, núm. 154, septiembre-diciembre, 2016, pp. 139-143 Centro de Estudios Latinoamericanos "Justo Arosemena" Panamá, Panamá.

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. G. Einaudi, 1978.

LEE, Peter. Por que aprender História?. **Educar em Revista**, [S. l.], v. 27, n. 42, p. p. 19–42, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/25834>>. Acesso em: 7 abr. 2025.

LIMA, André Nicacio. A nação brasileira entre a cruz e a espada: apontamentos sobre a atual (re)construção de uma identidade nacional supremacista no Brasil. **Temáticas, Campinas**, SP, v. 27, n. 54, p. 15–38, 2019. DOI: 10.20396/tematicas.v27i54.12336. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/12336>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

LORDE, Audre. A Transformação do Silêncio em Linguagem e Ação. In: LORDE, Audre. **Irmã Outsider: Ensaios e Conferências**. Trad. Maria Cristina Reis. São Paulo: Editora e Livraria da Mulher, 2020.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Tradução de Regina A. R. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. **Boletim Historiar**, [S. l.], n. 2, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/2127>>. Acesso em: 22 nov. 2025.

MADEIRA, Bruno; CALDEIRA Neto, Odilon. Direitas radicais e extremas: uma introdução. **Lusotopie** [Online], XXI(2) | 2022, posto online no dia 01 dezembro 2022.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História** 37 (74): 135- 54, 2017. doi:10.1017 /CB09781107415324.004.

MARQUES, João Pedro. João Pedro Marques. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Pedro_Marques. Acesso em: 19 jul. 2024.

MARTINS, Estevão de Rezende. As matrizes do pensamento histórico em Jörn Rüsen. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **Jörn Rüsen: contribuições para uma teoria da didática da história**. Curitiba: W. A. Editores, 2016. p. 100-110.

MARTINS, Rafael Moro. Gazeta do Povo dá guinada à direita e se torna porta-voz do bolsonarismo. **The Intercept Brasil**, 9 dez. 2018. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/12/09/gazeta-do-povo-guinada-direita-bolsonaro/>. Acesso em: 09 abr. 2025.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, p. 381-401, 1845. Disponível em: <https://biosphera21.net.br/CRONOS/1801-1847/AMERICA/BRASIL/1845-VON%20MARTIUS,%20Como%20se%20deve%20escrever%20a%20hist%C3%B3ria%20do%20Brasil.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2025.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. Por uma História Pública dos africanos escravizados no Brasil. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, p. 255-273, julho-dezembro de 2014.

MATTOS, Hebe. O problema da escravidão como memória. **Afro-Ásia**, núm. 64, 2021, Julho-Dezembro, pp.659-654. Universidade Federal da Bahia. DOI: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i64.46508>.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Ciberespaço e extremismos políticos no século XXI. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 14, out./dez. 2013, p. 71-80.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**; traduzido por Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2022.

MELO, Sérgio; ABIBE, Antonio. **Creators Connect: o poder dos Youtubers. Think with Google**, fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/estrategias-de-marketing/video/creators-connect-o-poder-dos-youtubers/>. Acesso em: 09 abr. 2025.

MORAES, João Jorge De Martini. **Museu dos negacionismos sobre escravidão: uma contribuição à história pública**. 2022. 146 f. Dissertação (Mestrado Profissional em

Ensino de História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.652>.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOURA, Thaís Monique Costa. **Masculinidades em tempos de desencanto: usos e desusos da história medieval nas redes sociais da internet no Brasil (2018-2022)**. 2023. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

MOURA, Thaís Monique Costa. UM PASSADO PRESENTE: A PRODUÇÃO E OS USOS DE IMAGENS RELACIONADAS AO MEDIEVO NA POLÍTICA BRASILEIRA. **I Seminário de Intercâmbio de Pesquisas em Idade Média**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **A ideia de África**. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, v. 13, n. 25/26, 1993, p.143-162.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Organização: Alex Ratts. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NICOLAZZI, Fernando. Negacionismo e usos afetivos do passado no Brasil contemporâneo. **Passés futurs**, v. 13, p. 1, 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**. 14. ed. Campinas: Pontes, 2017.

OSMAN, Maddy. Estatísticas e Fatos Surpreendentes do YouTube (2º Site Mais Visitado). **Kinsta**, 16 de jan. de 2023. Disponível em: <https://kinsta.com/pt/blog/estatisticas-do-youtube/>. Acesso em: 09 abr. 2025.

PACHÁ, Paulo. Deus vult: uma velha expressão na boca da extrema-direita. Entrevista concedida a Ethel Rudnitzki, Rafael Oliveira. **Pública – Agência de Jornalismo Investigativo**, 30 de abril de 2019b. Disponível em: <https://apublica.org/2019/04/deus-vult-uma-velha-expressao-na-boca-da-extrema-direita/>. Acesso em: 09 abr. 2025.

PACHÁ, Paulo. Why the Brazilian Far Right Loves the European Middle Ages. **Pacific Standard**, 18 fev. 2019a. Disponível em: <<https://psmag.com/ideias/porque-o-brazil-extrema-direita-e-ob-com-o-cruzadas>> Acesso em: 09 abr. 2025.

PASSERINI, Luisa. A “lacuna” do presente. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 211-214.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 14–33, 2018. DOI: 10.20949/rhhj.v7i13.427. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/427>>. Acesso em: 27 maio. 2024.

PANTOJA, Selma. **Uma antiga civilização: história da África Central Ocidental**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos combates pela História: desafios, ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

PUHL, Paula Regina; ARAÚJO, Willian Fernandes. YouTube como espaço de construção da memória em rede: possibilidades e desafios. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 705–722, 2013. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/12895>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2025.

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

REIS, Diego dos Santos. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, e86689, 2020.

REIS, João José. Notas sobre a escravidão na África pré-colonial. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 5-21, 1987.

RIBEIRO, Felipe Augusto. Brasil (Neo)Medieval: Idiossincrasias de um uso do passado. **Blog do POIEMA**. Pelotas: 20 jun. 2022. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/poiema/texto-brasil-neomedieval-idiossincrasias-de-um-uso-do-passado/>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

ROVAI, Marta a Gouveia de Oliveira. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. In: **Coleção História do Tempo Presente: volume 2 / Tiago Siqueira Rovai et al. organizadores**. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

SÁ, Ana Priscila de Sousa. VARNHAGEN, O IHGB E A ESCRITA DE UMA HISTÓRIA GERAL, **Revista Eletrônica Trilhas da História**, v. 13, n. 27 (2024).

SANTOS, Richard. **Maioria minorizada**: um dispositivo de racialidade. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

SCABIN, Nara Lya Cabral. Humor e conservadorismo: contiguidades e aproximações entre o fazer humorístico e a extrema-direita. **Revista Insólita**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2024.

SOUZA, Juliana Teixeira. Ações afirmativas, negacionismo e doutrinação ideológica: as decorrências políticas e éticas da historiografia escrita e ensinada. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n. 41, p. 69-96, jan. 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SETH, Seth. Razão ou Raciocínio? Clío ou Shiva?. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 173–189, 2013. DOI: 10.15848/hh.v0i11.554. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/554>>. Acesso em: 7 abr. 2025.

SILVA, Tarcízio. Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. In: SILVA, Tarcízio (org. e ed.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: Olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2020. p. 121-137.

SILVEIRA, Pedro Telles da. As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais. **Antíteses**, v. 9, n. 17, p. 270-296, jan./jun. 2016.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Direita nas redes sociais online. In: **Direita, Volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL André; CODAS, Gustavo(org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. História e Informática. In: **Novos domínios da história**. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TRINDADE, Luiz Valério de Paula. Mídias sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil. In: SILVA, Tarcízio (org. e ed.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: Olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2020. p. 25-41.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos do mundo atlântico 1400-1800**. Tradução de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história / Michel-Rolph Trouillot; tradução de Sebastião Nascimento. – Curitiba: huya, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Brasil é uma “indústria de produção de extremismo de direita”. **Notícias UFJF**, Juiz de Fora, 23 jan. 2023. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/01/23/brasil-e-uma-industria-de-producao-de-extremismo-de-direita/>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

VANSINA, Jan. O Reino do Congo e seus vizinhos. In: OGOT, Bethwell Allan (ed.). **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 647-694.

VARGAS ARANA, Paola. A problemática das fontes na interpretação histórica da cristianização do Reino do Congo no século XV: considerações preliminares. In: AGNOLIN, Adone; SOUZA, Marina de Mello e; WISSEMBACH, Maria Cristina; ZERÓN, Carlos Alberto (coord.). **Contextos missionários: religião e poder no império português**. São Paulo: Hucitec/Fapesb, 2011. p. 290-308.

VARGAS ARANA, Paola. **Memoria y libertad: las insurgencias de la población africana frente a la esclavitud en Antioquia y el sur de Cartagena, Nuevo Reino de Granada (siglos XVI–XVII)**. 412 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

VARGAS ARANA, Paola. O reino do Congo frente ao escravismo europeu (1483 - 1549). **Anais da X Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado**, PPGHIS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

WEDDERBURN, Rosana Silva Moore; JESUS, Juciane Pereira de; TEIXEIRA, Graziela de Souza; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes; CESARINO, Leticia Maria Costa da Nobrega; BARRETO, Tarssio Brito. Representações meméticas de "nós e eles": humor e discurso de ódio em chats do Telegram. **Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 136-173, jan./jun. 2024.